



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras
Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa

**POLISSEMIA DA CONSTRUÇÃO X-EIRO: UMA ABORDAGEM
COGNITIVISTA**

Daniele Moura Pizzorno

Rio de Janeiro
Agosto de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras
Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa

**POLISSEMIA DA CONSTRUÇÃO X-EIRO: UMA ABORDAGEM
COGNITIVISTA**

Daniele Moura Pizzorno

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientador: Professor Doutor Carlos Alexandre Victório Gonçalves

Co-orientadora: Professora Doutora Maria Lucia Leitão de Almeida

Rio de Janeiro
Agosto de 2010

**POLISSEMIA DA CONSTRUÇÃO X-EIRO: UMA ABORDAGEM
COGNITIVISTA**

Daniele Moura Pizzorno

Orientador: Professor Doutor Carlos Alexandre Victório Gonçalves

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

EXAMINADA POR

Presidente: Professor Doutor Carlos Alexandre Victório Gonçalves - Programa de Letras Vernáculas – UFRJ Orientador

Professora Doutora Sandra Pereira Bernardo - UERJ/PUC-Rio

Professor Doutor Mauro José Rocha do Nascimento - UFRJ

Professora Doutora Eliete Figueira Batista da Silveira – UFRJ, suplente

Professora Doutora Mônica de Toledo Piza Costa Machado – UFRRJ, suplente

Rio de Janeiro
Agosto de 2010

À Katia Emmerick, uma “orientadeira” espetacular.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo.

À minha família pelos fortes alicerces feitos de muito amor e carinho.

Ao meu amor John Michael, razão principal para chegar ao fim deste trabalho.

Ao meu mais querido orientador Carlos Alexandre Gonçalves que significa e sempre significará muito para mim. Obrigada pela dedicação, pela ajuda, pela amizade e pela inteligência que vão muito além de uma “simples” orientação acadêmica.

À querida professora e co-orientadora Maria Lucia Leitão de Almeida que, mesmo em um momento tão difícil, me ajudou do início ao fim nessa longa jornada do mestrado.

Ao amigo Aldo Oliveira pelas excelentes ideias que contribuíram fundamentalmente para a realização deste trabalho.

Aos meus queridos e grandes amigos integrantes do NEMP, sem exceção, o meu mais profundo agradecimento.

E, *at last, but not least*, à amiga Katia Emmerick Andrade. Mais do que uma amiga, Katia foi, durante todo esse tempo, e continua sendo, mãe, professora e, até mesmo, “psicóloga”. Sua amizade sincera e leal me fez seguir em frente e não desistir nunca. Meus agradecimentos ultrapassam as diferentes e possíveis formas de dizer “obrigado”.

“Tudo que existe, existe talvez porque outra coisa existe. Nada é, tudo coexiste: talvez assim seja certo...”.

(FERNANDO PESSOA)

PIZZORNO, Daniele Moura. *Polissemia da Construção X-eiro: uma abordagem cognitivista*. Orientador: Doutor Carlos Alexandre Victório Gonçalves, Co-orientadora: Lucia Leitão de Almeida. Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Letras, 2010. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

RESUMO

Esta dissertação apresenta as extensões polissêmicas concernentes às formações *X-eiro* do português do Brasil. Com base no arcabouço teórico da Linguística Cognitiva, principalmente, nas propostas de Lakoff (1987), Lakoff & Johnson (1980) e Silva (2006), elaboramos uma rede polissêmica nos moldes de Almeida & Gonçalves (2006) a fim de analisarmos os possíveis processos metafóricos e metonímicos envolvidos na diversidade de acepções que esse sufixo pode assumir em nossa língua (p. ex.: “biscoiteira” - agente, recipiente, excesso). Reorganizamos os grupos semânticos para esse formativo, os quais já foram determinados, anteriormente, por outros autores (cf. Marinho, 2004; Almeida & Gonçalves, 2006; entre outros), respaldando-nos, sobretudo, em Rosch (1975).

Além do estabelecimento da rede, propomos um *continuum* entre as acepções estabelecidas com o intuito de sistematizarmos a polissemia do sufixo. Para esta análise, fundamentamo-nos em Gonçalves *et alii* (2009), buscando apresentar a irrefragável influência de nossas capacidades cognitivas para a formação linguística e seus efeitos polissêmicos presentes, também, no âmbito da morfologia.

PALAVRAS-CHAVE: Categorização, Polissemia, Metáfora, Metonímia, Linguística Cognitiva.

PIZZORNO, Daniele Moura. *Polissemia da Construção X-eiro: uma abordagem cognitivista*. Orientador: Carlos Alexandre Victório Gonçalves, Co-orientadora: Maria Lucia Leitão de Almeida. Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Letras, 2010. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This dissertation presents the polysemic extensions concerning the formative suffix “-eiro” in Brazilian Portuguese. Based on the theoretical framework of Cognitive Linguistics, especially in accordance with the proposals of Lakoff (1987), Lakoff & Johnson (1980) and Silva (2006), a polysemic network, following the model of Almeida & Gonçalves (2006), was developed to analyze the metaphoric and metonymic processes involved in the variety of meanings that the suffix “-eiro” can convey in the Brazilian Portuguese language (for example: “biscoiteira” – agent, container, excess). For this purpose, it was necessary to reorganize the semantic groups for this morphological formative, previously determined by other authors (Marinho 2004; Gonçalves & Almeida 2006, among others), especially supported by Rosch (1975). Moreover, with the objective to systematize the suffix “-eiro” polysemy, a *continuum* between the meanings established was proposed. This analysis was based on the studies of Gonçalves *et alii* (2009), and it seeks to present the irrefutable influence of our cognitive capacities for creating linguistic constructions with polysemic effects also present in morphology.

Keywords: Categorization, Polysemy, Metaphor, Metonymy, Cognitive Linguistics.

SINOPSE

Construção da rede polissêmica entre os grupos de aceção das formas *X-eiro*. Estabelecimento dos possíveis mapeamentos metafóricos e metonímicos para as extensões de significado referentes ao sufixo em questão. Adoção do arcabouço teórico da Linguística Cognitiva.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1. As formações <i>X-eiro</i> nas acepções agentiva e locativa: os primeiros estudos.....	14
2.2. As construções <i>X-eiro</i> em confronto com outros sufixos agentivos denominais.....	18
2.3. O modelo de análise para as formações <i>X-eiro</i> segundo Rocha.....	22
2.4. A abordagem gerativista para as construções <i>X-eiro</i> proposta por Marinho.....	27
2.5. A aplicação da Gramática das Construções para as formações <i>X-eiro</i> segundo Almeida & Gonçalves.....	35
2.6. A proposta sociocognitiva para as construções agentivas <i>X-eiro</i> segundo Botelho.....	39
3. ARCABOUÇO TEÓRICO.....	46
3.1. As primeiras ideias para uma abordagem cognitivista na Linguística.....	47
3.1.1. Categorização e Protótipos – contraste entre o Tradicionalismo e o Cognitivismo.....	48
3.2. Suportes teóricos para a elaboração da proposta dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs).....	51
3.2.1. <i>Frame</i> semântico segundo Fillmore.....	53
3.2.2. O ajuste focal como uma das habilidades cognitivas segundo Langacker.....	55
3.2.3. Mapeamento metafórico.....	60
3.2.4. Mapeamento metonímico.....	66
3.3. A questão da polissemia para os estudos cognitivistas.....	69
3.3.1. Polissemia vs. homonímia.....	70
3.3.2. Polissemia virtual vs. polissemia real segundo Basilio.....	73
3.3.3. Metáfora e metonímia como determinantes da polissemia.....	74

4. A POLISSEMIA NAS CONSTRUÇÕES X- <i>EIRO</i>	78
4.1. A questão do gênero no formativo – <i>eir</i> -.....	79
4.2. O sistema categorial do formativo – <i>eiro</i>	82
4.3. A Categoria prototípica: teses que corroboram a centralidade da acepção agentiva.....	85
4.4. Possíveis extensões metonímicas.....	88
4.5. Possíveis extensões metafóricas.....	96
4.6. <i>Continuum</i> entre os grupos semânticos das construções X- <i>eiro</i>	100
5. CONCLUSÃO.....	104
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107
ANEXO.....	111

1. INTRODUÇÃO

O contato com emergentes estudos no âmbito da Linguística Cognitiva (LC) sobre a morfologia do português do Brasil (ALMEIDA & GONÇALVES, 2006; NASCIMENTO, 2006) despertou-nos o interesse em investigar os aspectos semânticos inerentes aos fenômenos morfológicos da língua. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo analisar os diferentes grupos de aceção das formações *X-eiro* sob essa mesma perspectiva teórica, mais especificamente, da polissemia, tomando por base trabalhos anteriores sobre o sufixo, sobretudo Miranda (1979), Yacovenco (1994), Gonçalves & Costa (1997), Rocha (2003), Gonçalves, Costa & Yacovenco (1999), Marinho (2004), Almeida & Gonçalves (2006) e Botelho (2009).

Os aspectos semânticos focalizados dizem respeito aos diferentes grupos de aceções que envolvem as palavras com esse formativo e que, até então, foram organizados de diferentes maneiras na ótica da linguística de inflexão gerativista (Morfologia Lexical). Gonçalves & Costa (1997) estabeleceram seis grupos semânticos, já Rocha (2003) propôs sete grupos; seguidamente, Marinho (2004) reorganizou essas categorias em onze grupos, de acordo com as características formais próprias dessas palavras.

O contínuo interesse pela formação *X-eiro* persistiu na medida em que Almeida & Gonçalves (2006) levantaram alguns questionamentos a respeito da evidente relação semântica que as palavras *X-eiro* possuem, independente do grupo de aceção do qual fazem parte, originando, em vista disso, o empenho em investigar a polissemia desse sufixo na língua, como pode ser observado, por exemplo, em “biscoiteira” (“biscoito” + *-eira*) que tanto pode ser concebido como *agente*, isto é, “aquela que faz ou vende biscoitos”; como *excesso*, “grande quantidade de biscoito”, ou, ainda, como *locativo*, “lugar onde se guarda biscoitos”. Desse modo, somente o contexto poderá esclarecer o significado em questão.

A relevância do paradigma cognitivista para descrição de palavras formadas pelo acréscimo do sufixo *-eiro* evidencia que a multiplicidade de sentidos admitida por esse morfema derivacional pode ser reflexo das mudanças semânticas operadas ao longo da história da língua. Dessa maneira, ao estabelecermos uma rede para capturar as conexões de significado do sufixo, pretendemos, também, (a) verificar o significado central de *-eiro* e as diferentes metáforas/metonímias que licenciam as extensões a partir desse centro; e (b) mostrar que a polissemia realmente é o reflexo sincrônico de mudanças históricas (SILVA, 2006).

Na análise dos dados, faremos uso do *corpus* constituído por Marinho (2004), ampliado com novas palavras que entraram para o léxico ao longo desta pesquisa (2008-2010), recolhidas em situações de fala espontânea e em textos escritos variados como, por exemplo, jornais, revistas e *sites* eletrônicos. Em termos organizacionais, esta dissertação dedica o segundo capítulo à revisão da literatura referente aos trabalhos voltados ao sufixo *-eiro* e às abordagens tanto cognitivistas quanto gerativistas, no que tange aos fenômenos morfológicos da língua portuguesa. Para o embasamento teórico da análise, o terceiro capítulo é destinado às questões da LC essenciais para o estudo semântico-cognitivista do afixo, encontradas em Lakoff (1987), Lakoff & Johnson (1980), Langacker (1987) e Geeraerts (2006), entre outros. A análise das construções *X-eiro* é efetuada no quarto capítulo deste trabalho, em que procuramos, de maneira sistemática, co-relacionar os diferentes significados desse formativo em uma rede polissêmica que reflita o dinamismo das capacidades cognitivas do falante.

Por fim, concluiremos a sistematização da rede baseada nos trabalhos até então realizados para esse formativo, bem como pelas conjecturas metafóricas e metonímicas elaboradas pelo falante, entre outras capacidades cognitivas que acreditamos estarem imbricadas na construção e extensão de significados na língua.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A construção morfológica *X-eiro* foi abordada por vários estudiosos, em diferentes propostas teóricas. Na linha gerativista, encontramos as contribuições de Yacovenco (1994), Gonçalves & Costa (1997), Rocha (2003), Gonçalves, Costa & Yacovenco (1999) e Marinho (2004), os quais se concentram em um paradigma formalista (Morfologia Lexical), observando as características estruturais/formais das palavras constituídas pelo sufixo *-eiro*. Na linha sociocognitivista/cognitivista, temos os trabalhos de Almeida & Gonçalves (2006) e de Botelho (2009), nos quais esta dissertação está fortemente fundamentada.

Com o intuito de revisarmos as diferentes propostas a respeito do formativo em questão, faremos um sobrevoo acerca dos principais aspectos desses trabalhos para, então, focarmos na polissemia do sufixo *-eiro* numa abordagem cognitivista.

2.1. As formações *X-eiro* nas acepções *agentiva* e *locativa*: os primeiros estudos

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito gerativista priorizam a análise linguística quanto à forma das construções. Yacovenco (1994), além de expor as diferentes acepções do formativo *-eiro*, evidencia o processo morfológico a partir de Regras de Formação de Palavras (RFPs)¹. Sob essa ótica, a autora elaborou a regra “[X]s → [[X]s eiro]s”, comum para todos os substantivos formados por esse sufixo; todavia, assevera que tal formalização não dá conta dos valores semânticos *agentivo* e *locativo*, os quais, argumenta, devem constar da formulação da regra.

O estudo de Yacovenco (*op. cit.*) e o de Gonçalves (1995) foram um dos pioneiros acerca da formação *X-eiro* no âmbito gerativista, muito embora o primeiro de que se tem notícia seja o de Miranda (1979), que, em seu trabalho de Mestrado, procurou diferenciar as

¹ Cf. Aronoff (1976) e Basilio (1980), sobretudo.

formações *X-ista* das formações *X-eiro*. Embora a análise desses autores priorize o aspecto formal, percebemos que, antes mesmo de serem avaliadas as questões estruturais propriamente ditas, considera-se a interpretação semântica das palavras com esse sufixo, as quais, *a priori*, foram separadas entre formações de caráter *agentivo*, entendidas como “aquele que faz *X*”, sendo o valor semântico de *X* aquele mesmo especificado na base da palavra, como em (01),

- (01) *sapateiro* - “aquele que faz/conserta sapatos”;
 faxineiro, “aquele que faz faxina”;
 sanduícheiro – “aquele que faz/vende sanduíche”
 peixeiro – “aquele que vende peixe” etc.

e formações de caráter *locativo*, as que indicam “lugar onde se encontra *X*”, em que *X* também é especificado pelo que está indicado na base, por exemplo,

- (02) *galinheiro* – “lugar onde se encontram galinhas”;
 formigueiro – “lugar onde se encontram formigas”;
 roupeiro – “lugar onde se encontram roupas” etc.

Ainda que Yacovenco (1994) tenha feito menção aos valores semânticos das construções *X-eiro*, dedica a maior parte de sua análise à formulação das possíveis RFPs, de modo a contemplar as categorias lexicais que envolvem as palavras com essa construção. Assim, da mesma forma que Gonçalves (1995), estabelece uma diferenciação entre *agentivos* habituais e profissionais a partir do traço característico da base ([+concreto] ou [-concreto]), como observamos, respectivamente, em “verdureiro” e “encrenqueiro”.

Em linhas bem gerais, as análises ditas derivacionais propõem diferentes RFPs para as formas *X-eiro*, numa clara tentativa de resolver o problema das diferentes acepções do sufixo considerando-o homônimo. Assim, distinguem entre *agentivo* habitual e *agentivo* profissional, alegando que uma única regra não daria conta de especificidades semânticas condizentes à regularidade/frequência dos *agentivos habituais* e ao exercício de uma ocupação/ofício, típico dos *agentivos profissionais*, bem como não explicaria a questão da pejoratividade dos

habituais e o pouco prestígio social das profissões *X-eiro*.

A depender das características formais das palavras referentes às diferentes categorias semânticas, formula-se uma RFP, considerando os aspectos de + ou – concretude, relacionada à base da palavra, bem como as categorias morfológicas de *input* e *output* (se adjetivos ou substantivos, por exemplo). Contudo, percebemos, sob esse enfoque, que algumas formas derivadas não se encaixam na sistematicidade das RFPs propostas. Quanto à regularidade dos aspectos [+concreto] ou [-concreto], inerentes às bases, as quais formariam, respectivamente, agentes profissionais e agentes habituais, notamos que alguns casos fogem a esse padrão. Por exemplo, as palavras “*maconheiro*”, “*skateiro*” e “*rueiro*”, entre outras, possuem bases [+concreta] e, no entanto, designam agentes habituais, enquanto “*aduanheiro*”, “*empreiteiro*” e “*obreiro*” possuem bases [-concreta], porém denominam agentes profissionais.

Quanto ao baixo prestígio dos agentes profissionais, Gonçalves e Costa (1997) e Gonçalves, Costa & Yacovenco (1999) estabelecem uma gradação relativa à especialização/educação formal entre os sufixos, que vai desde o formativo *-eiro* até *-ólogo* e *-ógrafo*, passando por *-ário* e *-ista*. Com base no *corpus*, verificam que 58 (cinquenta e oito) palavras das 62 (sessenta e duas) selecionadas nomeiam profissões de baixo prestígio social, enquanto apenas 6,45% desses vocábulos (como é o caso de “*banqueiro*”, “*engenheiro*” e “*testamenteiro*”, por exemplo) denotam ofícios de maior prestígio social. Yacovenco relaciona a questão da gradação à característica da base – “quanto mais concreta for a base, mais se usará a formação *X-eiro*, ao passo que o caráter menos concreto da base se relacionará com as formações de maior prestígio social” (YACOVENCO, 1994: 26). Entretanto, há casos como “*dentista*” em que a base é [+concreta], mas designa uma profissão de prestígio social, assim como “*romancista*” e “*jornalista*”, entre tantas outras.

A tentativa de sistematizar a questão do valor semântico dos agentes com os aspectos de [+ ou – concretude] da base não abrange diversos casos, pois muitas vezes a base pode

apresentar o traço [+ concreto] e servir tanto para a formação morfológica X-*ista* quanto para X-*eiro*, como em *jornalista/jornaleiro*, por exemplo. Desse modo, percebemos que o baixo prestígio sócio-econômico das profissões independe dos processos ou das características morfológicas e semânticas da base, muito embora haja realmente tendências mais gerais de associação.

Em Yacovenco (1994), a questão semântica é observada na seção em que a linguista discorre a respeito das propostas *associacionista*² e *dissociacionista*³, as quais, dentro da proposta gerativista, são entendidas, respectivamente, como a relação entre os processos morfológicos e a contraparte semântica, e a não-relação entre esses dois aspectos. Para as formações agentivas, a autora adota a posição *associacionista* e enumera uma série de fatores que corroboram esse posicionamento: (a) possível substituição do sufixo *-eiro* por um afixo mais prestigiado (p. ex.: “escriturário x escitureiro”); (b) bases consideradas “neutras” têm a possibilidade de formarem um produto de valor pejorativo (p. ex.: “eleitoreiro”, “politiqueiro”); (c) constatação da recorrente formação de palavras a partir do sufixo *-eiro* com bases [+ concreta], inferindo que há uma estreita relação semântica entre a base e o sufixo, isto é, quanto mais concreta for a base, maior a probabilidade de uma formação X-*eiro* significar *agentivo profissional*; (d) combinação “perfeita” entre o valor semântico da base e do sufixo quando essa denota pejoratividade (p. ex.: “baderneiro”, “arruaceiro” etc.). Yacovenco ressalta, ainda, que outros sufixos não seriam licenciados para tais exemplos, comprovando, assim, o caráter depreciativo do formativo *-eiro*.

Embora a análise de Yacovenco (1994) e a de Gonçalves (1995) tenham sido de grande relevância para os estudos morfológicos de inflexão gerativista, é inevitável que venha à tona uma certa inquietude no que tange às questões semânticas do sufixo e às relações desse

² A proposta *associacionista* postula que as RFPs possuem tanto uma função de mudança categorial, quanto uma função semântica, determinando, assim, o significado da formação (q. v. JACKENDOFF, 1975).

³ A proposta *dissociacionista* estabelece o próprio processo morfológico origina a mudança semântica do produto, em vez de atribuir isso a um elemento específico. (q.v. ARONOFF, 1976).

com suas respectivas bases, uma vez que tais formações não são explicadas somente pelos aspectos formais; outros fatores – experienciais, discursivos e pragmáticos, que serão abordados oportunamente – estão envolvidos não só nesta, mas em toda e qualquer construção morfológica.

2.2. As construções *X-eiro* em confronto com outros sufixos agentivos denominais

Gonçalves & Costa (1997) examinam a construção *X-eiro* designativa de profissões/ofício, cotejando, nessa mesma acepção, outros sufixos em distribuição complementar, como *-ista* e *-ário*, e defendem que essas formações morfológicas operam de acordo com o “grau de prestígio social”, “formalidade” e “grau de especialidade” (GONÇALVES & COSTA, 1997: 25).

Antes de os autores analisarem a distribuição desses formativos, discutem (a) o potencial de produtividade do afixo (segundo Gonçalves, 1995), (b) a distinção entre as condições de produtividade e produção e (c) a noção de bloqueio proposta por Aronoff (1976). Desse modo, confrontando as construções em *-eiro* e *-ista*, propõem uma escala de prestígio sociocultural entre as palavras que designam profissão/ofício formadas por esses sufixos.

A partir do *corpus* analisado em Gonçalves (1995), composto de palavras extraídas de jornais, revistas, diversas situações de fala, bem como de dicionários, Gonçalves & Costa (1997) agrupam cerca de trezentas formações *X-eiro* e, desse modo, reconhecem e organizam seis grupos de afinidades morfossintáticas e semânticas, dentre os quais focam os seguintes, já aqui referenciados: (a) agentes formados por uma base nominal, sendo o *output* um substantivo designativo de um agente que “produz/conserta/negocia” o objeto indicado pela base (p. ex.: “carteiro”, “jornaleiro” e “doleiro”) ou o agente que atua no local indicado pela base (p. ex.: “fazendeiro”, “porteiro” e “coveiro”); (b) agentes também formados por uma

base nominal, tendo como *output* um substantivo que caracteriza um ser que aprecia e/ou pratica habitualmente uma determinada atividade (p. ex.: “funkeiro”, “metaleiro” e “fofoqueiro”).

Gonçalves & Costa (1997) consideram o conceito de produtividade fundamental para o arcabouço teórico da Morfologia Lexical. Para tanto, mencionam as diferenças entre condições de produtividade e condições de produção, feitas em Basilio (1990), que retoma o trabalho de Kastovsky (1986). Nas palavras dos autores (1997: 27),

o conceito de produtividade é entendido como o potencial que uma RFP tem de operar sobre bases especificadas na produção de formas possíveis [...]. A produtividade de uma regra corresponde ao ser maior ou menor teor de generalidade. A diferença entre essas duas condições se deve ao fato de que as condições de produção envolvem fatores pragmáticos, discursivos e paradigmáticos.

De acordo com Basilio, quanto menor for a especificação semântica de um processo, mais produtivo esse processo será e maior possibilidade terá de exceder o limite categorial da base. Assim, o processo se tornará mais produtivo, mais geral. Há uma série de fatores que favorecem ou bloqueiam a atividade de uma regra. Gonçalves & Costa enumeram quatro deles, a saber: (a) *as condições lexicais paradigmáticas*; (b) *os tipos de discurso*; (c) *as condições pragmáticas e/ou culturais*; (d) *as condições de enunciação* (GONÇALVES & COSTA, 1997: 28).

Os trabalhos anteriores se voltaram à questão das condições de produtividade do sufixo *-eiro* (MIRANDA, 1979; YACOVENCO, 1994; GONÇALVES, 1995); todavia, os autores revelam as condições de produção para tal formativo, salientando as condições lexicais paradigmáticas na elaboração de agentivos denominais que denotam profissões. Para tanto, Gonçalves & Costa relacionam os sufixos *-eiro* e *-ista* com o intuito de traçar alguns aspectos formais e semânticos decisivos para a escolha do falante entre um e/ou outro. Eles

verificam que a categoria gramatical da base dos agentivos profissionais pertence à classe de substantivos concretos e designam objetos ou nomes de lugares (p. ex.: “pedreiro”, “açougueiro”). Já as construções que designam agentivos habituais possuem base de significado pejorativo, enquanto as de agentes profissionais são consideradas neutras, embora o produto final denomine profissões de pouco prestígio social (exceto raras exceções, como “banqueiro”, “engenheiro”, “marketeiro”, “enfermeiro”, “tesoureiro”, “fazendeiro”, “hoteleiro” e “testamenteiro”).

Ao comparar a produtividade de *-eiro* e *-ista*, Gonçalves e Costa verificaram que esses sufixos estão em distribuição complementar, isto é, ambos indicam profissões/ofícios, mas se complementam, se levados em conta aspectos como prestígio social e grau de intelectualização/especialidade. Através dos exemplos citados pelos autores (“peladeiro/futebolista”, “manobreiro/manobrista”, “sambeiro/sambista”), fica evidente o caráter trivial do sufixo *-eiro*, ao passo que o formativo *-ista* possui um caráter mais amplo e, muitas vezes, assume o valor de *especialista em X* (GONÇALVES & COSTA, 1997: 29), como pode ser observado em “futebolista”, ou ainda em esportes mais requintados como “tenista” e “golfista”. No entanto, os autores chamam a atenção para o fato de que o sufixo *-ista* se revela mais produtivo na designação de profissões de maior prestígio social, as quais, por vezes, exigem um maior grau de especialidade intelectual (p. ex.: “oftalmologista” e “jornalista”).

A primeira observação contrastiva dos sufixos *-ista* e *-eiro* foi elaborada por Miranda (1979), que distingue esses dois formativos através da característica da base em [+/-concreto], já aqui referida. Todavia, na visão de Gonçalves & Costa, esse não seria o único traço motivador para a produção efetiva dessas construções, haja vista as palavras “jornaleiro” e “jornalista”, de mesma base, em que a primeira remete a uma atividade mais manual e a segunda, a uma mais intelectual. Assim sendo, percebeu-se que são os próprios sufixos os

responsáveis pela conotação social dos ofícios, que, muitas vezes, são intercambiados com o intuito de desqualificar o profissional, como é caso de “flauteiro/flautista” (GONÇALVES & COSTA, *loc. cit.*), comprovando que o sufixo *-eiro* possui, não raras as vezes, um valor pejorativo⁴. A distribuição complementar existente entre ambos se realiza em termos de prestígio social e um dos argumentos levantados pelos autores, que evidencia essa distinção, é o fato de o sufixo *-eiro*, geralmente, estar ligado à base [+concreta] que designa “produtos mais primários ou lugares onde se negociam produtos dessa espécie” (GONÇALVES & COSTA, 1997: 30); ao passo que *-ista* tende a se afixar em bases [+abstrata], ou em bases [+concreta], mas que designam objetos mais requintados como em “articulista” e “romancista”.

Contudo, mesmo com essa argumentação, é inevitável que alguns casos venham à baila, ampliando o questionamento se realmente o fato de ser a base [+/- concreta] suficiente para elucidar a escolha entre esses sufixos, haja vista o caso de palavras como “vendeiro” e “faxineiro”, entre outras, em que as bases são [+abstrata], porém são formadas pelo sufixo *-eiro* e denominam profissões consideradas de pouco prestígio social. Com os exemplos em Gonçalves & Costa, verificou-se que as RFPs envolvendo os sufixos *-ista* e *-eiro* funcionam em distribuição complementar, comprovando a importância da análise das relações paradigmáticas no léxico para o estabelecimento de fatores relacionados às condições de produção em que essas regras operam.

Cabe, aqui, um pequeno parêntese em relação à noção de bloqueio defendida por Aronoff (1976), no que tange ao uso do sufixo *-eiro* no lugar de outros sufixos denominais. Gonçalves, Costa & Yacovenco (1999) discorrem a respeito da co-existência de ambos os sufixos nas mesmas bases nominais, a exemplo de “jornalista/jornaleiro” e “artista/arteiro”,

⁴ O exemplo “Glória Perez não é uma romancista, mas uma romancista”, extraído de um jornal de grande circulação regional (O Dia, 1994) e apresentado em Gonçalves & Costa (*op. cit.*), é bem representativo da intenção do redator de desqualificar a atividade profissional de Glória Perez pelo fracasso e pela baixa audiência da novela em exibição na época.

confrontando esse fato com a proposta de Aronoff. De acordo com Aronoff (1976), uma RFP considerada produtiva é bloqueada quando já existe no léxico uma forma cumprindo a mesma função exercida pelo produto de uma regra. Em outras palavras, não seria possível a formação de uma nova palavra através de uma RFP produtiva, caso já exista uma equivalente no léxico. Entretanto, Gonçalves, Costa & Yacovenco (1999) questionam como poderia haver pares como “sambeiro” em vez de “sambista” e “noveleiro” em vez de “romancista”, entre tantos outros.

Nos exemplos “sambeiro” e “noveleiro”, há, segundo os autores, uma intenção depreciativa/desqualificadora por parte do falante. A palavra “noveleiro” pode, além de designar “aquele que assiste a novelas habitualmente”, “desqualificar” o profissional habilitado em escrever novelas (como no exemplo já discutido em nota – “Glória Perez não é uma romancista; mas uma noveleira”). Nesse caso, verificamos que a palavra que surge não possui o mesmo significado daquela já existente no léxico e, portanto, não infringe o princípio do Bloqueio estipulado por Aronoff. Sendo assim, Gonçalves & Costa (1997: 31) propõem uma ampliação da noção de Bloqueio para, desse modo, “adaptá-la ao nível dos padrões derivacionais”. Para tanto, citam a proposta de Basilio (1990), chamada “Bloqueio Paradigmático”, fator decisivo para a produtividade de uma regra, a considerar o fato de um sufixo, que faz parte de um determinado padrão geral, “competir” com outro de semelhante valor semântico e, por isso, ter sua produtividade expandida ou bloqueada.

2.3. O modelo de análise para as formações X-eiro segundo Rocha

Ainda no âmbito da teoria gerativista, Rocha (2003) propõe uma análise da(s) RFP(s) para as formações X-eiro, bem como a distinção das condições de produtividade das condições de produção. Do mesmo modo que foi proposto por Gonçalves & Costa (1997), Rocha define que as condições de produtividade estão relacionadas à possibilidade que uma

RFP tem de formar novas palavras; já as condições de produção, por sua vez, referem-se às restrições relacionadas com a “produção efetiva dos itens lexicais” (ROCHA, 2003: 129).

O autor sugere uma regra específica para a aceção dos agentivos e assevera que outras aceções são formadas por diferentes sufixos “-eiro(s)” homófonos, como pode ser observado nas seguintes palavras do autor: “não nos interessam no momento os sufixos homófonos de ‘-eiro’, como ‘-eiro² (árvore), ‘-eiro³’ (lugar ou recipiente), ‘-eiro⁴’ (coletivo/conjunto), ‘-eiro⁵’ (gentílico), ‘-eiro⁶’ (formador de adjetivos) e ‘-eiro⁷’ (objeto)” (ROCHA, 2003: 130). Com tal posicionamento, percebemos que o autor acredita se tratar de diferentes regras (uma para cada aceção do afixo).

Rocha fez um levantamento de 150 (cento e cinquenta) substantivos aleatórios, os quais serviram como modelos para verificar se todo e qualquer nome substantivo poderia servir como base para a regra em questão. Após a análise desses dados, não foi possível a aplicação da regra em todas as bases apresentadas, como ocorre, por exemplo, em “valsa - *valseiro” em cotejo com “rock – roqueiro”, muito embora as bases apresentadas sejam substantivos pertencentes a um mesmo campo semântico (nomeiam ritmos musicais). Portanto, conclui que a classificação morfológica da base não é suficiente para determinar o tipo de base específica da regra. Assim, Rocha sugere a delimitação do substantivo através de suas subcategorias – fonética, morfológica, sintática, semântica.

O autor delimitou possíveis tipos de subcategorias para os substantivos, a saber, substantivo próprio, comum, concreto, abstrato, simples, composto, primitivo, derivado, coletivo etc., bem como considerou se o substantivo é próprio da linguagem coloquial, técnica ou científica (ROCHA, 2003: 133), constatando que o sufixo -eiro não se anexa a qualquer tipo de substantivo, uma vez que a regra dessas formações não se aplica a determinados tipos de bases substantivas.

Ainda nesse trabalho, o autor estabelece uma lista de substantivos em que a RFP para

o formativo *-eiro* não pode ser aplicada (p ex.: “mentira”, “falcatrua”, “erro”, “equivoco”, “mania” etc. – ROCHA, *loc. cit.*). Contudo, deixa claro que se devem levar em consideração as tendências/generalizações. Esclarece ainda que a RFP não se aplica a bases que designam agentes/indivíduos, pois “não faz sentido anexar um sufixo agentivo a uma base que já designa agente – indivíduo” (ROCHA, 2003: 134). Desse modo, o linguista exclui uma lista de itens, tais como “marido”, “mulher”, “atleta”, “pai”, “mãe” e “tio”, entre tantos outros. Rocha chama a atenção, também, para os vocábulos compostos (p. ex.: “pé-de-moleque”, “guarda-roupa” etc.), os quais são eliminados da formação *X-eiro*.

Após levantar as devidas características das subcategorias dos substantivos, Rocha apresenta os seguintes traços das bases em que a RFP das formações *X-eiro* irá se aplicar: [-abstrato], [-agente indivíduo] e [-palavra composta]. Desse modo, o emprego da regra fica assim esquematizado: (a) *caracterização da base*: [+substantivo], [-abstrato], [-agente indivíduo], [-palavra composta]; (b) *caracterização do produto*: [+substantivo], [+agente indivíduo].

As condições de produção (*restrições*) foram analisadas a partir de dados cujos traços característicos das bases correspondiam àqueles determinados para a aplicação da RFP nas construções *X-eiro*, a exemplo de “boca”, “cidade”, “dente” e “avião”. A formação com o sufixo em questão não ocorre nessas palavras por conta das *restrições* definidas pelo linguista como “*restrições strictu sensu*”: “bloqueio” e “inércia morfológica”.

As *restrições strictu sensu* podem ser subdivididas em quatro tipos:

(a) *restrições fonológicas* – algumas palavras não possuem uma existência real no léxico, uma vez que, por questões fonológicas, torna-se difícil e “cansativo” para o falante pronunciá-las, como observamos, por exemplo, na sequência – *eireiro* (“cruzeiro - *cruzeireiro”, “bandeira - *bandeireiro”). No entanto, Rocha ressalta que a restrição fonológica não atua como um fator de grande relevância na filtragem dos produtos (p. ex.:

“cabeleireiro”). Em suas palavras, “na verdade, o estranhamento ao novo item lexical se deve muito mais ao ineditismo da forma do que a questões relacionadas com seqüências fônicas, combinação de sons etc.” (ROCHA, 2003: 136);

(b) *restrições paradigmáticas* – algumas bases, como, por exemplo, “violino”, podem não apresentar um relação paradigmática (“violino - *violineiro”), pois já existe na língua uma formação institucionalizada (“violino – violinista”). Em outros termos, a existência de uma regra bloqueia o surgimento do produto de outra. Nessa restrição, o autor também cita a questão da pejoratividade inerente ao sufixo *-eiro*, ao confrontar com as formações em *-ista*;

(c) *restrições pragmáticas* – essa restrição está relacionada às questões culturais e sociais, isto é, ainda que haja condições estruturais para o surgimento de um novo item lexical, algumas condições sociais passam a ser *sine qua non* para impedir que o produto venha a fazer parte do léxico. A título de exemplificação, Rocha menciona a palavra “copeiro”, que, em nossa sociedade, designa aquele encarregado dos serviços de “copa”; todavia, não há formações como “*corredorzeiro”, pois não há aquele incumbido dos serviços de “corredor” (ROCHA, 2003: 139);

(d) *restrições discursivas* – algumas palavras do nosso léxico estão mais relacionadas a um tipo de discurso do que a outro(s). Nesse sentido, o linguista cita exemplos de palavras voltadas a um discurso mais científico, outras com um rigor mais técnico etc. Observa que as bases para o formativo *-eiro* podem ser ou não pejorativas, mas os produtos são sempre pejorativos ou coloquiais. Assim sendo, Rocha afirma que essas formações aparecerão, em sua maioria, em discursos distensos.

A questão do *bloqueio* é analisada pelo autor, na medida em que se verifica que na língua, não raro, a base apresenta condições ideais de produtividade, porém a aplicação da RFP não ocorre. De acordo com a ideia aronoffiana, já comentada quando da análise de Gonçalves & Costa (1997), na seção anterior, uma forma é bloqueada pela simples existência

de uma outra com igual significado/função na língua.

Da mesma maneira que Rocha subdividiu os tipos de restrições, ele faz o mesmo para os tipos de bloqueio, a saber:

(a) *bloqueio paradigmático* – está relacionado à necessidade de o falante criar (ou não) determinadas palavras na língua. Em casos como o do vocábulo “braço”, podemos criar “braçal”, no entanto, o falante não tem a necessidade de criar, por exemplo, “*braçar”, “*braceiro” etc. Rocha deixa claro que entender essas questões foge ao objetivo de seu trabalho. Porém, percebemos que, na verdade, há formações como a que ele cita: “braceiro” (“que tem força nos braços” – AURÉLIO, dicionário eletrônico, sec. XXI) e formações como, por exemplo, “braçadeira”, “braçada” etc. em que não se aplica o bloqueio paradigmático estipulado pelo autor.

(b) *bloqueio heterônimo* – certas formações não são produzidas na língua pelo simples fato de existirem outras palavras, com raiz diferente, que impedem o surgimento dos possíveis produtos (p. ex.: “ensinador” bloqueado por “professor”, “aprendedor” bloqueado por “aluno” etc.);

(c) *bloqueio homofônico* – algumas palavras na língua não entram para o léxico pela razão de existirem outras formações com o mesmo aspecto fonético, mas com significados diferentes (p. ex.: “sala” não poderia formar “saleiro”, pois essa última palavra já está lexicalizada);

(d) *bloqueio parônimo* – alguns casos não são considerados reais, pelo fato de a língua apresentar parônimos que impossibilitam o surgimento desses produtos (p. ex.: “cabelo – *cabeleiro/cabeleireiro”, “vidro - *vidreiro/vidraceiro”).

Observamos, também, que, sob a perspectiva gerativista, a pejoratividade inerente ao sufixo *-eiro* não é abordada de modo convincente, haja vista as diversas formações que não seguem os padrões formais, porém são absolutamente compreendidas pelos falantes ou até

mesmo institucionalizadas, como é o caso dos pares:

- (03) “noveleiro” vs. “romancista”
 “violeiro” vs. “violista”
 “manobreiro” vs. “manobrista” etc.,

em que as palavras terminadas em *-eiro* não são bloqueadas pelas formas em *-ista* e, por vezes, são usadas com o intuito de infamar o indivíduo que se dedica a essas atividades.

2.4. A abordagem gerativista para as construções X-eiro proposta por Marinho

Dentre os trabalhos gerativistas que tratam do sufixo *-eiro* em língua portuguesa, merece destaque a dissertação de mestrado de Marco Antônio Marinho (2004), em que o autor apresenta algumas inovações quanto à análise das acepções das palavras formadas por esse sufixo, bem como aspectos históricos e funcionais na solução da prototipicidade entre as acepções desse formativo.

Além da reanálise dos aspectos formais abordados pelos autores até aqui citados, no que tange ao estabelecimento de RFPs, às condições de produtividade/condições de produção e ao bloqueio, Marinho (2004) discute questões acerca da existência de uma ou duas RFPs distintas, para a formação dos agentivos profissionais/habituais, e amplia os grupos de acepções concernentes a esse sufixo, assim como examina as *extensões de significado e englobamento das noções semânticas*, questão essencial para os estudos fundamentalmente semânticos sobre o nível morfológico da língua.

Para tratar da prototipicidade, Marinho recorre ao artigo de Booij (1986), intitulado “Form and meaning in morphology: the case of Dutch agent nouns” (Forma e significado em morfologia: o caso dos nomes agentivos em holandês), em que estuda o sufixo *-er* em derivados deverbais na língua alemã. Nesse artigo, Booij apresenta alguns problemas em processos envolvendo sufixos concorrentes que não podem ser explicados apenas por uma regra, do mesmo modo que questiona as argumentações usadas para a explicação da

polissemia das palavras derivadas (BOOIJ, 1986: 504). O primeiro propósito da pesquisa é investigar se a variação, na interpretação desse sufixo, pode ser analisada dentro da teoria da *polissemia*, possibilitando manter a conexão entre forma e significado na morfologia. Booij (1986) seleciona três explicações para a polissemia de palavras derivadas.

A primeira está associada a uma generalidade/vagueza do significado, juntamente com o processo de formação da palavra: a interpretação específica de uma palavra complexa, criada através de um tipo de processo determinado pelo contexto situacional e/ou pelo conhecimento de mundo. A segunda explicação seria a assunção de uma parte central ou significado prototípico⁵ para um estabelecido processo de formação de palavras, derivando outros significados através de *regras* de extensões. A terceira explicação para a polissemia de palavras derivadas (em particular, dos nomes deverbais) seria a que reflete diferenças em uma “rede temática” das bases verbais (*thematic grid* – BOOIJ, 1986: 506). Em outras palavras, Booij esclarece que os sufixos assumiriam papéis temáticos, a depender, por exemplo, da transitividade do verbo, isto é, em um verbo transitivo como “*to employ*” (“empregar”) o sufixo acrescido cumpriria o papel de objeto direto – “*employee*” (“empregado”), enquanto, em verbos intransitivos como “*to retire*” (“aposentar”), o sufixo desempenharia o papel de sujeito. Portanto, a diferença entre a interpretação “nome-sujeito” e a interpretação “nome-objeto” resultaria da diferença das bases verbais.

Marinho (2004) adota a regra de extensões proposta por Booij (1986) para discorrer a respeito das diversas acepções levantadas para o formativo *-eiro*. Com base na palavra “*zender*” (“aquele que envia”, em holandês – BOOIJ, 1986: 509), Marinho evidencia a extensão elaborada pelo autor, “agente pessoal – agente impessoal – instrumento”, e acentua, ainda, que a forma agente pessoal seria a *prototípica*, visto que a interpretação primeira de um

⁵ No respectivo artigo de Booij (1986), não se faz absoluta menção a efeitos prototípicos. Portanto, cabe uma indagação geral sobre o que vem a ser significado prototípico nessas circunstâncias. Também nos soa estranho a expressão “regra prototípica”, pois entendemos que a noção de regra não se coaduna com a noção de protótipo.

agente é *humana*. Nesse sentido, Marinho inicia uma análise semântica nos moldes gerativistas para a extensão de sentido das acepções inerentes ao sufixo *-eiro*. Para tanto, afirma que “a interpretação de um agente pessoal é sempre possível, mesmo quando o nome não tem um uso consolidado na língua. Essa é uma razão para se adotar, como prototípica, a interpretação de agente pessoal” (MARINHO, 2004: 35).

No decorrer de seu trabalho, Marinho discute a existência (ou não) de duas RFPs diferentes para os agentes habituais e profissionais, apresentando situações que favorecem as duas hipóteses, mas assume regras distintas para os dois tipos de agentes, retomando, assim, o trabalho de Rocha (2003), para quem as construções agentivas se dão por meio de uma única RFP. Marinho, então, recorre ao que denomina de “alçamento” para refutar a escolha de Rocha de optar por apenas uma regra para ambas as acepções (habituais e profissionais), afirmando que muitas das formações de agentivos habituais podem “ascender” à condição de agente profissional” (MARINHO, 2004: 45).

O termo “ascender” foi usado pelo autor com o intuito de explicar a mudança de uma acepção para outra, isto é, palavras que durante um tempo na língua designavam apenas os agentes habituais (como é o caso de “doleiro”); todavia, com a ascensão de uma determinada ocupação habitual, o indivíduo passa a ser considerado profissional naquela atividade, como observamos no exemplo cedido pelo próprio autor – “pagodeiro”, antes usado para designar apenas os apreciadores de “pagode”, após uma notável ascensão no meio artístico passou a ser usado para indicar aqueles que trabalham com a música do gênero pagode.

Em termos precisamente linguísticos, duas RFPs não seriam capazes de considerar a flutuação semântica de um dado item lexical, como ocorre no exemplo de “pagodeiro”. Uma única RFP, juntamente com uma Regra de Extensão de Sentido (RES)⁶, conseguiria abranger tal fenômeno com mais eficiência.

⁶ Para maiores detalhes q. v. Basilio, 1981.

Com relação ao “alçamento”, Marinho (*loc. cit.*) menciona alguns exemplos que seriam de difícil inserção em um ou outro tipo de agentivo. As palavras “caixeiro” (indivíduos marginais que viviam do arrombamento de caixas eletrônicos) e “fogueteiro” (indivíduos marginais que usam fogos de artifícios para chamar atenção de traficantes com a chegada de policiais na favela) poderiam designar agentes profissionais, uma vez que as bases são consideradas concretas e por se tratar de atividades em que os praticantes obtêm remuneração. Entretanto, a ilicitude e o caráter pejorativo da “profissão” fazem com que classifiquemos o vocábulo como agente habitual. Por outro lado, percebemos, entre esses dois aspectos, que o mais relevante é a ilicitude, dado que o caráter pejorativo também envolve os agentes profissionais no que tange ao prestígio/reconhecimento social, pois a pejoratividade em questão pode ser considerada, de um modo geral, como algo menosprezado. Entre outras formas de difícil categorização, destacam-se as seguintes:

- (04) olheiro (indivíduo com a função de observar a circulação nas favelas)
 muambeiro (pessoa que vive da venda de produtos importados ilegalmente)
 grafiteiro (indivíduo que faz grafite – pintura em muros)
 pistoleiro (pessoa que mata em troca de dinheiro)

Um argumento para considerar apenas uma regra, segundo Marinho, é a *economia de memória*, haja vista os parâmetros do gerativismo, os quais são fundamentados na competência lexical, todavia tal argumento é refutado em preferência da adoção de regras distintas, uma vez que, como o autor mesmo afirma, “preserva várias generalizações e relações importantes intrínsecas aos grupos separados” (MARINHO, 2004: 46).

Ao adotar duas RFPs, consegue-se explicar o fato de as bases dos agentes habituais serem [-concretas] e a dos profissionais, [+concretas], a exemplo de “jardineiro”, “bugreiro” e “quiosqueiro”, em que as bases são [+concretas], formando agentes profissionais, enquanto “galhofeiro” e “encrenqueiro” possuem bases [-concretas] e formam agentes habituais. No entanto, como já comentado nas seções anteriores, verificamos que em alguns outros casos

não se observa essa regularidade, a exemplo de “*aduaneiro*” e “*faxineira*”, em que, embora as bases sejam [-concretas], denota-se uma ocupação. Já “*maconheiro*”, “*rueiro*” e “*skateiro*” possuem bases [+concretas], mas designam agentes habituais.

Marinho lança mão dessa observação para explicar o caso da palavra “*faroleiro*”, a qual possui a acepção de agente habitual (“aquele que é dado a ostentações”) quando a base é considerada [-concreta], bem como pode ser interpretada como agente profissional (“aquele que trabalha em farol”), caso a base seja considerada [+concreta]. No entanto, percebemos que a base “*farol*” é a mesma para ambas as formações e, como será visto mais adiante, outros fatores estão envolvidos nas extensões de sentido das palavras terminadas por esse sufixo.

De acordo com Marinho (2004: 48), a flutuação categorial é exclusiva aos agentes habituais, como se vê nos exemplos a seguir:

(05)

- (a) “Os fankeiros estão envolvidos no quebra-quebra” (substantivo).
- (b) “As galeras funkeiras vêm crescendo nos últimos meses” (adjetivo).
- (c) “Os jornaleiros têm agido com honestidade (substantivo).
- (d) “O sindicato *jornaleiro apóia as reivindicações” (adjetivo).

O exemplo (d) é, segundo Marinho, duvidoso quanto à gramaticalidade, pois o adjunto adnominal seria melhor empregado caso houvesse a preposição “dos” (“sindicato **dos jornaleiros**”). Entretanto, Marinho não desenvolve rigorosamente essa questão, deixando incerto até que ponto a flutuação categorial pode ser vista como uma das relevantes razões para a consideração de duas RFPs.

A relação paradigmática *X-eiro/X-aria* existente na acepção dos agentes profissionais (p. ex.: “barbeiro/barbearia”, “chapeleiro/chapelaria”, “cuteleiro/cutelaria”, “peixeiro/peixaria”) é outro ponto defendido por Marinho para solidificar a necessidade de duas RFPs distintas, pois, de acordo com seus dados, essa relação não ocorre com as

formações de agentes habituais (p. ex.: “mandingueiro/*mandingaria”, “mexeriqueiro/*mexericaria” etc.). Contudo, vale ressaltar que há inúmeros exemplos de agentes profissionais em *-eiro* que não apresentam uma relação paradigmática com *-aria*, como pode ser observado em “costureiro/*costuraria”, “petroleiro/*petrolaria” e “guincheiro/*guincharia”, entre outros, levando-nos a concluir que, em muitos casos, assim como os agentes habituais, os profissionais não apresentam essa relação⁷.

Marinho (2004: 74) revela ainda que, nas línguas naturais, palavras complexas de significação agentiva são propensas à polissemia. O sufixo *-eiro*, incontestavelmente, tende a ser polissêmico, haja vista os exemplos citados pelo próprio autor: “o *louceiro* me vendeu um prato”/“ponha os pratos no *louceiro*”/“temos um *louceiro* por lavar”. Nesses três contextos, temos, respectivamente, as acepções de *agente*, *locativo* e *excesso*; todavia, Marinho assume que existe um significado prototípico e que os demais são derivados por *regras de extensão* (cf. BOOIJ, 1986), pois, segundo Booiij (1986) e Dressler (1986), autores adotados por Marinho, a prototipicidade é inerente aos agentes, visto que a interpretação agentiva (a) é sempre possível; (b) tem primazia histórica, pois, para Marinho (2004: 75), “seu significado aparece na língua antes dos outros”; e (c) tem primazia na aquisição da linguagem (crianças tendem a operar com a regra de formação de agentes primeiramente, produzindo “novos” nomes de agente a partir de bases potenciais ao processo).

Para comprovar a primazia da acepção agentiva, Marinho aplicou um teste de aceitabilidade, no qual foi verificado que a interpretação agentiva sempre tem vez, quando envolvida em um esquema polissêmico. O teste elaborado pelo autor parte de uma palavra considerada prototipicamente *locativo*; daí foram elaborados outros contextos com *agente* e *excesso*. Desse modo, os falantes deveriam julgar cada sentença como “PP” (perfeitamente possível), “EP” (estranho, mas possível) ou “IP” (impossível). Um dos exemplos do texto foi

⁷ Talvez a previsibilidade seja do locativo *X-aria* para o agente *X-eiro*, não sendo, portanto, uma via de mão dupla. Formas *X-eiro* habituais podem estar relacionadas a formas *X-aria*. Nesse caso, no entanto, a interpretação é de excesso (macumbeiro/macumbaria).

usado na introdução desta dissertação: “Coloquei os biscoitos na *biscoiteira*” (locativo); “A *biscoiteira* me vendeu os biscoitos (agentivo)” e “Olha a *biscoiteira* que você deixou cair no chão” (excesso).

O uso do termo consagrado como locativo foi fundamental para determinar a escolha do falante. Em alguns contextos, a mesma palavra com significação prototipicamente locativa passou a ser entendida como excesso e agente, sendo essa última acepção, em sua maioria, classificada com a sigla “PP” (perfeitamente possível) pelos informantes do teste. Para Marinho (2004: 76), a presença da interpretação de excesso, “além de completar a tríade polissêmica”, confere, também, a validade da função indexical, nos termos de Gonçalves (1997; 2001), isto é, a relação dos processos morfológicos a determinados grupos de falantes, como é o caso das palavras que denotam excesso, mais usadas em regiões interioranas (p. ex.: “louceiro” e “roupeiro”).

Marinho direciona uma das seções de sua dissertação ao estudo das extensões de significado. Ao observar as construções *X-eiro* no português atual, afirma que nos deparamos com o fenômeno denominado por ele de “englobamento semântico” e delimita esse processo às formações agentiva, locativa e árvore. Em suas palavras, “um agente possui somente esse traço semântico. Locativos englobam, além da significação de local, a de agente. E as árvores, por fim, apresentam traços semânticos de árvore, agente e local” (MARINHO, 2004: 92). Os exemplos citados para esclarecer melhor o *englobamento semântico* foram as palavras “saleiro” e “goiabeira”. A primeira pode ser interpretada como local onde se guarda o sal ou como o indivíduo que comercializa sal, e a segunda pode denominar uma árvore, um local (lugar onde se dão muitas goiabas) ou um agente, “uma vez que elas *produzem* o fruto”, além da possibilidade de nos referimos a alguém que gosta muito de goiabas (MARINHO, *loc. cit.*). Dito de outra forma, o englobamento explica as diferentes acepções que determinadas palavras com o sufixo *-eiro* podem apresentar.

A hipótese assumida por Marinho, após análises históricas a respeito desse formativo, é a de que esse englobamento presente em nossa língua reflete a ordem de aparecimento das acepções. De acordo com Marinho (2004: 92), “conforme as acepções aparecem, os vocábulos do novo grupo semântico *englobam* em si a possibilidade de veicular a acepção surgida anteriormente”. Além das contribuições formais, Marinho faz uma rigorosa subdivisão de acepções para o sufixo *-eiro*, elencando um total de onze grupos semânticos, cada qual representado por uma regra específica (de formação de palavras e/ou de análise estrutural, RFP e RAEs, nos moldes de Basilio, 1980).

As acepções estabelecidas por Marinho são as seguintes: (a) *agentes profissionais*: “açougueiro”, “arrumadeira” etc.; (b) *agentes habituais*: “arruaceiro”, “macumbeiro” etc.; (c) *árvores frutíferas*: “abacateiro”, “cerejeira” etc.; (d) *acúmulo/excesso*: “aguaceiro”, “barulheira” etc.; (e) *instrumentos*: “assadeira”, “batedeira” etc.; (f) *locativo*: “galinheiro”, “banheira” etc.; (g) *objeto de uso pessoal*: “caneleira”, “chuteira” etc.; (h) *anomalias/enfermidades*: “boqueira”, “olheira” etc.; (i) *qualidades ressaltadas*: “barateiro”, “certeiro” etc.; (j) *formações naturais*: “argileira”, “geleira” etc.; e, por fim, (l) *gentílicos*: “brasileiro” e “mineiro”.

A partir dessas acepções levantadas pelo autor, percebemos que há importantes reflexões no que diz respeito à polissemia desse formativo na língua portuguesa, o que, até onde sabemos, não foi tema de nenhum trabalho sobre o sufixo, a não ser o de Marinho, realizado em moldes gerativistas. Frisamos, no entanto, que o autor examina apenas o que denomina de “tríade polissêmica” referente às acepções de locativo, agente e excesso, as quais foram utilizadas para o teste de aceitabilidade, elaborado para a confirmação da categoria *agentivo* como prototípica. Em seguida, ao tratar do fenômeno de englobamento semântico, Marinho limita-se às acepções de agente, locativo e árvore.

Contudo, as outras acepções estabelecidas pelo autor não são relacionadas a um

esquema polissêmico. Desse modo, há margens para entendermos que, nas acepções restantes, trata-se de diferentes sufixos *-eiro*, como já havia sido estabelecido por Rocha (cf. seção 2.3), levando-nos a acreditar que o autor defende a relação homonímica para as outras acepções do formativo, tais como as categorias de *excesso*, *instrumento* e *formações naturais*, por exemplo, pois não as inclui no esquema polissêmico estabelecido para os grupos semânticos utilizados no teste de aceitabilidade.

Na próxima seção, apresentamos outros trabalhos sobre o sufixo *-eiro*, desta feita realizados nos moldes cognitivistas: Gonçalves & Almeida (2005), Almeida & Gonçalves (2006) e Botelho (2009).

2.5. A aplicação da Gramática das Construções para as formações X-eiro segundo Almeida & Gonçalves

O artigo publicado por Almeida & Gonçalves (2006) – “Aplicação da *Construction Grammar* à morfologia: o caso das formas *X-eiro* do português do Brasil” – foi uma das principais contribuições para o desenvolvimento do presente trabalho. Além de abordarem a questão da polissemia das palavras *X-eiro*, os autores também sugerem, para essa formação, uma construção gramatical nos termos de Goldberg (1995).

Ainda que esta dissertação não esteja pautada na Teoria da Gramática das Construções, os artigos elaborados na parceria Almeida/Gonçalves foram significativos para o desenvolvimento desta dissertação, uma vez que os autores afirmam existir coerentes motivações cognitivas para a extensão de sentido das formações *X-eiro* em suas variadas acepções. Diante disso, três questionamentos foram decisivos para que se iniciasse uma investigação a respeito da polissemia do sufixo, a saber (cf. ALMEIDA & GONÇALVES, 2006: 229):

- (a) Se diferentes sentidos da palavra são sistematicamente relacionados, como eles derivam uns dos outros?
- (b) Se há relação semântica entre formas, como elas podem ser organizadas de modo

a refletir regularidades?

- (c) A distinção entre aspectos do significado corresponde a múltiplos sentidos da palavra ou constitui diferentes manifestações de um sentido comum?

Diante desses questionamentos, os próprios autores organizaram uma sequência de tópicos a serem analisados no que tange à polissemia das construções *X-eiro*: (a) desvendar se a polissemia está na base ou no produto da derivação; (b) se o próprio sufixo é polissêmico; ou (c) se as características da base são determinantes para que o derivado tenha esse ou aquele significado.

A partir dessas reflexões, emergem os objetivos cruciais para um estudo cognitivo em relação a esse formativo em nossa língua. Estabelecer o significado mais básico do sufixo (se agente ou locativo) é um dos primeiros passos a serem dados, de modo a levantar hipóteses acerca dos efeitos do processo de categorização do formativo *-eiro* e, finalmente, propor uma rede polissêmica que dê conta das possíveis extensões de sentido que partem de núcleo(s) semântico(s) comum(ns).

Ao analisar os grupos de acepções das formações *X-eiro*, Almeida & Gonçalves retomam as (sub)divisões propostas por Marinho (2004), vistas na seção anterior, e por Gonçalves (1995), as quais estabelecem que tais palavras sejam distribuídas por seis diferentes grupos de afinidade *morfossemântica*: (a) *agentivos profissionais* (p. ex.: “pedreiro”, “sorveteiro”); (b) *agentivos habituais* (p. ex.: “fofoqueiro”, “marombeiro”); (c) *agentivos naturais* (p. ex.: “coqueiro”, “jambeiro”); (d) *locativos* (p. ex.: “cinzeiro”, “galinheiro”); (e) *intensificadores* (p. ex.: “nevoeiro”, “lamaceiro”) e (f) *modais* (p. ex.: “certo”, “grosseiro”)⁸.

Cabe ressaltar que, em ambas as análises, há uma diferenciação entre agentivos

⁸ O número de grupos semânticos é diferente nos dois trabalhos porque em Gonçalves (1995) são consideradas apenas as formações em *-eiro*. Marinho (2004), ao contrário, chega a um total de 11 grupos de acepções porque leva em conta também as formas em *(d)eira*. No trabalho de Marinho (*op. cit.*), faz-se uma interessante descrição sobre o gênero e propõem-se dois sufixos distintos: *-eiro* e *-eira*. No capítulo 4 deste trabalho, discutimos a questão do gênero.

habituais e profissionais, isto é, no âmbito das análises de orientação gerativista, os dois autores estabelecem regras de formação para essas acepções. Em Gonçalves & Almeida (2005), é discutida a real necessidade de se atribuir duas regras para o reconhecimento de dois agrupamentos distintos de agentivos (habituais e profissionais). Desse modo, os autores também expõem alguns argumentos em favor dessa divisão (cf. ALMEIDA & GONÇALVES, 2006: 231-232):

- (a) Ao preservar os dois agrupamentos, consegue-se explicar o fato de as bases dos agentes profissionais serem concretas e a dos habituais abstratas;
- (b) formas como “faroleiro” só tem sua especificação semântica determinada de acordo com a interpretação dada à base. Se ela for concreta, tem-se um agente profissional (aquele que trabalha em faróis); caso contrário, ou seja, se a base remete a uma interpretação metafórica ou metonímica, a formação resultante constitui agente habitual (aquele que faz farol, ou seja, que é dado a ostentações);
- (c) um único agrupamento não daria conta da pejoratividade e da flutuação categorial presente apenas nos produtos dos agentes habituais; e, por fim,
- (d) a análise unificada dos agentivos não dá conta do fato de somente os profissionais estarem em relação paradigmática com locativos X-aria, como se vê nos pares abaixo:

Barbeiro / barbearia
 chapeleiro / chapelaria
 cuteleiro / cutelaria
 mandigueiro / *mandigaria
 mexeriqueio / *mexericaria
 cambalacheiro / *cambalacharia etc.

Em relação à extensão de sentido, Almeida & Gonçalves retomam o posicionamento de Gonçalves (1995) e Marinho (2004). Todavia, aqueles autores defendem a existência de uma extensão metafórica nos dados do grupo de *árvores frutíferas*, uma vez que itens como “cajazeiro” ou “cerejeira”, por exemplo, estariam mais próximos, em termos semânticos, de palavras como “doceiro” ou “borracheiro” do que de palavras como “saleiro” ou “banheiro”. Os nomes de árvore, assim como os de agente, detonam a interpretação “aquilo que produz o que está especificado na base”, em vez de uma interpretação “onde fica o que está especificado na base”, como é o caso dos termos designativos de local (cf. GONÇALVES, 1995).

Quanto ao grupo “acúmulo/excesso”, Almeida & Gonçalves (2006: 232) afirmam que o sufixo marca a intensidade do que está sendo especificado pela base substantiva, a exemplo de “aguaceiro”, que poderia ser parafraseado como acúmulo ou excesso de água, e, devido à pouca quantidade de dados encontrada nessa acepção, os autores a julgaram improdutiva. Contudo, vale ressaltar que a questão da improdutividade dessa acepção, mencionada por Almeida & Gonçalves, diz respeito à possibilidade de novas formações no léxico.

Outra acepção analisada pelos autores foi a locativa, a qual é interpretada genericamente, ou seja, não há uma especificação entre o que seria considerado, de fato, um objeto/recipiente onde se coloca/guarda algo, ou um local mais amplo (p. ex.: “banheiro”, “galinheiro”). Assim como a acepção acúmulo/excesso, as formações *X-eiro* locativas e modais (esta última parafraseada como “X-eiro é dotado ou tem características de X”), também são consideradas improdutivas por Almeida & Gonçalves (2006), sendo que essa última possui uma diferença em relação às outras: a maioria dos *outputs* dessa construção funciona como adjetivo.

Além das questões sobre polissemia levantadas pelos autores, há, nessa publicação, uma seção dedicada à proposta da *Construction Grammar* (Construção Gramatical – GOLDBERG, 1995) à morfologia, na qual há uma tentativa de formular uma construção – “pareamento de uma estrutura conceptual complexa com um significante e uma pragmática que lhe é peculiar” (ALMEIDA & GONÇALVES, 2006: 233) – a partir de uma categoria gramatical de substantivos denominais que formam a derivação *X-eiro*.

Partindo dessas investigações semânticas, alguns pressupostos da LC são trazidos à tona, de modo a corroborar a ideia da aplicação da gramática das construções ao nível morfológico da língua. Gonçalves & Almeida (2005) elaboram o que chamam de construção gramatical *geral* para as construções agentivas (doravante CGA), incluindo diferentes formações derivacionais, a exemplo de “X-ista”, “X-ólogo”, “X-ógrafo”, “X-ário”, tendo

como fundamento uma das cinco construções gramaticais básicas elaboradas por Goldberg (1995). Almeida & Gonçalves (2006) aplicaram a proposta que, *a priori*, era legitimamente sintática, para o âmbito morfológico, seguindo a ideia de Langacker quanto à questão do *continuum* entre os níveis de análise linguística.

Os autores afirmam que a CGA se fundamenta em esquemas imagéticos primários, tais como a *relação parte-todo*, *contacto* e *adjacência*. Além disso, essas construções são compreendidas por meio de uma das metáforas mais elementares: a da *estrutura do evento* (LAKOFF & JOHNSON 1980). Conforme mencionado por eles, “o evento fornecido pela metáfora integra elementos relevantes ao seu estabelecimento: quem age, sobre o quê, com quê, como” (ALMEIDA & GONÇALVES, 2006: 234). Ao citarem Fauconnier & Turner (1998), justificam a ideia para a CGA, afirmando que, ao comprimirmos uma dada informação (que forma uma rede do tipo “espelho”⁹), ativamos certas construções com sentidos inerentes para descrevermos o evento referido. Para tanto, os autores propuseram a seguinte CGA: “construção agentiva: X (base) (agir) Y (sufixo agentivo)” – (ALMEIDA & GONÇALVES, *loc. cit.*).

A questão da relação entre as diferentes funções semânticas desse formativo começou a ser levantada no primeiro artigo elaborado por Almeida & Gonçalves. Como esses trabalhos servem de base para o nosso, detalharemos com mais vagar a questão da rede polissêmica de *-eiro* no próximo capítulo, ocasião em que (a) estenderemos a rede para acolher as formações não estudadas pelos autores e (b) apresentaremos argumentos de natureza variada para comprovar a centralidade da acepção agentiva. Antes, porém, convém resumirmos as ideias de um outro estudo sobre o sufixo *-eiro* na linha da Linguística Cognitiva: Botelho (2009).

2.6. A proposta sociocognitiva para as construções agentivas X-*eiro* segundo Botelho

⁹ Segundo Almeida & Gonçalves (2006), a rede espelho seria aquela em que os espaços mentais constituintes de uma mescla (*inputs*, genérico e mescla) compartilham um enquadre organizado de um determinado evento.

Em seu primeiro trabalho acerca das formações *X-eiro* no português (BOTELHO, 2004), a linguista levantou algumas questões a respeito da integração conceptual na gramática e no léxico, apresentando uma proposta sociocognitiva com base na teoria das construções gramaticais para as formações *X-eiro* (GOLDBERG, 1995). Essa e outras questões foram novamente revistas e ampliadas em Botelho (2009).

Além da análise das formas *X-eiro* em si, outros questionamentos foram levantados pela autora, tais como: “como o sentido de palavras e expressões se integra formando, em uma sentença, seu significado global?” Enfim, como os sistemas formal e conceptual se integram?” (BOTELHO, 2009: 178).

Para examinar as construções denominais *X-eiro* de acordo com o arcabouço da gramática das construções, Botelho (2009: 179) assume que as palavras com esse formativo correspondem à seguinte estrutura sintática: “[X fazer/afetar Y]. Essas formações, em sua maioria, refletem o processamento cognitivo e linguístico oriundos de nossas experiências e geram, principalmente, substantivos e adjetivos”.

Com o objetivo de explicar minuciosamente a multiplicidade de sentidos dessas construções, a autora analisa as formações nucleares (regulares) e as periféricas (radiais). Sua primeira hipótese coincide com a ideia central desta dissertação, ou seja, tais formações constituem uma “ampla rede polissêmica conectada por elos metafóricos” (BOTELHO, *op. cit.*), justificando, assim, as relações entre as acepções, as motivações e heranças herdadas de um grupo semântico para outro. Todavia, *a priori*, não descartaremos, nesta dissertação, a possibilidade de haver, também, motivações metonímicas envolvidas nessas extensões.

O embasamento teórico de Botelho foi a hipótese Sociocognitiva da Linguagem (cf. SALOMÃO 1999, 2003; MIRANDA, 2003, 2004), a qual envolve a abordagem cognitivista, a teoria da mesclagem conceptual (FAUCONNIER & TURNER, 1998, 2002), bem como a teoria da gramática das construções (GOLDBERG, 1995).

Além dos conceitos (polissemia e metáfora) que serão também usados para a presente dissertação, Botelho amplia o leque de teorias com a utilização da construção gramatical e da teoria da mesclagem conceptual, analisando o fenômeno linguístico da derivação em *-eiro* sob diversas óticas.

Com o intuito de refocalizar a análise da construção em pauta, não só de um prisma formalista, a abordagem da autora, assim como a nossa, concentra-se em uma visão “multidirecional” e “processual” na integração do conceito com o léxico.

A crítica que a linguista faz às abordagens formalistas (discutidas nas seções anteriores) se baseia na autosuficiência do significante e na listagem aleatória de afixos na língua que, de certa forma, esmorece a teoria dos jogos da linguagem proposta por Wittgenstein (1953). Ao admitir que as formas linguísticas (lexicais ou sintáticas) são tão somente pistas e não veículos plenos de significação (cf. FAUCONNIER & TURNER, 1998), não seria coerente assumir, simplesmente, uma proposta de cunho formal para dar conta da complexidade de um fenômeno linguístico que envolve experiências sociais, culturais e, até mesmo, individuais.

Antes de expor a análise propriamente dita, Botelho propõe uma possibilidade de investigar as diferentes manifestações das construções *X-eiro* através de uma *rede polissêmica metafórica*, sem considerar, como visto anteriormente, formações estanques para cada categoria semântica.

No esquema de dados analisados pela linguista, encontramos subdivisões de exemplos em grupos semânticos do mesmo modo que foi feito pelos autores anteriores, diferindo, porém quanto à organização, a saber: categoria “humano” (p. ex.: “jornaleiro, “pedreiro”, “jardineiro” etc.); categoria “objeto” – subdividida em diversos tipos – “recipiente” (p. ex.: “cinzeiro”), “aparelho” (p. ex.: “iogurteira”), “equipamento” (p. ex.: “cotoveleira”), “mobiliário” (p. ex.: “cabeceira”), “locativo” (p. ex.: “galinheiro”), “planta” (p. ex.:

“roseira”); categoria “atividade” (p. ex.: “roubalheira”, “berreiro”, “discurseira” etc.); categoria “fenômeno” (p. ex.: “nevoeiro”, “geleira”, “braseiro” etc.); e, por fim, categoria “estado” (p. ex.: “besteira”, “bobeira”, “bambeira”). No capítulo de análise, veremos até que ponto essa divisão tão pulverizada, com a criação de vários subgrupos tão vinculados semanticamente, se mostra de fato interessante para a investigação de nossos dados.

Na proposta da autora, há um levantamento de algumas hipóteses acerca dessas construções, tais como: (a) as construções agentivas se constituem como uma categoria radial; (b) a categoria agentiva humana motiva outras construções herdeiras formando uma rede; e (c) as acepções herdeiras são “projeções metafóricas de protonarrativa da mente humana” (BOTELHO, 2009: 181), ou seja, é aquela, que, segundo Turner (1996), forma a base conceitual da linguagem e do pensamento.

Os passos para a análise da linguista se estruturaram, a princípio, pela descrição morfossemântico-pragmática da construção central de agente, pela postulação da integração entre o conceito e a forma, pela descrição das três subcategorias herdeiras da acepção de agente e, em seguida, pelo esclarecimento dos processos de projeções (*links* metafóricos). Ao tratar da acepção central agentiva, Botelho opta pela abordagem das construções em termos de Goldberg (1995), justificando que as construções seriam uma proposta conveniente para explicar a integração entre os limites dos constructos conceptuais e a forma (materializada linguisticamente), já que o funcionamento dos esquemas gramaticais forma uma rede regida por semelhantes princípios. Desse modo, seria possível esclarecer a extensão de significados que, como ela mesma afirma, “vão muito além da forma” (BOTELHO, 2009: 182).

Nesse contorno, ela propõe uma formalização elucidativa inicial para dar conta das formas agentiva “humana” (p. ex.: “padeiro” e “jardineiro”). Tal construção representa a fusão sintático-semântica entre o papel de agente e a ação do verbo no sufixo *-eiro*, em que observamos o reflexo de uma cena básica da experiência humana. Portanto, a escolha pelo

formativo *-eiro* implica um processo interpretativo de personificação que é compreendido, mais claramente, em termos cognitivos de uma mesclagem conceptual do que apenas em termos de fusão de formas conforme Goldberg (1995) instituiu. De acordo com Botelho, é fundamental que se traga à baila a compreensão da condensação entre os termos de uma cena (agente, ação e objeto), como fazem Gonçalves & Almeida (2005), para debater os processos sintáticos em termos goldberguianos, bem como os processos semântico-cognitivos da teoria da mescla (FAUCONNIER & TURNER, 2002).

Outro tópico abordado pela autora condiz com a questão da pejoratividade do formativo. Assim como os demais trabalhos aqui descritos, a linguista afirma ser esse sufixo designativo das profissões de menor prestígio social, principalmente quando cotejado com os formativos *X-ista* ou *X-o*, por exemplo¹⁰, mas não explana essa questão além das observações até aqui expostas.

Em termos estritamente morfológicos, Botelho descreve essas construções que contêm base e produto variáveis entre as categorias nomes/adjetivos e acredita que a acepção de agente, tanto em construções adjetivas quanto substantivas, se estabelece em termos de uma relação semântico-pragmática de *figura e fundo*: “Quando a construção é um substantivo, a agentividade é *figura*; quando, no entanto, a construção é um adjetivo, a agentividade é *fundo*” (BOTELHO, 2009: 186). No entanto, não há uma elucidação clara para essa distinção quanto à capacidade cognitiva humana de focalizar/subfocalizar a agentividade inerente ao sufixo.

A autora elabora uma síntese semântico-pragmática da construção agentiva central, defendendo que a estrutura seria composta de um agentivo e uma sintaxe “X fazer Y onde X é [humano]” de uso coloquial, designando baixo *status* social. Todavia, afirma que esse esquema construcional não apresenta condições suficientes para todas as formações *X-eiro*.

¹⁰ O que a autora chama de *X-o*, na verdade, corresponde a formações proparoxítonas em *-ólogo* e *-ógrafo*, amplamente estudadas em Gonçalves & Costa (1997) e em Gonçalves, Costa e Yacovenco (1999).

Essa estrutura definiria a categoria *central*, a construção prototípica que se expande para outras diversas significações, considerando, contudo, uma herança do sentido nuclear (agentividade). É importante ressaltar que, ao levantar a questão da herança, Botelho revela que, na rede polissêmica, as extensões de sentido partem da acepção mais geral para outras mais específicas, as quais representam os “nós” presentes nas redes. Assim sendo, a herança de traços presentes em alguns desses “nós” não estariam, necessariamente, presentes em outros.

Seguindo a proposta da teoria da mescla nos moldes de Mandelblit (1997), a autora sustenta que a mesclagem é um processo cognitivo, “uma ‘personificação’ que condensa todo evento (agente – ação – objeto) em seu protagonista” (BOTELHO, 2009: 190), formulando um constructo formal e conceptual entre os domínios da mesclagem inerente às palavras *X-eiro* através da seguinte base metafórica: “EVENTOS SÃO AÇÕES, ATORES SÃO MANIPULADORES” (BOTELHO, 2009: 191). Partindo desse conceito metafórico básico, a linguista aponta para outras possíveis formações geradas por herança, mas sem precisar, contudo, seus limites exatos. Desse modo, consegue argumentar a respeito da previsibilidade existente para a elaboração de outras formações a partir do centro prototípico humano que origina (por um processo de personificação) a extensão entre agente – objeto, agente – planta, agente – locativo etc.

Botelho explica tais elos por meio da proposta de Turner (1996), a qual pressupõe que possuímos a capacidade cognitiva de personificar elementos de diferentes naturezas, fazendo projeções “parabólicas”. Dessa maneira, ela explica que todos os elementos pertencentes a uma cena básica sofreriam uma interpretação agentiva.

A título de ilustração, Botelho representa o processo de personificação relacionado a um dos tipos de metáfora ontológica por um esquema cognitivo de mescla, o qual abrange as projeções de um traço animado para entidades inanimadas e admite que essas projeções se

façam de um “nó” da rede para outro. Todavia, a autora menciona a questão da polissemia que envolve muitos dos vocábulos com essa formação, como é o caso da palavra “biscoiteira” que designa três diferentes acepções (agente, excesso e objeto) e, se não indicarmos pragmaticamente o significado, não podemos delimitar, de modo preciso, o significado a que o termo se refere.

Botelho destaca, ainda, que as extensões da rede se fazem por ascendência de um sentido comum, mas nem sempre os grupos mais radiais irão apresentar as mesmas características semânticas pertencentes ao protótipo e que a “tensão” existente entre teses que defendem a homonímia e outras que defendem a polissemia é sanada através da explicação de uma rede de ampliação semântica. Por mais que haja a possibilidade de acreditarmos que há argumentos plausíveis em favor da homonímia, a autora sustenta que tal hipótese ainda não se consumou, pois não há como postular diferentes origens para o sufixo *-eiro*.

Outra questão importante para a formalização da extensão postulada por Botelho (2009: 195) são as construções que possuem “propriedade negativa e/ou em excesso”, as quais, diferentemente das outras acepções em que a autora estipula uma personificação da agentividade, nestas se torna difícil compreender se palavras como, por exemplo, “berreiro” e “nevoeiro”, representam *causa* ou *consequência*. Desse modo, a linguista explica que, nesses casos, há uma “inversão da historinha” (BOTELHO, *op. cit.*); o que era considerado “objeto” nas construções anteriores, nestas funcionam como “agente” (“associado ao traço de intensidade”), daí postular-se-ia “muito sono dá (soneira)”, “muito berro dá (berreiro)” etc.

Não há dúvidas do valor do trabalho da autora, pelo compromisso em esclarecer as categorias semânticas do formativo *-eiro* e suas relações em diferentes teorias da LC. Percebemos, também, que essa análise se aproxima do objetivo desta dissertação, contudo, procuraremos dar mais foco à questão do detalhamento das subdivisões categoriais e tentar minuciar a explicação das extensões de sentido de uma acepção para a outra.

3. ARCABOUÇO TEÓRICO

Esta dissertação fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva (LC) e objetiva investigar, como sinalizado na Introdução, as questões semânticas que envolvem o sufixo *-eiro* no PB. Como já foi dito, alguns trabalhos realizados anteriormente, no âmbito gerativista, serviram como base para a elaboração deste, na medida em que tanto o Gerativismo quanto a LC são consideradas teorias mentalistas¹. Ainda que o gerativismo se preocupe em descrever o conhecimento inato que o usuário de uma língua tem para processar essa ou aquela construção, esse conhecimento fica restrito somente à faculdade da linguagem. Já o cognitivismo, por meio de uma abordagem interdisciplinar, relaciona as diferentes áreas do conhecimento e diversas capacidades mentais que, de certa forma, influenciam nas escolhas do falante para construir os possíveis sentidos de uma unidade linguística no discurso.

Na primeira seção deste capítulo, fazemos um brevíssimo histórico a respeito da abordagem cognitivista, traçando um percurso sobre as primeiras ideias que levaram alguns linguistas gerativistas a propor uma nova análise para os fenômenos inerentes à linguagem. Nas demais partes, apresentamos os conceitos que fundamentaram a análise da construção morfológica *X-eiro*: *frame*, MCI, metáfora, metonímia e polissemia. Nessa nova proposta, a LC postula que a maneira pela qual construímos o significado, ou formamos palavras/sentenças na língua, está, de certa forma, relacionada com o modo como agimos no mundo, com as nossas crenças e experiências sociais dentro de uma cultura ou, até mesmo, individualmente.

¹ Tanto o Cognitivismo como o Gerativismo são consideradas teorias mentalistas, pois se preocupam em descrever de que forma o falante desenvolve/ processa mentalmente as construções linguísticas.

3.1. As primeiras ideias para uma abordagem cognitivista na Linguística

A LC foi impulsionada nos finais da década de setenta, por uma série de estudiosos de diferentes ciências, como a Filosofia e a Psicologia, com os trabalhos de Putnam (1975); Lakoff (1987); Lakoff & Johnson (1980); Langacker (1987); Kay (1975); Talmy (1988); Fillmore (1982), Sweetser (1990) entre tantos outros. Foi a partir de estudos interdisciplinares que a LC ofereceu respostas para questões que já vinham se colocando ao longo dos estudos estritamente linguísticos, tais como aquelas instituídas por Lakoff (1987: 1),

“O que é razão? Como construímos significados de nossas experiências? O que é um sistema conceitual e como isto é organizado? Todos os falantes fazem uso de um mesmo sistema conceitual? Caso façam, o que seria esse sistema? Caso contrário, o que haveria exatamente em comum no mesmo modo de pensar entre os seres humanos?”² (tradução nossa).

Essas indagações fizeram com que muitos linguistas reexaminassem as versões clássicas/tradicionais acerca do conceito da *razão* (causa/motivo) que nos fazem construir significados através do nosso sistema linguístico. Em princípio, a visão tradicional considerava que a razão seria abstrata, descorporificada e literal, isto é, as proposições poderiam ser consideradas, objetivamente, como falsas ou verdadeiras. Por outro lado, a visão cognitivista afirma que a razão possui base corpórea³, bem como considera seus aspectos imaginativos (metáfora, metonímias e esquemas imagéticos) como fundamentais, em vez de entendê-los como algo periférico e sem importância para o funcionamento da linguagem. Portanto, podemos perceber que uma das diferenças cruciais entre o tradicionalismo e a nova visão cognitivista é que aquele acredita ser a razão *transcendental*, ou melhor, independente e

² “What is reason? How do we make sense of our experience? What is a conceptual System and how is it organized? Do all people use the same conceptual system? If so, what is that system? If not, exactly what is there that is common to the way all human being think?”.

³ O “mecanismo” da corporificação nos é inerente na medida em que nos damos conta de que alguns conceitos considerados abstratos necessitam ser compreendidos de forma “concreta/palpável” e, para tanto, utilizamos como recurso as noções humanas mais básicas, tais como as orientações espaciais e as sensações físicas. A língua, portanto, é um importante meio de evidenciar o modo como funciona o nosso sistema conceptual.

anterior a qualquer experiência humana, enquanto esta se preocupa em estudar a razão através do modo como desenvolvemos nossos conceitos/pensamentos e como os diferentes ambientes influenciam nessa operação.

Para tanto, desde cedo, sentiu-se a necessidade de rediscutir conceitos que vinham sendo estudados, como os de *Categorização*, anteriormente compreendido como um conjunto de elementos cujas características básicas eram igualmente compartilhadas entre todos os membros. Tal consideração se tornou insuficiente para algumas questões que emergiram ao longo dos estudos linguísticos. Outras propostas conceituais também ganharam destaque, como, por exemplo, os *Modelos Cognitivos Idealizados* (MCIs), *Frames*, *Esquemas de Imagem*, *Polissemia*, *Metáfora/Metonímia* (ou *Metaftonímia*), visto que, para descrever como os significados linguísticos são construídos, é indispensável não só identificar as estruturas de conhecimentos relativamente estáveis, mas também observar os diferentes tipos de integração dessas estruturas, incluindo-se o mapeamento entre domínios conceituais (como o ocorrido nos processos metafóricos e metonímicos).

3.1.1. Categorização e Protótipos – contraste entre o Tradicionalismo e o Cognitivismo

Para a visão tradicional, as categorias são definidas em termos de propriedades comuns compartilhadas pelos membros que as constituem, ao passo que, para a LC, a categorização é uma questão fundamental, pensada em termos de *protótipos*, ou seja, membros que possuem as propriedades/características mais representativas de uma dada classe. Nessa linha, a LC define os membros de uma categoria a partir de graus de proeminência; em outras palavras, alguns membros de uma categoria seriam mais centrais (mais prototípicos), enquanto outros seriam mais periféricos (mais radiais). Sob esse enfoque, podemos definir e organizar os fenômenos linguísticos⁴ de acordo com as categorias das quais

⁴ Os fenômenos linguísticos referidos aqui são todas e quaisquer formações linguísticas que o falante é capaz de executar, como, por exemplo, os processos morfológicos de formação de palavras – concatenativos

fazem parte. Dessa forma, torna-se mais viável e coerente compreendermos a maneira que constituímos e processamos nossos conhecimentos que, inevitavelmente, são refletidos na língua.

A ideia clássica de que as categorias são definidas por meio das propriedades que seus membros têm em comum vem nos acompanhando em várias áreas de estudos, durante séculos. Embora tal ideia não seja completamente equivocada, pode-se dizer que categorizamos as diversas entidades do mundo pelas suas propriedades básicas e comuns, porém isso não é o suficiente para definirmos o conceito de categorização e, também, não nos responde algumas questões acerca desse complexo processo.

Lakoff (1987) traça um histórico em relação às definições clássicas de categorização, que vão desde Wittgenstein (1953) até aquelas mais recentes desenvolvidas pela psicóloga Eleanor Rosch (1973-1975), passando por uma revisão de conceitos como os de Austin (1961), Berlin & Kay (1969) e Kay & McDaniel (1978). Lakoff (1987) mostra, então, que a noção de protótipo e sua organização em categorias radiais não é inteiramente original na LC e tem raízes em estudos de diversas áreas.

Uma das pesquisas que mais contribuiu para os estudos do processo cognitivo de categorização foi a de Eleanor Rosch (1975). A psicóloga desenvolveu, através de suas investigações empíricas, o que chamamos, hoje em dia, de “Teoria dos Protótipos e os Níveis-básicos de Categorização”. Essa teoria abarca, essencialmente, uma escala completa dos membros de uma categoria, de acordo com as propriedades que a eles são inerentes, transformando, portanto, a visão clássica a respeito dos diferentes processos de categorização e estabilizando esses processos de maneira expressiva como uma “subárea” (LAKOFF, 1987) da psicologia cognitiva.

A partir desse estudo pioneiro, Eleanor Rosch (ROSCH, 1978) reelaborou a noção

clássica sobre a categorização. Primeiramente, percebeu-se que se as categorias são definidas apenas pelas propriedades em comum que seus membros compartilham; então, nenhum desses membros seria mais apropriado que o outro para servir de melhor exemplo. Outra objeção estaria relacionada ao fato de que se as categorias são determinadas somente pelas propriedades inerentes de suas entidades; com efeito, a formação de categorias deveria ser independente de qualquer capacidade humana neurofisiológica, tais como a habilidade de se expressar corporalmente, de perceber as coisas do mundo através de nossos sentidos, de se comunicar eficientemente, bem como de formar imagens mentais, memorizar e organizar as coisas aprendidas ao longo da vida. Esse estudo passa a ser fundamental na medida em que percebemos que esta é a maneira que nos apropriamos para fazer referência às coisas, ou seja, compreendermos e organizarmos entidades do mundo através de categorias.

Rosch, juntamente com sua equipe de estudiosos, desenvolveu um irrefutável modelo de análises empíricas, contribuindo não apenas para os interesses da psicologia cognitiva, como também para os estudos antropológicos, filosóficos e, até mesmo, linguísticos. Contudo, sua colaboração científica se concentrou em dois grandes polos dos estudos da categorização: “Os efeitos prototípicos” que se estendem à pesquisa das “cores básicas”, elaborada por Berlin & Kay (1969) e aos efeitos de “nível-básico” das categorias, desenvolvidos pelas observações gerais de Brown (1965) e pelos resultados de Berlin & Kay (1969).

Os efeitos do nível-básico investigados por Rosch devem ser compreendidos, como a psicóloga mesmo afirma, posteriormente ao conhecimento dos conceitos referentes à categorização. Rosch e sua equipe ampliaram o conceito dos efeitos do nível-básico encetado nos estudos da antropologia cognitiva para um paradigma experimental da psicologia. Do mesmo modo que Berlin & Kay (1969), eles descobriram que, psicologicamente, o nível-básico se situa no meio de uma taxonomia hierárquica. Por exemplo, o termo “animal” estaria em um nível superordenado, já “cachorro” e “Retriever” fariam parte do nível-básico e

subordinado, respectivamente.

Em suma, Rosch descreve de que maneira percebemos, agimos, organizamos nosso conhecimento e nos comunicamos através do nível-básico das categorias. Em princípio, percebemos os membros desse nível integralmente, isto é, através de uma simples imagem, conseguimos identificá-los de imediato. Interagimos de modo similar com todas as entidades pertencentes a esse nível, bem como nos comunicamos com frequência através delas, pois são retidas de maneira menos custosa em nossa memória e se ajustam aos mais diversos contextos por sua neutralidade de significado; logo, são mais acessíveis por seus termos serem adquiridos e compreendidos com mais facilidade pelas crianças e, devido a isso, são os primeiros a entrarem no léxico da língua. Organizamos, nesse nível, a maioria das propriedades dos elementos pertencentes a uma categoria; tais características nos permitem selecionar e, ao mesmo tempo, comparar quais membros fazem ou não parte da classe em questão.

A teoria dos protótipos, por sua vez, postula que, ao categorizar, os seres humanos empregam suas experiências e imaginações e isto inclui suas percepções, atividades motoras, a cultura de que fazem parte, bem como a capacidade de metaforizar, metonimizar e criar imagens mentais. Portanto, podemos afirmar que a razão humana não é apenas uma manipulação de símbolos abstratos, mas também a maneira como usamos esses símbolos, mediada por nossas experiências e percepções. Esse novo conceito mais humano para os estudos sobre categorização (cf. BERLIN & KAY, 1969; ROSCH, 1978; entre outros) refletiu uma mudança da visão clássica com relação à ideia de verdade, conhecimento, significado, racionalidade e *estudos gramaticais*.

3.2. Suportes teóricos para a elaboração da proposta dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs)

Conforme estipulado por Lakoff (1987: 68), organizamos nossos conhecimentos de

acordo com os significados das estruturas designadas como Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs). As estruturas categoriais, assim como os efeitos prototípicos, são consideradas subprodutos da organização desses modelos.

As primeiras ideias sobre MCI se desenvolveram a partir das propostas de Fillmore (1982) – “Frame Semantics” (*frames* semânticos); Langacker (1986) – “Focal Adjustments” (ajuste focal); e Lakoff & Johnson (1980) – “Metaphoric and Metonymic Mappings” (mapeamentos metafóricos e metonímicos). Em princípio, cada MCI representa uma estrutura complexa, uma *gestalt*, isto é, um determinado conceito é interpretado integralmente, de acordo com os outros conhecimentos relacionados a ele, formando uma base de conhecimento relativamente estável.

Além dos MCIs, configuram essa base de conhecimento relativamente estável as Molduras Comunicativas (MCs) ou *frames*. Os mais estáveis como, por exemplo, os Esquemas Imagéticos (EIs), funcionam, cognitivamente, como um dos instrumentos indispensáveis à construção dos significados. Os *frames* se caracterizam por um conjunto de procedimentos estabelecidos culturalmente, pois, para cada situação comunicativa, há uma série de convenções comportamentais pré-determinadas consensualmente entre os falantes, que se espera, mesmo que não à risca, sejam seguidas. Já os EIs são esquemas mentais abrangentes e mais básicos que estabelecem relações estruturadas a partir de nossas atividades corporais (visual, sinestésica, auditiva, sensório-motora). Esse conceito é estruturado de modo sistemático, no qual atribuímos ideias mais complexas àquelas mais primárias, a exemplo da metáfora do contêiner – “Entre na discussão de corpo e alma”; observamos que, pelo uso da preposição “em” conceptualizamos a “discussão” como um recipiente.

Nas próximas subseções, definiremos melhor os conceitos de que efetivamente lançaremos mão na análise ora proposta.

3.2.1. *Frame* semântico segundo Fillmore

A proposta para *frame* semântico oferece uma maneira particular de estudar os significados das palavras, bem como de caracterizar princípios para a criação de novas palavras, frases e outros novos significados. A construção do significado global de um texto, por exemplo, ocorre devido aos conceitos relacionados na estrutura textual como um todo. O termo *frame* é usado para definir, de um modo geral, um conjunto de vários conhecimentos integrados. Essa definição pode ser referida também como “esquema”, *script*, “cenário”, “arcabouço ideacional”⁵, “modelo cognitivo” ou “teoria do senso comum”⁶. O *frame* semântico é oriundo da tradição de uma semântica empírica, em vez de uma semântica formal. Assim como Fillmore pronunciou, o panorama de um *frame* semântico não é, necessariamente, incompatível com os trabalhos e resultados no âmbito da semântica formal. Todavia, há uma importante diferença entre a semântica empírica e a formal: enquanto aquela enfatiza a continuidade entre língua e experiência, essa desvincula a linguagem de qualquer outra área do conhecimento ou experiência.

De acordo com Fillmore (1982), as palavras representam a categorização de nossas experiências e cada categoria é realizada por uma motivação situacional que tem como pano de fundo nosso conhecimento, seja ele vivencial ou enciclopédico. Em relação aos significados das palavras, a pesquisa sobre os *frames* semânticos pode ser considerada como uma contribuição para compreender por que motivo os falantes de uma determinada comunidade necessitam criar uma categoria, a qual deve ser representada por palavras e explicada através de seus significados, esclarecendo a razão pela qual tal categoria foi criada.

Em seu artigo “Frame Semantics” (FILLMORE, 1982: 112), o autor introduz a ideia

⁵ Fillmore (1982), em seu artigo “Linguistics in the Morning Calm”, faz referência ao termo “ideational scaffolding”, traduzido aqui como “arcabouço ideacional”.

⁶ No mesmo artigo publicado por Fillmore (1982), “Linguistic in the Morning Calm”, o autor usou o termo “folk theory”, traduzido, neste trabalho como “teoria do senso comum”, pois está relacionada ao reconhecimento e aceitação de conceitos/crenças comum de um povo (BEAUGRANDE, 1981).

de *frame* com as seguintes palavras: “Particularmente, pensou-se que cada caso de *frame* seria uma ‘cena abstrata’, uma ‘situação’ abstrata, assim, para entender a estrutura semântica de um verbo, é preciso entender as propriedades de cada cena esquematizada”⁷. Refletindo sobre isso, inferimos, então, que os significados são relativizados em cenas e que, além dos aspectos/regras sintáticas e gramaticais, subjazem motivações situacionais basilares para o resultado das escolhas de algumas formas linguísticas em detrimento de outras (que, em princípio, possuem semelhança de significado), assim como nos faz entender também o funcionamento da própria gramática.

Basicamente, Fillmore estabelece que o *frame* é estruturado por domínios de conhecimento que podem ser correlacionados, ainda que sejam de naturezas diferentes. Se esses domínios podem ser relacionados, há também a possibilidade da estruturação de um esquema que é “emoldurado” e passa a ser um conhecimento mais estável em nossa mente. Em outras palavras, podemos dizer, com apoio nas ideias de Fillmore, que *frame* é uma base de conhecimento estável, grosso modo, registrada e, mesmo que seja organizado por domínios que são com frequência “atualizados”, é considerado uma noção evocada cotidianamente pelo falante, auxiliando-o na identificação e referenciação das coisas do mundo.

Em suma, *frame* é um sistema de categorias estruturado de acordo com alguma motivação contextual. As palavras, portanto, nos orientam para um conceito/pensamento que se deseja expressar e, desse modo, nos permitem a elaboração de uma organização categorial e seus efeitos. O exemplo da expressão “café-da-manhã”, usado por Fillmore (1982: 380), evoca uma determinada cena esquematizada na mente do falante, permitindo-lhe identificar tal refeição mesmo não considerando o horário que o indivíduo está se alimentando ou, ainda, que não tenha dormido durante a noite, mas que, em uma determinada hora da manhã, faça essa refeição. Assim, percebemos que, independente dos domínios de conhecimentos que nos

⁷ “In particular, I thought of each case frame as characterizing a small abstract ‘scene’ or ‘situation’, so that to understand the semantic structure of the verb it was necessary to understand the properties of such schematized scenes”.

fazem identificar essa refeição como “café-da-manhã”, bem como de que maneira ela é realizada (a depender da cultura em questão), conseguimos compreender o seu significado e formular sentenças com outros termos que fazem parte do *frame* esquematizado pelo evento em si.

Os elementos que concedem “suporte” para o significado (FILLMORE, 1982: 397), a depender de cada palavra, sentença, expressão etc., são elaborados a partir das experiências e instituições humanas e, como afirmado por Fillmore (1982), o único modo para compreender, de fato, como funcionam tais “suportes” do significado é entendendo de que maneira são formadas essas experiências e instituições, as quais motivam os falantes a criar categorias através das palavras.

3.2.2. O ajuste focal como uma das habilidades cognitivas segundo Langacker

Assim como Fillmore (1982), Langacker, em seu trabalho “Cognitive Grammar” (1987), afirma que as expressões linguísticas são fundamentadas em cenas; todavia, ressalta que o significado dessas expressões não é apenas construído pela descrição do evento em questão, mas também pela integração e pelo significado das entidades que constituem essa cena. Uma das propostas de Langacker se sustenta na análise da capacidade de os falantes descreverem a mesma cena básica de diferentes maneiras, isto é, estruturarem linguisticamente as alternantes exposições das imagens.

O contraste das imagens expostas em uma cena pode ser representado através de nossas diferentes habilidades mentais; logo, essas imagens são “corporificadas”⁸ e materializadas por meio da linguagem. O modo como, convencionalmente, estabilizamos cada estrutura de um evento constitui uma faceta crucial para o significado. As imagens

⁸ A corporificação das imagens captadas pelos falantes está relacionada com a habilidade que nós temos de expressar conceitos através de nossas experiências e sentidos corporais mais básicos. Para um melhor esclarecimento sobre a teoria da *Corporificação da mente*, ver “Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought”, George Lakoff & Mark Johnson. Books (1999).

influenciam na estruturação linguística que perfaz a situação concebida pelo usuário da língua, variando de acordo com alguns parâmetros estabelecidos por Langacker (1987).

As construções linguísticas se alternam segundo os ajustes focais que os falantes realizam em relação a uma dada cena, e tais ajustes, segundo Langacker (1987: 117), são organizados pela *seleção*, determinante da faceta de uma cena pela qual o falante irá optar; pela *perspectivação*, relacionada à posição em que a cena está sendo observada; e, por fim, pela *abstratização*, referente ao nível de especificidade em que a cena é retratada.

O processo de *seleção* diz respeito à indicação dos domínios que um predicador seleciona, o que é fundamental para a formação do próprio predicado. A exemplo disso, Langacker (1987 *loc. cit.*) cita a expressão “o grande copo azul de plástico”, analisando cada propriedade relacionada ao núcleo do sintagma, cujas características pertencem a domínios cognitivos diferentes, o que possibilita a visualização do objeto de diferentes prismas: ora uma propriedade material (plástico), ora espacial (grande), ora tonal (azul). Nesse caso, as diferentes palavras indicam domínios distintos e as características do objeto podem ser selecionadas de acordo com aquilo que o falante quer evidenciar.

Langacker (1987: 117) menciona ainda o exemplo das palavras inglesas “close” (perto/próximo) e “near” (perto/próximo), as quais possuem semelhantes significados, porém, por vezes, assumem aspectos diferenciados a depender do domínio que essas palavras representam em uma determinada sentença. O vocábulo “close” pode denotar diferentes aspectos de significado, ou seja, pode pertencer a diferentes domínios cognitivos, tais como (a) “espacial” (*The tree is quite close to the garage.* – “A árvore está bem próxima da garagem.”); (b) “temporal” (*It’s already close to Christmas.* – “Está bem próximo do Natal.”); (c) “tonal” (*That paint is close to the blue we want for the dining room.* – “Esta cor é bem próxima do azul que queremos para a sala de jantar.”); e (d) “afetivo/sentimental” (*Steve and his sister are very close to one another.* – “Steve e sua irmã são bem próximos um do

outro.”). Nesses exemplos, “close”, que corresponde a “próximo” em português, pode indicar todos esses domínios. Embora “close” seja sinônimo de “near” (“perto” em português) em alguns contextos, essas palavras, tanto em português quanto no inglês, não podem designar todos os domínios exemplificados, como é o caso do contexto “afetivo/sentimental”, no qual não poderíamos empregar “near/perto” – **Steve and his sister are very near one another/ *Steve e sua irmã são muito pertos um do outro.*

Percebemos que as palavras denotam diferentes domínios cognitivos. Algumas são consideradas sinônimas pelo fato de, em alguns contextos, poderem designar domínios comuns, a exemplo de “near/close”. No momento em que o falante seleciona uma dada palavra num contexto, ele faz a relação do evento que deseja descrever/narrar com os domínios a que as palavras podem corresponder.

O perfilamento/recorte que fazemos de uma dada entidade concernente a uma cena a que pretendemos nos referir será realizado de acordo com o escopo (ou domínio cognitivo) que se quer determinar. Portanto, ao nos referirmos a um elemento, selecionamos o domínio cognitivo como uma base de conhecimento que irá permitir a seleção de outros escopos imediatamente relacionados. Entendem-se, por “escopo imediato”, os diferentes perfilamentos /recortes daquilo que se pretende definir, de um modo geral ou específico, a depender da intenção do falante. A título de exemplificação, podemos citar Langacker (1987: 119), em que o autor utiliza o corpo humano e seus membros integrantes como possibilidades de representar os diferentes recortes que podem ser feitos da anatomia humana, seja de um modo geral (usando termos como “braços” e/ou “pernas”) ou mais específico (como “cotovelo” e/ou “falange”).

Outra habilidade relacionada à capacidade cognitiva do ajuste focal é a *perspectivação*. Ainda que a *perspectivação*, por vezes, seja semelhante à *seleção*, Langacker (1987) chama a atenção para alguns pontos essenciais da perspectiva do falante para a

construção gramatical. Esse conceito envolve outras questões, tais como, “figure/ground alignment” (figura/alinhamento de fundo), “viewpoint” (ponto-de-vista), “deixis” (dêixis) e “subjectivity/objectivity” (subjatividade/objetividade).

A habilidade de perspectivar “figura e fundo” consiste em uma das principais funções cognitivas dos seres humanos e é tão importante para os aspectos semânticos quanto para as questões gramaticais. A figura é uma subestrutura destacada/selecionada pelo falante, a qual servirá como base para a construção linguística. Vários são os fatores que contribuem para a escolha de um elemento da cena em detrimento de outros que a compõem. Normalmente, essa escolha é feita tendo como base a intenção daquilo que o falante deseja enunciar a respeito e, conseqüentemente, essa seleção é acompanhada da maneira que iremos observar/perspectivar a figura destacada. Uma entidade em movimento, por exemplo, é uma forte candidata para servir como “figura”. Normalmente, a movimentação de um elemento da cena contribui para um contraste evidente ou se manifesta como uma assimetria, fazendo com que tal elemento seja uma subestrutura passível de um enfoque intuitivo.

Langacker (1987) cita a questão da hierarquia em relação ao nosso foco de atenção. Essa hierarquia pode ser mais bem explicada se lançarmos mão do próprio exemplo de Langacker (1987: 122), no qual se descreve um quadro contendo três árvores e um céu azul no fundo. Podemos, *a priori*, focar nossa atenção em uma das três árvores e ter como alinhamento de fundo as outras restantes, bem como podemos focar nas três árvores como uma única figura e fazer o alinhamento de fundo com o céu azul. Assim, o autor explica que o fenômeno da hierarquia do foco de atenção é crucial para as escolhas do falante e, conseqüentemente, irá interferir nas construções gramaticais e nas análises semânticas.

Similar à hierarquia do foco de atenção, o “ponto-de-vista”, como o próprio autor afirma, é “evidente por si mesmo” (LANGACKER, *loc. cit.*). O ponto-de-vista do falante diz respeito aos diversos ângulos em que podemos observar uma cena ou um objeto. Em um

determinado evento, composto por agentes participantes (ou pacientes), objetos, imagens, um específico cenário etc., o falante irá voltar seu ponto-de-vista para aquilo que foi selecionado e, ao mesmo tempo em que perspectiva o que foi focado por sua atenção, observa e escolhe, dentre as possíveis maneiras de olhar o elemento selecionado, aquela que melhor lhe convier em um determinado contexto situacional. O ponto-de-vista está estritamente relacionado ao posicionamento físico do que está sendo referido, bem como do posicionamento da pessoa que fala a respeito da cena. Além dos aspectos intencionais, entram em jogo também os aspectos físicos daquilo que se pretende descrever.

Um determinado componente de uma cena pode assumir duas feições fundamentais: de *subjetividade/objetividade* (cf. HOFSTADTER, 1979), a depender da função dêitica assumida em uma dada cena. A objetividade/subjetividade é de grande influência para a predicação de uma sentença, bem como para os participantes envolvidos. A dêixis é considerada, segundo Langacker (1987), uma manifestação de caráter auto-referencial na linguagem. Ao atualizarmos o interlocutor, objetivamos a dêixis por um mecanismo de transferência mental (LANGACKER, 1987: 131) que consiste em indicar, pelas construções linguísticas, conceitos mais gerais para aqueles mais específicos através de informações acessíveis aos interlocutores. O contrário também ocorre. Podemos, através da dêixis, generalizar informações quando há um maior grau de acessibilidade por parte do interlocutor, capacitando-o a alcançar aquilo a que estamos nos referindo.

O último tipo de ajuste focal proposto por Langacker (1987) é a *abstratização*, termo usado com diferentes significados. Um dos significados mencionados pelo autor é aquele equivalente ao que chamamos de “seleção”, a qual envolve a omissão da consideração de alguns domínios ou propriedades (LANGACKER, 1987: 132). Outra maneira de usarmos esse termo é por meio do afastamento imediato da realidade física, isto é, algo pode ser abstraído por ser apenas fruto da imaginação de um ou vários indivíduos (p. ex.: um

unicórnio), ou por não pertencer a um domínio físico (p. ex.: o número “sete”), ou por não ser diretamente revelado por nossa experiência sensório-imediata (como é o caso dos “átomos”). Todavia, Langacker (1987) trabalha com o conceito de *abstratização* de um esquema relativo às instanciações, a qual se distingue dos outros tipos citados. Um esquema é compreendido como uma relação abstrata e pode envolver todos os domínios e propriedades de suas instanciações. Quando caracterizamos um indivíduo como “alto”, esquematizamos/abstraímos uma propriedade específica, ou seja, a indicação numérica exata da altura da pessoa.

As expressões linguísticas, segundo o autor, são, raramente, bem definidas. Até mesmo um esquema típico na língua, isto é, aquele que construímos de modo a detalhar o maior número de informações necessárias ao nosso interlocutor, por vezes resulta em um leque variado de significados, em vez de estabelecer uma noção estável daquilo que se quer dizer. Entretanto, ao enunciarmos uma dada ideia, podemos abstratizar algumas das informações com o intuito de estabelecer uma noção geral de um conceito minimante interatuado/conhecido por todos, ao passo que, se expressamos nossas ideias com um maior detalhamento, grosso modo, esclarecemos com mais precisão as informações que desejamos transmitir.

Em relação à construção *X-eiro*, percebemos que a transição de uma acepção para outra reflete a capacidade que os falantes possuem de abstratizar o referente focalizado de acordo com a sua intenção e mediante o contexto interacional. Ao designarmos entidades mais palpáveis, como é o caso dos *objetos* (“cinzeiro”, “isqueiro”, por exemplo), levamos em conta aspectos mais concretos, enquanto, para outras acepções, como é o caso de *excesso*, aspectos mais abstratos e subjetivos.

3.2.3. Mapeamento metafórico

Consonante ao que foi proposto por Lakoff & Johnson (1980), o processo metafórico

passou a ser considerado como um dos aspectos do nosso sistema cognitivo, cultural e cotidiano, não se limitando apenas ao âmbito das figuras de linguagem literárias (como antes era tratado). Os autores, em “*Metaphors we live by*” (“Metáforas da vida cotidiana” – 1980), interpretam o papel das metáforas na mente e na linguagem, explicando os possíveis mecanismos que nos permitem lidar com o que sabemos sobre nossas experiências físicas e sociais, provendo uma compreensão de outras inúmeras questões referentes à língua e ao sistema conceptual humano. Devido a nossa capacidade de metaforizar, conseguimos compreender os conceitos mais complexos e abstratos em termos de outros conhecimentos e experiências básicas que adquirimos ao longo de nossas vidas. Em outras palavras, podemos dizer que as metáforas representam uma correlação entre as propriedades de domínios cognitivos de naturezas diferentes, ou seja, uma relação *interdominial* que nos possibilita descrever um determinado conceito/entidade em termos de outro(a).

Nos capítulos iniciais do livro, Lakoff & Johnson (1980: 7) abordam a sistematicidade dos conceitos metafóricos, exemplificando a objetiva relação que fazemos de uma “discussão” em termos de uma “batalha”. Ordenadamente, ativamos dois domínios cognitivos concernentes a uma “discussão”, bem como aqueles relativos ao de uma “batalha”. Desse modo, metaforizamos os termos de uma discussão com expressões geralmente usadas para o domínio cognitivo de “guerra”, a exemplo de “atacar uma posição”, “estratégia”, “nova linha de ataque”, “vencer” etc. Uma parte da rede conceptual da palavra “batalha” caracteriza, parcialmente, o conceito de “argumento/discussão” e, assim, a língua se ajusta a essa nova idealização elaborada pelo falante.

Conforme proposto pelos autores, desde que as expressões metafóricas foram estudadas de um modo sistemático, levando em consideração os processos cognitivos envolvidos para a realização das construções linguísticas, podemos obter uma compreensão mais ampla a respeito da influência de nossas atividades cotidianas nas materializações das

expressões que nos fazem atinar para um conceito a partir de outro com propriedades comuns. Para ter uma ideia de como as expressões metafóricas cotidianas nos dão um *insight* a respeito da natureza do conceito de metáfora e das estruturas de nossas atividades diárias, tomemos como exemplo a expressão metafórica “tempo é dinheiro”. Essa manifestação linguística reflete uma concepção comum entre diversas línguas de países ocidentais capitalistas. Em sentenças como “você está *gastando* o meu tempo”, “Como você *economiza* seu tempo nos dias de hoje?”, “não *tenho* tempo para você”, “ele *investiu* muito tempo nela” etc. (LAKOFF, 1980: 8), percebemos que o “tempo”, em nossa cultura, é idealizado como uma “mercadoria”, algo “negociável”, “valorizado” e que não podemos “desperdiçar”.

Ao usarmos essa expressão metafórica, consideramos diversas circunstâncias que nos fazem associar esses dois domínios (tempo e dinheiro) através das correlações que fazemos cotidianamente em nossa vida social/cultural. Atualmente, no mundo capitalista, observamos que existem diversas novas maneiras de trabalho e salários, as quais os funcionários são pagos por hora/semana/mês etc., corroborando ainda mais a ideia de que “desperdiçar” *tempo*, seria o mesmo que “gastar” *dinheiro*. Esses novos métodos de negociações trabalhistas estruturam nossas atividades básicas habituais de um modo muito arraigado (LAKOFF & JOHNSON, *loc. cit.*); portanto, correspondemos e compartilhamos expressões linguísticas de um dos domínios em termos de outro.

Os conceitos metafóricos exemplificados pelos autores, como “tempo é dinheiro”, “tempo é um recurso limitado” e “tempo é uma mercadoria de valor”, formam um sistema simples baseado em uma subcategorização. Na medida em que consideramos o tempo como um “recurso limitado”, isso nos permite imaginar o dinheiro como um “objeto” de valor. Essas relações de subcategorizações caracterizam um acarretamento de relações entre metáforas, ou seja, a partir de determinados conceitos metafóricos, formamos tantos outros correlacionados. No caso da metáfora em questão, observamos que há uma estreita relação

com o exemplo de “tempo é um recurso limitado” que, por sua vez, acarreta outra metáfora “tempo é um objeto/mercadoria de valor”.

O domínio cognitivo representado pela palavra “dinheiro” é interpretado por outros domínios, os quais ativam *frames* (conhecimentos mais básicos e estáveis) que podem ser denotados por verbos ou expressões, a exemplo de “gastar”, “investir”, “estimar”, “custar”, “ter o suficiente para”, “esgotar” etc. Esses exemplos atestam as diferentes maneiras de acarretamento possíveis de um sistema coerente de expressões para esses conceitos metafóricos.

Lakoff & Johnson (1980) analisaram a importante questão sobre as metáforas orientacionais, as quais serão apreciadas com mais afinco durante a análise dos dados. Em princípio, podemos dizer que as metáforas orientacionais são diferentes daquelas estruturais, observadas em linhas anteriores, pois enquanto estas indicam um conceito em termos de outro, aquelas organizam um condensado sistema de conceitos entre dois domínios, como, por exemplo, “Estou *para baixo* nesses dias”. Nesse exemplo, embora infiramos dois domínios distintos, ambos estão aglutinados na expressão “para baixo”. Tais metáforas são denominadas “orientacionais” porque, na maioria dos casos, indicam orientações espaciais, como “cima/embaixo”, “dentro/fora”, “frente/trás”, “ligado/desligado”, “profundo/superficial” e “centro/periferia” (LAKOFF & JOHNSON, 1980: 14). As orientações espaciais são reflexos do comportamento do corpo humano em relação ao ambiente físico/espacial.

Essas metáforas são representadas por expressões que fazem parte de nosso vocabulário corriqueiro. Constantemente, baseamo-nos nas noções espaciais ou, até mesmo, quantitativas para nos referir a ideias mais subjetivas/emocionais como é o caso da expressão em inglês “I’m feeling *up* today” (“Hoje estou *para cima*”, LAKOFF & JOHNSON, 1980: 14). Essas metáforas não são consideradas arbitrárias, pois têm como base nossas experiências

físicas e culturais. Apesar de a bipolaridade entre as posições espaciais “cima/baixo”, “dentro/fora” etc. ser de natureza física, a metáfora orientacional pode variar de cultura para cultura. Conforme exemplificado por Lakoff & Johnson (*loc. cit.*), em algumas culturas, diferentemente da nossa, a ideia de “futuro” é conceptualizada como “aquilo que está *atrás*”, pela simples razão de não ser possível “visualizar” o futuro, o que está por vir.

Idealizamos, em nossa cultura ocidental, o posicionamento superior como algo positivo/bom, enquanto o que está abaixo é considerado negativo/ruim. Ao longo da abordagem a respeito das metáforas orientacionais, os autores sugerem diversos exemplos para ilustrar que a maioria dos nossos conceitos fundamentais é organizada em termos de uma ou mais metáforas espaciais, como é o caso das sentenças “I’m feeling *up* today.” (“Hoje estou para *cima*.”) – significando que o sujeito a quem a sentença se refere está feliz/bem-humorado; “He is *highly* intelligent.” (“ele é *altamente* inteligente.”) – significando que esse indivíduo é muito inteligente, possui grande sabedoria; “the discussion *fell to the emotional level*, but I *raised it back up to the rational plane*.” (“a discussão *caiu para o nível emocional*, mas eu *trouxe de volta para o plano racional*.”) – revelando que a racionalidade tem um *status* superior ao da emoção.

Lakoff e Johnson (1980) propõem, ainda, que há uma sistematização interna para cada tipo de metáfora. Os casos apresentados em linhas anteriores nos mostram que a metáfora “feliz é estar para cima” possui um sistema coerente de exemplos em vez de diferentes tipos isolados. A idealização espacial se referindo aos sentimentos, emoções e conceitos subjetivos indica que existe uma generalização da ideia de que a localização espacial “*up*” (“acima”) corresponde a uma noção de positividade.

As metáforas orientacionais estão enraizadas em nossas experiências físicas e culturais, pois, como afirmam os linguistas, “uma metáfora pode servir como um veículo para

o entendimento de um conceito apenas pelo fato de possuir bases experienciais.”⁹ (LAKOFF & JOHNSON, 1980: 18 – tradução nossa).

Outro relevante tipo de metáfora citado por eles são as *ontológicas*. Essas metáforas correspondem, basicamente, à referenciação de conceitos complexos como entidades/substâncias, isto é, nossas experiências compreendidas como objetos físicos e substâncias proveem uma gama de bases de entendimentos que vão além das simples orientações espaciais. A partir do conjunto de conhecimentos básicos, adquiridos ao longo de nossa vida, de propriedades consideradas mais “palpáveis” ou mais evidentes, conseguimos compreender conceitos mais complexos/abstratos devido a um mecanismo de “transferência” de propriedades. Em outros termos, somos capazes de entender mais facilmente através de conceitos simplificados e objetivos. A título de exemplificação, Lakoff e Johnson (1980: 26) propuseram a metáfora ontológica “inflação é uma entidade”, a qual se desdobra em sentenças corriqueiras, tais como: “essa inflação *me deixa doente*”, “nós precisamos *combater* a inflação” etc. Nessas instâncias, o termo “inflação” nos licencia conceptualizar seus significados, através de algumas propriedades em particular e em determinados contextos, como uma entidade/substância.

Uma das realizações das metáforas ontológicas é a idealização de “container” por meio da orientação espacial *dentro/fora*. Somos capazes de nos perceber como *containers* delimitando uma fronteira entre o nosso corpo físico e aquilo que está ao nosso redor. Assim, projetamos essa concepção em relação a diversas outras entidades do mundo, estabelecendo diferentes relações de “conteúdo/continente” por meio das construções linguísticas, como é o caso da sentença “Are you in the race on Sunday?” (“Você estará na corrida de Domingo?” – LAKOFF & JOHNSON, 1980: 31). Nesse exemplo, concebemos o evento (corrida) como um “container” e os indivíduos participantes como “substâncias” “dentro” desse container.

⁹ “a metaphor can serve as a vehicle for understanding a concept only by virtue of its experiential basis.”

Linguisticamente, isso se evidencia por meio da preposição “na” ou, em inglês, “*in the*”.

As nossas experiências físicas e culturais nos permitem elaborar um leque de possibilidades para diferentes tipos de metáforas, as quais podem variar a depender da cultura em que cada indivíduo está inserido. Essas bases são fundamentais para a elaboração e compreensão das metáforas expressas pelas línguas. Embora os autores tenham partido de uma conceituação intuitiva, eles afirmam que, através dos exemplos, conseguimos distinguir os padrões de metáforas. Pelas próprias palavras dos autores, “na verdade, sentimos que a metáfora não pode jamais ser compreendida ou representada adequadamente sem considerarmos nossas bases experienciais”¹⁰ (LAKOFF & JOHNSON, 1980: 19 – tradução nossa), inferimos que, independentemente do tipo de metáfora, lançamos mão dos conhecimentos e experiências mais básicas que adquirimos desde os primeiros anos de nossas vidas.

3.2.4. Mapeamento metonímico

Assim como o metafórico, o processamento metonímico deve ser considerado uma das características básicas da cognição. Segundo Lakoff & Johnson (1980), é bastante comum as pessoas entenderem perfeitamente o significado de uma sentença mesmo que essa expresse/descreva apenas parte(s) das propriedades inerentes ao todo que se quer referir. No exemplo citado pelos autores, “*the ham sandwich is waiting for his check*” (“o sanduíche de presunto está esperando a conta.” - LAKOFF & JOHNSON, 1980: 35), o termo destacado, na verdade, se refere à pessoa que consumiu o sanduíche, e o que ocorre é parte de um evento sendo focalizado/destacado pelo falante como um todo.

O processo metonímico corresponde, basicamente, ao uso de uma entidade para se referir a outra, estando ambas relacionadas pragmaticamente. Lakoff & Johnson (1980) citam

¹⁰ “in actuality we feel that no metaphor can ever be comprehended or even adequately represented independently of its experiential basis”.

diferentes exemplos para ilustrar a frequência desse processo na mente do falante, como em “The *Times* hasn’t arrived at the press conference yet” - *O Times ainda não chegou à coletiva da imprensa* - e “We need a couple of *strong bodies* for our team” - *Nós precisamos de alguns corpos fortes para o nosso time* - (LAKOFF & JOHNSON, 1980: 36), os quais indicam, respectivamente, o nome do jornal pelos repórteres e “corpos fortes” se referindo a bons jogadores. Assim como na metáfora, na metonímia usamos um termo para nos referir a outro; todavia, a metonímia desempenha, de modo predominante, uma função referencial. Em síntese, podemos definir esse processo (apesar de haver diferentes tipos) como a *parte que define o todo*, sendo que a parte será selecionada a depender da focalização do falante em relação à cena/evento a que pretende referir.

A sistematização metonímica está sempre diretamente relacionada a nossa capacidade de perspectivação perante as entidades do mundo. Da mesma maneira que percebemos/identificamos uma pessoa pela face, que é a parte mais representativa de um indivíduo, o mecanismo metonímico na linguagem também tem, por princípio, a seleção do elemento mais evidente dentre todos os componentes de um evento.

Como visto, a metonímia baseia-se na descrição da *parte pelo todo*. No entanto, Lakoff & Johnson (1980: 38) propõem sete tipos mais comuns de metonímias: (a) *parte pelo todo* (de um modo geral) – “the Giants need a *stronger arm* in right Field” (“os *Giants* precisam de *braços fortes* no campo”); (b) *produtor pelo produto* – “he bought a *Ford*” (“ele comprou um *Ford*”); (c) *o objeto usado pelo usuário* – “the *sax* has the flu today” (“o *sax* está resfriado hoje”); (d) *o controlador por aquilo que está sendo controlado* – “Napoleon lost in Waterloo” (“*Napoleão* perdeu em Waterloo”); (e) *a instituição pela pessoa responsável* – “you’ll never get the *university* to agree to that” (“você nunca vai fazer com que a *universidade* concorde com isso”); (f) *o lugar pela instituição* – “the *White House* isn’t saying anything” (“a *Casa Branca* não se pronunciou”) e (g) *o lugar pelo evento* – “Let’s not

let Thailand become another *Vietnam*” (“não deixe a Tailândia se tornar um *Vietnã*”).

A metáfora e a metonímia não só estruturam a linguagem, como também estruturam nosso pensamento, atitudes e comportamentos (LAKOFF & JOHNSON, 1980: 39). Portanto, são conceitos fundamentados em nossas experiências físicas, sociais, culturais e, até mesmo, individuais.

Retomando a questão dos Modelos Cognitivos Idealizados, os MCIs possuem relação com todas as habilidades descritas até aqui. As capacidades que temos de focalizar/subfocalizar, idealizar/perceber os *frames* relativos a cada símbolo linguístico estão, de certa forma, correlacionadas aos nossos modelos cognitivos e são fundamentais para a sua idealização. Utilizamos essas aptidões para compreender e elaborar todas e quaisquer expressões linguísticas.

Elucidando o relevante papel dos MCIs no âmbito morfológico, em nossa sociedade, por exemplo, uma das categorias semânticas das formações *X-eiro* refere-se a agentes *profissionais* que, em geral, designam profissões de baixo *status* social ou mal remuneradas. Os modelos cognitivos comuns a nossa cultura fazem com que os falantes idealizem, intuitivamente, o formativo *-eiro* como prototípico para a construção de palavras que se referem a empregos de baixa renda e que normalmente não exigem grande formação intelectual, a exemplo de “jardineiro”, “pedreiro” e “faxineira”, dentre vários outros.

Lakoff (1987: 69) afirma que todo elemento de um modelo cognitivo pode corresponder a uma categoria conceptual. Em outras palavras, poderíamos dizer que aquilo que uma sociedade adquire como conhecimento básico idealizado (crenças, costumes, comportamentos etc.) passa a ser considerado um paradigma comum para essa mesma sociedade.

Ao especificar a proposta sobre MCIs, Lakoff faz uma alusão à teoria dos esquemas de Rumelhart (1975) que caracterizou os modelos proposicionais. Esses esquemas se

estabelecem por uma rede de relações entre termos, e cada relação representa um *link* que corresponde a uma categoria conceptual cujas propriedades dependem de diversos fatores, como o vínculo entre os componentes de um esquema proposicional, a ligação entre os próprios esquemas e a interação desses esquemas com outros aspectos do nosso sistema conceptual. Assim, as construções de MCIs progridem de modo a estabelecer uma integração entre os novos conhecimentos e os já adquiridos, uma vez que esses novos MCIs surgem pela realimentação contínua entre os modelos cognitivos.

Lakoff (1987: 70) menciona, dentre outros, o consagrado exemplo de Fillmore (1982) acerca do termo *Bachelor* (“solteirão”, em português), em que, antes de considerar qualquer aspecto cultural, ou qualquer forma de consentimento em relação às crenças, “solteirão” caracteriza um indivíduo do sexo masculino, na idade adulta, que não seja casado. Todavia, sabemos que, em algumas proposições, o termo “solteirão” não seria admitido, pois, inevitavelmente, o falante considera tantos outros aspectos conceituais referentes às crenças, à cultura e a outros variados fatores sociais, os quais são conjecturados através das diferentes capacidades cognitivas humanas. Seria incoerente, portanto, um falante elaborar uma proposição como “O padre é um solteirão”, ou “O Papa é um solteirão”. O modelo cognitivo idealizado que temos em nossa cultura (católica ocidental) não nos habilita o emprego coerente da palavra “solteirão” em contextos que não nos remetam às características de um homem em uma determinada faixa etária, desvinculado de posições de ordem eclesiástica.

Para encerrar esta apresentação dos aspectos da LC que utilizaremos na análise das formas *X-eiro*, resta falar da noção de polissemia, fundamental para a elaboração de uma rede que reflita, de modo coerente e organizado, as diferentes acepções do sufixo.

3.3. A questão da polissemia para os estudos cognitivistas

Algumas abordagens gerativistas, referidas ao longo do capítulo 2, admitem uma

relação de homonímia entre as diferentes formações *X-eiro*, entendendo que cada acepção estaria relacionada a uma regra distinta e que cada sufixo *-eiro* seria diferente dos demais, principalmente pela mudança de classe que essas derivações não experimentam.

Neste trabalho, defendemos, assim como outros autores (ALMEIDA & GONÇALVES e BOTELHO, entre outros), que o sufixo *-eiro* é *polissêmico*, isto é, com diferentes manifestações de sentido, todos co-relacionados, estendidos a partir de habilidades cognitivas como, por exemplo, a de metaforizar e de metonimizar. Para tanto, convém apresentar o que entendemos por polissemia e quais são as diferenças entre homonímia e polissemia.

3.3.1. Polissemia vs. homonímia

Em princípio, distinguem-se polissemia e homonímia através da relação entre as diferentes manifestações semânticas pertencentes a uma mesma forma e tal relação pode ser analisada numa perspectiva sincrônica ou diacrônica (cf. SILVA, 2006). Sob a ótica diacrônica, os sentidos de uma palavra estariam co-relacionados, caso tivessem a mesma origem etimológica, enquanto palavras consideradas homônimas teriam étimos distintos. Pelo critério sincrônico, os significados de um termo estão relacionados de acordo com a consideração dos próprios falantes, sem levar em conta questões históricas.

A polissemia, no entanto, pressupõe uma relação semântica que, segundo Silva (2006: 47), é reconhecida pelos próprios falantes, ao passo que palavras homônimas não apresentam qualquer tipo de relação entre os variados significados. Contudo, tal “reconhecimento” referido pelo linguista é um tanto quanto subjetivo, na medida em que percebemos que o uso de um mesmo termo em diferentes contextos nem sempre é analisado conscientemente pelo falante, de modo a asseverar precisamente tal relação entre as acepções.

Nas palavras de Silva (*loc. cit.*), “nem sempre estes dois ‘relacionamentos’ coincidem e, por conseguinte, podem estes dois critérios conduzir a resultados contraditórios”. O autor

cita o exemplo da palavra “cabo”, a fim de elucidar melhor sua apreciação, e explica que significados “sincronicamente não-relacionados” são o mesmo que “palavras sincronicamente homônimas” que divergiram de um mesmo étimo, daí a origem latina *caput* resultar no vocábulo “cabo”, o qual pode significar “acidente geográfico” ou “posto militar”. Mesmo assim, é possível deduzirmos que o significado básico/primário de “extremidade” poderia ter originado ambas as acepções (bem como outras inerentes a esse termo).

Pensando desse modo, o critério etimológico continuaria corroborando a diferenciação entre polissemia e homonímia. Não obstante, Silva menciona ainda o exemplo da palavra inglesa *ear* (“orelha”, “ouvido”), proveniente do latim *auris*, bem como a palavra *ear* (“espiga de cereal”) oriunda do latim *acus-aceris*. Tanto no primeiro caso como no segundo, o linguista afirma que, para muitos falantes, trata-se da mesma palavra que designa diferentes entidades (“orelha”/“espiga de cereal”) por conta de uma extensão metafórica, com base na semelhança entre as formas desses dois elementos.

Ainda que, em alguns casos, a oposição diacronia e sincronia relacionada aos étimos das palavras seja relevante, percebemos que o uso cotidiano, rotineiro do léxico de uma língua, não é analisado nesses termos. É por demais pretensioso acreditarmos que essa distinção de significados entre palavras de formas idênticas seja, de fato, levada em conta pelo usuário da língua, pois além de ter um custo demasiado para que o falante se dê conta da existência da relação de sentidos (ou não) entre um significado e outro, essa distinção não seria necessária, uma vez que cabe apenas aos linguistas investigar a ocorrência de um tipo de manifestação ou outra.

Com efeito, podemos imaginar que os termos homonímia e polissemia se referem a um mesmo fenômeno, sendo aquele analisado sob uma perspectiva formal e este sob uma perspectiva semântica, isto é, voltado para as extensões de sentido propriamente ditas. Além do mais, a análise dessas extensões entre os significados de um mesmo item lexical ainda

apresenta divergências e subjetividades quanto às vinculações que envolvem habilidades cognitivas de diversas naturezas (metaforizar, metonimizar, focalizar/subfocalizar etc.), as quais, por vezes, se limitam em estudos mais especulativos que empíricos.

Por conta desses e outros problemas, Silva sustenta que, do ponto de vista do uso e do saber semântico lexical, o critério diacrônico é inaceitável, visto os falantes distinguirem intuitivamente a polissemia (sentidos relacionados) da homonímia (sentidos não-relacionados); essa distinção independe de qualquer fator histórico, até mesmo porque muitas relações se perdem durante o processo evolutivo da língua e, em geral, não conseguimos recuperá-las.

Outra consideração apontada por Silva é a subjetividade que subjaz aos processos de extensão de sentido. Uma série de fatores culturais, cognitivos e experienciais está imbricada nas sucessões de sentidos de um dado termo na língua. Todavia, o linguista afirma que “apesar da sua potencial subjetividade, é preferível e aconselhável optar pelo critério sincrônico” (SILVA, 2006: 48), uma vez que não se trata apenas de “constructos teóricos” e sim das realidades linguística e psicológica.

Contudo, mesmo que consideremos um critério sincrônico para estudar as manifestações de sentido, percebemos que permanece uma incoerência nos princípios norteadores para amenizar a subjetividade da distinção entre a polissemia e a homonímia. Conforme verificamos nas seções do capítulo anterior, alguns linguistas tentam evitar a subjetividade dessa diferenciação aplicando testes de natureza morfológica, isto é, diferentes regras morfológicas indicando relação homonímica (cf. MARINHO, 2004). Desse modo, como observou Silva, muitos casos de polissemia acabam sendo considerados homonímia.

Alguns estudiosos optam por testes *semânticos* para classificar os significados de um termo em uma ou outra relação, tais como gradação entre sinonímia e antonímia; derivação semântica; pertença a campos lexicais diferentes, nos casos de homonímia, ou a campos

semelhantes, para os de polissemia; bem como o teste componencial ou sêmico. Todavia, Silva (2006: 49) esclarece que muitos desses testes não avaliam as fundamentais relações metafóricas e metonímicas para a geração de polissemia na língua, uma vez que os significados de uma mesma palavra podem pertencer a diferentes campos lexicais ou “a nenhum campo lexical bem definido”.

Por conseguinte, Silva conclui que a distinção entre ambas as relações de significados não possui qualquer relevância no uso efetivo da língua pelo falante. Ainda que esses possam distinguir a existência ou a não-existência de alguma vinculação entre os significados de uma palavra, esse fato não faria qualquer diferença no uso de um ou outro significado.

Mesmo que, *a priori*, pareça-nos desnecessária a distinção entre homonímia e polissemia nos estudos linguísticos, Silva (*loc. cit.*) assevera que a relação polissêmica, por envolver “uma certa redundância no léxico mental”, aciona habilidades cognitivas, culturais, experienciais e até mesmo, psicológicas que, de certa forma, irão influenciar nas co-relações entre as diferentes manifestações de sentido de um termo do léxico; a homonímia, ao contrário, “é um fenômeno acidental”. Assim sendo, Silva defende que ambas constituem um *continuum* de relação de sentidos, pois, dentro de uma abordagem cognitivista, quando se têm manifestações coerentes do sentido de uma palavra, recorreremos à polissemia, posto que entram em jogo padrões experienciais/vivenciais na mente do falante.

3.3.2. Polissemia virtual vs. polissemia real segundo Basilio

A maior parte das descrições sobre os processos morfológicos do português se fundamenta na noção de homonímia e, por isso mesmo, descreve cada acepção de um afixo por meio de uma RFP diferente, como vimos no capítulo anterior, sobretudo na subseção referente a Rocha (2003).

Em Basilio (2005), encontram-se argumentos em favor da polissemia em construções

lexicais, distinguindo dois tipos fundamentais: a polissemia real e a virtual. A autora considera o fenômeno da polissemia como determinante das diferentes manifestações de significados e denomina tal fato de *polissemia sistemática*, uma vez que há uma variedade de interpretações possíveis de “caráter pré-determinado” em uma forma linguística, ressaltando que se trata de uma importante estratégia para o uso e uma explicação para uma determinada construção na língua em suas diferentes funções interligadas.

Embora estudos de formação de palavras tradicionalmente não considerem questões sociais, culturais e cognitivas, Basilio faz alusão aos fatos socioculturais que subjazem aos processos de formação, haja vista os exemplos usados pela autora, “pintor” e “escritor”, os quais, respectivamente, apresentam *polissemia real* e *polissemia virtual*. Enquanto o primeiro pode ser usado para designarmos tanto “um operário” quanto “um artista”, o segundo designa apenas indivíduos que se dedicam a escrever obras literárias. Pelo fato de “escritor” apontar, normalmente, para um único referente, Basilio o considera um caso de *polissemia virtual*. Apesar de ambas as palavras se relacionarem a um mesmo processo de formação, isso não determina a ocorrência, ou não, de polissemia e, ainda, nesse último exemplo, não há, formalmente, nada que impeça a existência de polissemia; logo, a autora o chama de “virtual”, uma vez que entrariam em jogo fatores pragmáticos ou socioculturais. Cabe lembrar que um estudo, na linha de Basilio (2005), sobre polissemia real do prefixo re- foi desenvolvido por Andrade (2007).

3.3.3. Metáfora e metonímia como determinantes da polissemia

Os mapeamentos metafóricos e/ou metonímicos são considerados os principais processamentos cognitivos para as diferentes manifestações de sentido de um determinado termo na língua. Tanto uma quanto a outra geram especificações de significados correlacionados de uma palavra. De acordo com Silva (2006), esses *mapeamentos* sistemáticos

envolvem a relação entre domínios (*domínio-alvo* e *domínio-origem*) e tais relações são estabelecidas pelas experiências dos falantes. Ainda que, em princípio, consigamos encontrar algumas distinções entre um processo mental e outro, há – e sempre houve – falta de consenso e, por vezes, clareza na delimitação entre ambos os processos.

Em geral, a diferença entre esses mapeamentos conceituais sistemáticos se concentra na *similaridade* inerente à metáfora, bem como na *contiguidade* relativa à metonímia (cf. SILVA, 2006: 119). Todavia, essas relações de similaridade e contiguidade algumas vezes não são compreendidas de modo correto. Alguns estudiosos estruturalistas as interpretam como relações do *mundo real* ou como relações *linguísticas*, mas “raramente relações entre conceitos”. Contudo, percebemos que as associações entre os domínios que envolvem os processos metafóricos e metonímicos nem sempre se resumem em associações entre formas linguísticas e/ou entre entidades do mundo real, mas sim em analogias de ordem mental, apreendidas por meio de nossas habilidades cognitivas. Nesse contorno, Silva (*op. cit.*) explica que a contiguidade referente aos processos metonímicos, por exemplo, envolve vários tipos de associações entre domínios; não apenas os espaciais, mas também os temporais e causais. É justamente através dos nossos “modelos/habilidades cognitivos(as)” que somos capazes de entender, em uma perspectiva mais abstrata, a “contiguidade” entre relações como “objeto-propriedade” e “causa-efeito”, entre outros. Portanto, a diferença decisiva entre os processos metafóricos e metonímicos consiste, de um modo geral, na “semelhança” e na “contiguidade” dos domínios conceituais envolvidos, respectivamente.

Nas construções de redes esquemáticas, as quais têm como base os processos cognitivos de *categorização*, as relações de sentido são estabelecidas por extensões. Conforme Silva (2006: 121), a similaridade referente à metáfora “diz respeito a propriedades de objetos e situações”, enquanto a contiguidade relativa à metonímia “incide sobre indivíduos e eventos”, daí a proposição de definirmos a relação metonímia como *intra-*

dominial e a metáfora como *inter-dominial*. Mesmo que a diferença entre “situações” e “eventos” seja um tanto quanto sutil, percebemos, através de uma infinidade de exemplos na língua, que as situações envolvidas nas metáforas são corriqueiras e/ou fortuitas, ao passo que os eventos das relações metonímicas implicam conceitos relacionados aos próprios indivíduos a que nos referimos.

Assim, a metáfora pode ser entendida como uma projeção – correspondência ontológica ou epistêmica – de parte das informações de um domínio conceptual (origem) para o outro (alvo), em que os conceitos pertencentes ao domínio-origem são mais concretos e os do domínio-alvo, mais abstratos. Os processos por metonímia e por metáfora conceptual distinguem-se porque neste associam-se entidades provenientes de dois domínios distintos; naqueles, pelo contrário, relacionam-se entidades conceptualmente contíguas de um mesmo domínio.

Em outras palavras, as metonímias caracterizam-se pela substituição de um conceito por outros concernentes a um mesmo domínio, devido à proximidade de sentido entre eles, como se observa em “Devolva o *Neruda* que você me tomou e nunca leu.” (Chico Buarque), em que há substituição da obra pelo autor. Já as metáforas caracterizam-se pela possibilidade de se estabelecerem pontos de contato entre conceitos pertencentes a domínios distintos. Por exemplo, a expressão “Maria é uma flor” fornece um conceito metafórico para “Maria” e, de acordo com esse conceito, “Maria assemelha-se a uma flor”. Nesse caso, ao comparar uma pessoa a uma flor, similaridades entre domínios diferentes são criadas, pois “Maria” (domínio-alvo) passa a ser conceptualizada com propriedades relativas a uma flor (domínio-origem). Desse modo, novos sentidos metaforizados emergem como resultado da interpenetração conceptual das características de ambos os domínios (origem e alvo).

Portanto, a polissemia inerente à linguagem pode ser explicada, basicamente, pelas relações metonímicas e metafóricas que se estabelecem entre domínios conceptuais

envolvidos na referenciação, levando à recategorização semântico-pragmática do referente.

Com base nesse quadro teórico, propomos, no próximo capítulo, a formalização de uma rede polissêmica de modo a refletir as relações de sentido entre as diferentes acepções das formações *X-eiro*, expondo as possíveis extensões de sentido conceptualizadas pelo falante nos termos de Almeida & Gonçalves (2006) e Silva (2006).

4. A POLISSEMIA NAS CONSTRUÇÕES X-EIRO

Conforme vimos nas seções do segundo capítulo desta dissertação, o sufixo *-eiro* é considerado polissêmico para alguns linguistas cognitivistas e homonímico para alguns gerativistas. Assumindo, nesta análise, que se trata, realmente, de um formativo polissêmico, propomos que as suas diferentes acepções constituem um sistema categorial organizado. Partindo dessa consideração, concebemos o sufixo derivacional *-eiro* como, prototipicamente, agentivo. Dos vários sufixos agentivos na língua portuguesa, denominais, como *-ista* e *-ário*, deverbais, como *-dor*, entre tantos outros, *-eiro* é, sem dúvida, um dos mais polissêmicos e, por isso, reflete, com bastante nitidez, o complexo funcionamento dos processos cognitivos humanos através da linguagem¹.

Cabe lembrar que as palavras consideradas entrincheiradas (p. ex.: “poleiro”, “bueiro”, “celeiro”, “desfiladeiro”, “ribanceira” etc.), por se estruturarem a partir de uma base presa, não foram focalizadas na análise, uma vez que não apresentam regularidade polissêmica, como acontece com as de base livre. Ainda que recorramos à etimologia da palavra, a análise permanece improdutiva devido ao fato de essas formas terem alcançado um nível máximo de lexicalização, ou melhor, embora, muitas vezes tenhamos condições de isolar o sufixo, a base é uma forma linguística não recorrente, tornando as formas derivadas opacas. Por isso, restringimo-nos ao exame daquelas de base livre. Nosso *corpus* (q.v. anexo) contém 132 formas *X-eir-* rastreadas de *sites* eletrônicos como *Google*, *Yahoo*; de revistas, jornais, situações de fala espontânea, bem como dados retirados dos trabalhos de Marinho (2004), Almeida & Gonçalves (2006) e Botelho (2009). Há vários de entrada bem recente na língua, como, por exemplo, “chapeiro” (o responsável, em trailers, pela feitura de hambúrgueres), “dogueiro” (vendedor de cachorro-quente) e “vuvuzeira” (excesso de ruído de vuvuzelas – um

¹ Embora não tenha sido feito um estudo sobre a polissemia de tais sufixos, exceto de *-dor* (BASILIO, 2005), uma observação aos dados da língua revela que, se comparado aos demais, *-eiro* é o que apresenta o maior número de acepções.

tipo de corneta que ficou como marca do mundial de futebol na África).

4.1. A questão do gênero no formativo *-eir-*²

Um importante ponto desta análise diz respeito à problemática do gênero levantada por Marinho (2004: 69) e Gonçalves (1995), em que os autores consideram, através de critérios formais, *-eiro* e *-eira* sufixos autônomos, isto é, *-eira* seria específico para certas formações, como, por exemplo, “agente profissional (deverbal)” (“arrumadeira”; “lavadeira”); “agente habitual (deverbal)” (“zoadeira”; “raladeira”); “instrumento” (“inhoqueira”; “iogurteira”); “objeto de uso pessoal” (“caneleira”; “focinheira”); “anomalia” (“boqueira”; “olheiras”); e “formações naturais” (“cachoeira”; “ribanceira”), enquanto *-eiro* abarcaria outras acepções, como “agente profissional (denominal)” (“sapateiro”; “quiosqueiro”); “agente habitual (denominal)” (“fofoqueiro”; “orkuteiro”); “árvore/arbusto” (“coqueiro”; “jambeiro”); “acúmulo/excesso” (“atoleiro”; “aguaceiro”); “locativo” (“formigueiro”; “saleiro”); “qualidade ressaltada” (“verdadeiro”; “grosseiro”) e “gentílico” (“brasileiro”; “mineiro”).

Nessa apreciação, Marinho (2004: 72) defende, basicamente, que em algumas acepções de *-eiro* seria predominante em relação ao *-eira* e vice-versa, como é o caso da acepção objeto (ou “instrumentos” na versão do autor), em que todos os dados coletados apresentaram derivação em *-eira* (p. ex.: “cafeteira”, “batedeira”, “enceradeira” etc.), do mesmo modo que no grupo de excesso (“qualidade ressaltada” para Marinho), a maioria das palavras é formada por *-eiro* (p. ex.: “barateiro”, “careiro”, “certo” etc.).

Contudo, em nossa análise, contemplamos a existência de um único sufixo *-eir-*, sendo sua variação em *-o/-a* dependente do gênero que a palavra derivada se refere ou da especificação semântica que o formativo abarca (cf. seção 4.1).

² Estamos nos referindo ao sufixo como *-eir* porque, como destacaremos mais adiante, consideramos *-eiro* e *-eira* um único sufixo.

Para entender melhor a questão da variação *-eiro/-eira*, lançamos mão da proposta de Nascimento (2006), na qual o autor reconsidera a problemática do gênero aplicando o modelo teórico da Gramática das Construções e o conceito cognitivista de reenquadre³ aplicado à morfologia. O autor defende que a mudança de gênero está muito mais relacionada a questões cognitivas e subjetivas, como propunham os gramáticos mais antigos, que acreditavam que o funcionamento linguístico respeitante ao gênero estaria relacionado ao próprio comportamento humano e suas crenças, as quais valorizavam o homem como o ser padrão/prototípico, enquanto a mulher seria um ser proveniente/marginal do homem.

Cognitivamente, refletimos na linguagem a maneira como organizamos e categorizamos as coisas do mundo. Nas perspicazes palavras de Nascimento (2006: 104-105), “a construção que envolve os seres não sexuados é decorrente da construção básica, que envolve os seres sexuados”, compreendemos que algumas construções, referentes a seres inanimados, as quais diferem nas vogais temáticas *-o/-a* (p. ex.: “jarro” / “jarra”), são fundamentadas pelas características morfossintáticas das construções masculino (“-o”) vs. feminino (“-a”). Por conseguinte, inferimos que o próprio funcionamento das vogais temáticas na língua decorre de uma estruturação metafóricamente motivada daquelas mais genuínas do nosso sistema cognitivo, isto é, da diferenciação que fazemos entre o gênero masculino e feminino próprio das entidades animadas.

De uma maneira prática, observamos que, nas construções *X-eiro(a)*, a variação em *-eira*, além de especificar o gênero feminino nas entidades animadas, também se refere a especificações semânticas pertinentes a esse sufixo, conforme mencionamos em linhas anteriores. Analisando alguns exemplos a seguir, percebemos que a extensão entre as acepções, por ser tratar de uma especialização semântica do sufixo, acarreta a

³ Na proposta de Nascimento (2006), o conceito de reenquadre, em termos morfológicos, condiria com a possibilidade que um elemento de uma classe tem de se reenquadrar em outra através da perda de características morfossintáticas da classe de origem, bem como da assunção das características da classe em que tal elemento foi reenquadrado.

mudança/variação da forma prototípica *-eiro* em *-eira*:

- (01) I. agullheiro (*agente – objeto – excesso*) / agulheira (*agente – árvore – objeto – excesso*);
 II. cerzideiro (*agente*) / cerzideira (*agente – objeto*);
 III. frangueiro (*agente*) / frangueira (*agente – objeto*);
 IV. manteigueiro (*agente*) / manteigueira (*agente – objeto*);
 V. pedreiro (*agente – objeto*) / pedreira (*agente – local – excesso*) etc.

Os pares de palavras elencados acima nos mostram que a maioria das formas no feminino designa outras acepções, que aparecem destacadas, além daquelas determinadas pelas formações no masculino, corroborando a ideia de que se trata do mesmo sufixo, pois todas essas construções sempre se referem às acepções pertencentes ao formativo *-eiro(a)*, conforme especificamos na seção 4.2.

Ainda que a análise de Marinho (2004) seja bem adequada nos moldes formais, é inevitável que se discuta a questão de que, embora em algumas das acepções desse sufixo predomine um gênero em relação ao outro, tal fato não justifica a possível existência de um outro gênero na mesma acepção. O exemplo sugerido pelo autor, “cerzideira”, apesar de ser uma agente profissional deverbal e, na maioria dos contextos, aparecer na forma feminina, também pode ser usado no masculino (“cerzideiro”), como atestamos em nosso corpus. Os pares em (02) igualmente atestam a intercambiabilidade da terminação e inalterabilidade da acepção:

- (02) “lavadeira” vs. “lavadeiro”;
 “pedreiro” vs. “pedreira”;
 “trabalheira” vs. “trabalheiro” (grupo semântico de excesso);
 “bananeira” vs. “bananeiro”; etc.

uma vez que baseamos o rastreamento de nossos dados no uso real sincrônico da língua.

Em suma, verificamos que pelos critérios formais, embora seja pertinente a distribuição das acepções em função do gênero, tal distinção não nos responde algumas questões que vivenciamos no uso cotidiano da linguagem.

A seguir, iniciaremos as seções de análise das extensões desse formativo, o que

facilitará a compreensão de uma perspectiva cognitiva para a consideração da existência de um único sufixo, de fato, polissêmico.

4.2. O sistema categorial do formativo –*eiro*

Ao compararmos o formativo em pauta com os demais existentes em nosso léxico, percebemos que o sufixo –*eiro* consegue abranger uma série de grupos categoriais os quais, *a priori*, parecem não apresentar qualquer relação semântica, o que torna a análise mais complexa em relação a outros agentivos do PB, como –*dor*, por exemplo, amplamente analisado no trabalho de Basilio (2005), no âmbito do que ela denomina de polissemia sistemática (cf. seção 3.3.2).

A análise que pretendemos traçar tem como objetivo principal relacionar as acepções semânticas desse sufixo, esquematizando-as em uma rede polissêmica e, desse modo, justificar os diferentes significados construídos e compreendidos pelos falantes. Conforme defende a teoria em que o trabalho se apoia, os usuários de uma língua não elaboram formas linguísticas ou constroem os significados de maneira aleatória; em vez disso, se baseiam em outras experiências adquiridas ao longo da vida e estruturam a língua de acordo com os mesmos princípios cognitivos de que lançam mão para outros domínios do conhecimento.

Com esse pensamento, conseguimos compreender que, do mesmo modo com que categorizamos os “tipos de animais” presentes na natureza (p. ex.: “mamíferos”, “ovíparos” etc.), também categorizamos as estruturas linguísticas; a própria organização gramatical é um exemplo de categorização. Seguindo, então, os pressupostos da teoria da categorização e protótipos (cf. seção 3.1.1), reorganizamos as acepções do sufixo anteriormente distribuídas por Marinho (2004) e Almeida & Gonçalves (2006). Nessa nova distribuição dos dados, analisamos as extensões de sentido que, de alguma forma, estão relacionadas.

Ao considerarmos os fenômenos linguísticos como reflexos de nossa cognição, as

palavras do léxico, formadas pelo sufixo *-eiro*, representam uma complexa e abrangente manifestação das capacidades cognitivas humanas no que tange ao processo de categorização e os efeitos relacionados a esse, tais como de *nível-básico* e *prototípico* (ROSCH, 1977). Em princípio, conforme foi exposto na introdução deste trabalho, as palavras com esse formativo podem ser distribuídas em diferentes grupos de acepções, de acordo com os componentes presentes em uma cena básica agentiva (cf. ALMEIDA & GONÇALVES, 2006), isto é, um evento comum que, normalmente, é composto por um *agente*, um *local* e um *objeto*. Além dessas acepções (ou categorias), as construções *X-eiro* se subdividem em mais outras três categorias – *vegetal*, *excesso* e *anomalia* – que, por alguma razão, se formaram pela capacidade que o falante possui de *metaforizar* e *metonimizar*.

O efeito prototípico, inerente a cada categoria representativa do sufixo, é verificado pela inflexibilidade de alguns membros pertencentes a determinadas categorias. Ao observarmos a palavra “frangueira”, a qual pode variar entre uma categoria e outra, ora a interpretamos como um objeto (recipiente que serve para cozinhar/guardar o frango), ora podemos interpretar como uma goleira inepta, incapaz de defender gols do time adversário. Desse modo, essa palavra, por ser plenamente compreendida em ambas as acepções, não seria considerada o protótipo de nenhum desses grupos de significado. Já o vocábulo “engenheiro” seria o protótipo da categoria “agente”, pois percebemos que o significado “profissional que trabalha no ramo da engenharia” é exclusivo e primeiramente interpretado pelos falantes, não variando, portanto, de uma acepção para outra.

As categorias linguísticas, enquanto categorias conceptuais, comprovam os efeitos prototípicos. Cada efeito ocorre em um diferente nível da linguagem: da fonologia, passando pela morfologia e sintaxe, até o léxico (LAKOFF, 1987: 67). Os exemplos que ocorrem com o formativo *-eiro*, no que concerne à representatividade dos termos em relação às diferentes acepções, é uma evidência de que as categorias linguísticas possuem as mesmas

características das conceptuais. E os exemplos, independente do nível da linguagem a que pertençam, são hipóteses de que a língua faz uso dos mecanismos cognitivos em geral, sobretudo daqueles correspondentes aos processos de categorização, fazendo-nos entender, com os resultados das análises, que muitas visões a respeito dos fenômenos linguísticos devem ser revistas consideravelmente (LAKOFF, *loc. cit.*).

Com relação aos níveis categoriais, as acepções das formas *X-eiro* podem organizar-se de acordo com os exemplos classificados no quadro 1 abaixo, no qual observamos que as palavras correspondentes ao nível superordenado são aquelas mais genéricas dentro de uma taxonomia hierárquica, passando pelo nível-básico até aquele mais específico (subordinado), constituído pelas palavras formadas pelo sufixo em questão.

Níveis	Categorias <i>X-eiro</i>					
Superordenado	<i>Agente</i>	<i>Objeto</i>	<i>Local</i>	<i>Vegetal</i>	<i>Anomalia</i>	<i>Quantidade</i>
Nível-básico	- Gentílico - Profissional - Habitual	-Recipiente -Instrumento	-Cômodo	-Árvore frutífera	-Enfermidade	-Excesso
Subordinado	"brasileiro" "engenheiro" "fofoqueiro"	"cinzeiro" "batedeira"	"banheiro"	"macieira"	"unheira"	"lamaceiro"

Quadro 1 – Organização das categorias constituídas pelas formações *X-eiro*

Organizamos o quadro acima visando a apresentar, de modo sistemático, as subdivisões semânticas das construções *X-eiro*, respeitando o efeito de *nível-básico* dos processos de categorização proposto nos estudos de Berlin & Kay (1969) e Rosch (1975). Nessa primeira organização, observamos todos os possíveis usos do formativo *-eiro*, independente do contexto em que a palavra possa estar inserida. O nível *superordenado* representa, dentre os três níveis de uma taxonomia hierárquica, aquele mais abrangente, mais geral, enquanto os membros da categoria de *nível-básico* possuem similaridades percebidas de um modo global, isto é, podem ser percebidos através de uma simples imagem mental (LAKOFF, 1987: 46) e é normalmente nesse nível que os falantes projetam as extensões de

significado, elaborando as metáforas/metonímias conceptuais. Assim, “árvore frutífera” é metaforizada a partir da acepção de agente (como “aquilo que faz”), pelo fato de possuir a “capacidade de produzir” um determinado fruto. Já o nível *subordinado* representa os exemplos propriamente ditos, ou seja, as diferentes maneiras de realização da construção X-*eiro*.

Ao agruparmos desse modo, conseguimos visualizar com mais clareza as possíveis relações de sentido existentes nessas variadas manifestações e assim devemos pensar, uma vez que consideramos o mesmo sufixo para as diferentes expressões de significado. Após elaborarmos tais subdivisões, a partir do *corpus* selecionado para a análise (ver anexo), destinaremos a próxima seção a um outro efeito do processo de categorização: o efeito prototípico.

4.3. A Categoria prototípica: teses que corroboram a centralidade da acepção agentiva

Para a construção de uma rede polissêmica, além da organização categorial das acepções semânticas, é preciso estabelecer aquela considerada *prototípica*. A partir dessa acepção, é possível construir uma rede sistemática, a que todas as outras acepções pertencentes ao sufixo *-eiro* estarão de certo modo conectadas.

Nesta dissertação, assim como em alguns trabalhos anteriores sobre o sufixo, tanto de inflexão gerativista quanto cognitivista (cf. MARINHO, 2004; ALMEIDA & GONÇALVES, 2006, BOTELHO, 2009), consideramos a acepção *agente* como prototípica dentre todas as outras acepções abarcadas pelo sufixo; para nós, é essa a acepção que origina outros grupos semânticos através dos mapeamentos metafóricos e metonímicos que serão detalhados nas próximas seções. Vale ressaltar que, além desses processamentos conceptuais, acreditamos que entram em jogo outras habilidades cognitivas como o *ajuste focal*, a ativação de *frames* e os *MCI*s (cf. seções 3.2, 3.2.1 e 3.2.2). Para validar a ideia de que a acepção agentiva é a

prototípica, valemo-nos de argumentos de natureza variada, extraídos de trabalhos empíricos sobre o afixo em diferentes quadros teóricos. Começamos com a apreciação de um teste de gramaticalidade/aceitabilidade de formas, bem ao estilo do modelo gerativista.

Marinho (2004: 76) realizou um teste de aceitabilidade conforme explicamos na seção 2.4 (pg. 32), com o qual comprovou que a interpretação de agente é sempre possível nas formações X-*eiro*. Após a realização desse teste, Marinho (2004: 80) verificou que cerca de 80% das construções agentivas são julgadas como possíveis pelo falante (em uma soma das avaliações como “PP – perfeitamente possível” ou “EP – estranho, mas possível”). Vem do trabalho de Marinho (*op. cit.*), portanto, a primeira grande evidência para a centralidade da noção de agente.

Outro argumento para a centralidade da acepção agentiva provém de dados históricos. Uma importante verificação na análise de Marinho (2004: 83) foi a primazia da acepção de agente. O autor propôs uma ordem de aparecimento das acepções do atual formativo *-eiro*, que teve sua origem, ainda no latim vulgar, do sufixo *-ariu*, com o intuito de provar que o significado agentivo surgiu antes dos demais. Em princípio, considerou o *Método Histórico-Comparativo*, cotejando vários vocábulos nas línguas românicas atuais, e, em seguida, baseou-se na análise de Maurer Junior (1959), que admite a utilização do sufixo *-ariu*, primeiramente, na formação de adjetivos, “num processo de simplificação de um sintagma nominal constituído de nome mais adjetivo” (MARINHO, 2004: 84), e, posteriormente, postula que, ainda no latim, esse formativo ampliou-se para as acepções “agente profissional” e “locativo”, a exemplo de “caprariu” (pastor) e “libraria” (livraria), nesta ordem.

Para entendermos melhor a evolução semântica desse sufixo, vale retomar o esquema elaborado por Marinho e suas palavras para exemplificar o “mecanismo de conversão” em agente e locativo:

$$[(\text{subst. genérico}) + (\text{adj. X-ariu})]_{\text{SN}} \rightarrow [\text{Ø subst. X-ariu}]_{\text{SN}}$$

O substantivo “taberna”, por exemplo, designava estabelecimentos comerciais, necessitando, dessa forma, de um adjetivo que especificasse o tipo de comércio. Dentro dessa ótica, podem-se citar os adjetivos “libraria” (livraria) ou “unguentaria” (perfumaria), que no latim vulgar se tornaram os designadores desses locais. (MARINHO, *op. cit.*)

Nesses exemplos, observamos que, *a priori*, no latim vulgar, o sufixo *-ariu* compunha formações sintagmáticas com a função de classificar o nome (substantivo) que acompanhava. Era um sufixo com função unicamente sintática, nos termos de Basilio (1990). Portanto, seria interessante pensarmos que a extensão para agente profissional e locativo se manifestou desde o latim vulgar com o intuito de os próprios falantes designarem, por um processo metonímico, o local pelo agente profissional, corroborando ainda mais a ideia de que as manifestações de sentido se dão através de um processo cognitivo. Temos, com o trabalho de Marinho (2004), mais uma evidência da centralidade do agente: tal acepção foi uma das primeiras do sufixo *-ariu*, o precursor histórico de *-eiro*: como a polissemia é o “reflexo sincrônico de mudanças históricas” (SILVA, 2006) e o significado “agente profissional” remonta ao latim, certamente tal acepção é a prototípica – é a que está na língua há mais tempo.

Do trabalho de Spinassé (1999), sobre aquisição morfológica, extraímos uma outra evidência para a centralidade da acepção agentiva. Com base em uma amostra preliminar de quatro crianças de 3 a 6 anos de idade, a autora observou, a partir de testes de estimulação lexical, que os informantes produziam novas formas *X-eiro* indicando agente, a exemplo de ‘carreiro’ (“motorista de carro de brinquedo”) e ‘viãozeiro’ (“aviador”), o que confirma a produtividade dessa acepção entre crianças e, no nosso entendimento, a centralidade do agente no esquema polissêmico aqui estudado.

Podemos recorrer, ainda, a um argumento de natureza quantitativa: se somarmos as formas *X-eiro* encontradas no *corpus* e as distribuirmos numericamente pelos grupos, veremos que quase 80% delas designam agentes – sejam eles profissionais ou habituais, como veremos em 4.6. Assim, o grupo “agente” é o que contém um maior número de formações na

língua. Ressalte-se, por fim, que novas formas *X-eiro* (muitas delas sequer registradas nos dicionários consultados e utilizados para o controle dos dados – Aurélio e Houaiss) são predominantemente agentivas, como as listadas em (03), a seguir:

- (03) dogueiro (vendedor de cachorro-quente)
 chapeiro (encarregado de fazer hambúrgueres)
 maqueiro (profissional que, no ramo da enfermagem, carrega macas)
 fogueteiro (responsável, no tráfico, pelo aviso de entrada de policiais na favela)
 kombeiro (motorista de kombis)
 brahmeiro (apreciador da cerveja Brahma)
 blogueiro (elaborador ou apreciador de blogs)
 twitteiro (usuário habitual do twitter)
 orkuteiro (freqüentador assíduo do orkut)

Tal fato nos remete à ideia de que operamos muito produtivamente com a nomeação de novos agentes, ao acrescentarmos *-eiro* na borda direita de uma base nominal. Obviamente, novas formas *X-eiro* não são somente agentivas, como atestam os dados em (04), mas, sem dúvida alguma, o maior volume de itens lexicais de ingresso recente na língua é, de fato, de agentes.

- (04) vuvuzeira (excesso de ruído produzido por vuvuzelas);
 tomadeiro (objeto, em formato de régua, que contém muitas tomadas);
 empanadeira (instrumento utilizado no fabrico de empanadas – um tipo de pastel) etc.

Todos os argumentos acima apresentados – (a) interpretação de agente possível mesmo nas formas em que acepção primária não é essa (MARINHO, 2004), (b) primeiro significado do afixo já em latim (marinho, 2004), (c) primeiro significado de *-eiro* utilizado produtivamente por crianças em fase de aquisição (SPINASSÉ, 1999), (d) grupo com maior número de formas *X-eiro* (evidência nossa) e (e) grupo responsável pelo maior número de formas novas (evidência nossa) – corroboram a prototipicidade da acepção agentiva e é com base nessa tese que a análise será encaminhada.

4.4. Possíveis extensões metonímicas

Antes mesmo de elaborarmos a rede para as formações *X-eiro*, estipulamos as possíveis *extensões metonímicas* que ocorrem na polissemia desse sufixo. Em outras palavras, tentaremos formalizar um processo conceptual nos baseando, principalmente, em trabalhos como de Silva (2006) – “Polissemia na morfologia: o diminutivo” – e de Gonçalves *et al.* (2009) – “Para uma estrutura radial das construções *X-ão* do português do Brasil”. Considerando as categorias pertencentes ao nível superordenado para o formativo em questão, conjecturaremos que, basicamente⁴, as extensões metonímicas são estabelecidas entre as categorias semânticas: “agente → local”; “agente → quantidade (excesso)” e, por fim, “quantidade (excesso) → anomalia”.

Com base em Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987) e Turner (1996), iremos traçar os possíveis processos conceituais elaborados pelos falantes ao criarem palavras com esse sufixo para as acepções discriminadas acima. Ainda que tenhamos nos valido da primazia histórica da acepção agentiva, bem como da proto-interpretação na fase de aquisição da linguagem, a análise deste trabalho é de natureza sincrônica e propõe uma interpretação semântica para essas formações.

Em princípio, defendemos que o sufixo *-eiro* possui um aspecto semântico de “trivialidade”, isto é, algo comum e corriqueiro, inerente à acepção prototípica de agente, mas que também está presente tanto naquelas formações mais designativas (p. ex.: agentes profissionais – “jardineiro”, “pedreiro”), como naquelas mais avaliativas (p. ex.: agentes habituais e excesso – “fofoqueiro”, “beijoqueiro”; “lamaceiro”, “careiro”). Não sabemos precisar, ao certo, se esse aspecto semântico já estava presente nas acepções desde o latim; todavia, concebemos o fato de esse formativo designar, desde sua origem, agentes responsáveis por um determinado tipo de função social/profissão e que, ao longo da história

⁴ O termo “basicamente” justifica o fato de as extensões serem elaboradas predominantemente por um tipo de mapeamento, todavia, há a possibilidade da co-existência de processamentos metafóricos e metonímicos.

da língua, permaneceu (ou se especializou) como designador de agentes profissionais de baixo *status* social, ou seja, profissões que requerem pouca ou nenhuma formação intelectual e que, em geral, se caracterizam como mais manuais e, sobretudo, mais práticas que teóricas⁵. Por essa razão, tendemos a acreditar que tal acepção (agente profissional) propende a ser mais corriqueira, ou melhor, por, normalmente, serem aquelas estigmatizadas pelos baixos salários, os próprios profissionais “necessitam” trabalhar com mais frequência, de modo a compensar por aquilo que ganham.

Os atributos “frequência”, “trivialidade” e “recorrência” se estendem, portanto, a subtipos de agentes – profissionais, habituais e gentílicos. A formação do subtipo “gentílico” é compreendida por apenas dois dados na língua – “brasileiro” e “mineiro”. Essas formações, na verdade, designavam, tempos atrás, profissionais que trabalhavam, respectivamente, na colheita do *pau-brasil* e no garimpo de minas. Portanto, percebemos que houve uma mudança de referente pela extinção da primeira função e uma extensão metonímica “agente pelo local” na segunda. Por esse grupo conter apenas dois dados, preferimos, em favor de uma maior objetividade da análise, englobá-las no grupo dos agentes como um todo, o que não afeta a regularidade do esquema polissêmico, já que esses dados são casos claros de mudança semântica por metonímia (foram agentivos em algum momento histórico da língua).

Essas acepções compõem o *nível-básico* da categoria de agente que, por sua vez, se especializa, ou se estende a um outro grupo semântico superordenado – grupo “quantidade” (excesso). Essas extensões são resultado da língua em uso, em que o próprio falante leva em conta uma série de fatores culturais e experienciais. O conteúdo semântico de *recorrência/habitualidade*, certamente, é uma das motivações principais (senão a única) para a formação da categoria quantidade (excesso) ou, talvez, pensarmos na categoria “árvores

⁵ Em Gonçalves, Costa & Yakovenco (1999), propõe-se uma escala de prestígio social para os agentivos denominais: *-eiro* (“sorveteiro”), *-ário* (“bancário”), *-ista* (“dentista”), *-ógrafo* (“geógrafo”) e *-ólogo* (“geólogo”). Nessa escala, as profissões *X-eiro* são as menos prestigiadas sócio-economicamente, já que requerem menor grau de especialização e/ou educação formal.

frutíferas” como excesso de um tipo de fruto (cf. quadro 1).

A maioria dos vocábulos com a acepção de agente habitual funciona como adjetivo e salienta a característica da atividade recorrente executada por um determinado indivíduo; por exemplo, uma pessoa que fala habitualmente ou com frequência é designada pelo termo “faladeira”. Defendemos, no entanto, que a característica semântica de “recorrência” provém de um fator sincrônico atual, haja vista o fato do subtipo “agente habitual” e os grupos semânticos “excesso” e “anomalia” não terem sido registrados no latim (cf. MARINHO, 2004) e, principalmente, a questão já mencionada em linhas anteriores referente à necessidade da sucessiva e frequente atividade desempenhada pelos profissionais menos prestigiados sócio-economicamente como, por exemplo:

- (05) “ferreiro”;
 “lixeiro”;
 “serralheiro”;
 “papeleiro”;
 “quitandeiro”;
 “porteiro” etc.

Ainda que, tanto na literatura quanto na prática, os processos metafóricos e metonímicos não nos pareçam conceitos absolutamente estanques, pois observamos que, não raras vezes, alguns exemplos refletem uma espécie de “sobreposição” entre um conceito e outro, Jing-Schmidt (2008: 241), numa análise para o comportamento verbal na língua chinesa, defende uma gradação entre ambos os processos, isto é, uma gradação conceptual entre o domínio fonte e o domínio alvo, a qual configura a gradação da figuratividade – “metonímia – metáfora – *continuum*”. De fato, percebemos que, em muitas instanciações, o processo metonímico parece fomentar o metafórico. Diferente de uma proposta como a de Goossens (2002), que o autor denomina como “metaftonímia”, essa recente proposta de Jing-Schmidt (2008) sustenta um *continuum* ordenado, esclarecendo, grosso modo, “onde começa um processo e termina o outro”. Nesse contorno, há a possibilidade de compreendermos

melhor a distinção entre esses dois processos que, ainda que sejam distintos, co-existem em muitos fenômenos linguísticos.

Na presente análise, iremos especificar as extensões, sejam elas metonímicas ou metafóricas, através das categorias superordenadas do sufixo em pauta, generalizando os grupos semânticos, independente dos níveis-básicos, nos quais se especializam ou se subdividem. Dessa maneira, tentaremos refletir uma regularidade de extensões com o objetivo de sistematizar a rede polissêmica dessas construções e apresentar a co-existência desses dois processos em algumas dessas extensões.

Em princípio, estabelecemos dois tipos de mapeamento metonímico: um mais conceptual e outro mais referencial. Embora Lakoff (1980: 36) considere a metonímia, em si, um processo, primordialmente, referencial, notamos que existem casos como, por exemplo, a extensão em que iremos nos embasar – “agente → excesso” – em que a metonímia se configura através da seleção de um dos aspectos semânticos da categoria prototípica, ou melhor, a função referencial proposta pelos autores se desenvolve entre essas duas acepções, a partir da abstratização do sentido de agentividade, prevalecendo, de certa forma, uma extensão em termos conceptuais. Formações como “lamaceiro”, “canseira”, “berreiro” etc. não possuem qualquer característica semântica de agentividade, pois, conforme dito em linhas anteriores, uma das características semânticas do grupo prototípico se abstratizou, permanecendo apenas o aspecto da “frequência”, também inerente a esse grupo, a qual é reconsiderada como excesso.

Trocando em miúdos, é coerente pensarmos que essa capacidade de abstratização licencia o falante a formar palavras cuja acepção se distingue da prototípica, significando, exclusivamente, o aspecto significativo selecionado. No caso da extensão “agente → excesso”, o segundo grupo foi constituído pela singularização do traço “frequência”. Daí, somos capazes de estabelecer um liame semântico entre palavras que, *a priori*, parecem não

ter qualquer tipo de relação de significado e, todavia, são compostas pelo mesmo sufixo. A frequência característica das três acepções ora focalizadas se manifesta, nas formações lexicais, quer através da rotina que a prática da ocupação pressupõe (agente profissional), quer da regularidade com que a atividade é executada (agente habitual), quer da quantidade que impacta o falante na descrição de algo/alguém (excesso).

(06)	rotina/prática	→	regularidade	→	excesso
	chapeiro		orkuteiro		vuvuzeira
	dogueiro		brahmeiro		barulheira
	arrumadeira		raladeira		careiro

Outra extensão metonímica de caráter predominantemente conceptual também é observada entre as acepções “quantidade (excesso) → anomalia (enfermidade)”. Para esses grupos, a proposta de Jing-Schmidt (2008) passa a ser fundamental, na medida em que observamos a possibilidade de um *continuum* entre o mapeamento metonímico e o metafórico. O primeiro exame para essa extensão de significado é constatarmos que a quantidade em excesso é interpretada pelo falante de modo pejorativo, isto é, levamos em conta o valor “negativo”/“nocivo” do “excesso”, daí elaboramos uma extensão metonímica em relação a um dos valores semânticos inerentes a esse último termo. Além disso, conceptualizamos conceitos interdominiais (quantidade (excesso) – anomalia (enfermidade)) pela metáfora: O QUE ESTÁ/É EM EXCESSO É ANORMAL. Com esse pensamento, conseguimos compreender a nomeação de algumas enfermidades, tais como, “olheiras”, “boqueira”, “unheira” etc. Esses vocábulos são usados especificamente em referência a doenças/debilidades, nos fazendo perceber, ainda mais, a relação entre ambos os processos.

Ao analisarmos, por exemplo, o significado da palavra “olheiras” – “Manchas lívidas (escuras ou azuladas), que aparecem nas pálpebras inferiores, em consequência de enfermidade, insônia, ou cansaço físico ou mental.” (AURÉLIO, dicionário eletrônico, sec. XXI) –, observamos que a “mancha”, designada por esse termo, na verdade, é compreendida

como algo “fora do comum”/“anormal” ou que “excede”. Nesse processo metonímico, o falante lança mão da capacidade de focalizar/evidenciar aquilo que, em uma cena básica, se destaca/sobressai justamente pelo fato de ser inesperado. Desse modo, conferimos uma extensão do grupo de “excesso” para o grupo “anomalia”, o qual enfatiza a acepção de excesso propriamente dita, levando em conta, principalmente, o valor negativo que o significado pode evocar. Como se vê em (07), as formas são relacionadas semanticamente e, no nosso entendimento, é a partir da metáfora “O QUE ESTÁ/É EM EXCESSO É ANORMAL” que as palavras *X-eiro* da segunda coluna se explicam:

(07)	excesso	→	anomalia
	(quantidade maior que a convencional)		(o que é excessivo demais é anormal)
	berreiro		gagueira
	canseira		olheira
	soneira		boqueira

A relação metonímica existente entre as acepções “agente” e “local”, diferente daquelas que ocorrem entre as acepções “agente → excesso” e “excesso → anomalia”, é, essencialmente, referencial. Ao fundamentarmos-nos na proposta e exemplos de Lakoff & Johnson (1980: 36), já mencionados na seção 3.2.4, conseguimos inferir, dentre tantos tipos estipulados pelos autores, o que mais se aproximaria do processo metonímico existente entre os grupos “agente” e “local”.

Um dos padrões metonímicos mencionado por Lakoff & Johnson (*op. cit.*) é “THE PLACE FOR THE INSTITUTION” (O LUGAR PELA INSTITUIÇÃO), exemplificado pelas seguintes sentenças: “The *White House* isn’t saying anything” (A Casa Branca não se pronunciou); “*Wall Street* is in panic” (*Wall Street* está em pânico). Nesses casos, percebemos, através de alguns termos, como o verbo “pronunciar” ou pela expressão “está em pânico”, que o local representa um conceito de agentividade, uma vez que se compreendem por “instituição” entidades, obrigatoriamente, animadas. Portanto, seria lícito pensarmos que o “local” é representado pela parte, postulando, assim, uma metonímia “inversa” do TODO

PELA PARTE.

Apesar de notarmos um processo metafórico nos exemplos sugeridos pelos autores, compreendemos que, no que tange à função representativa do referente que se pretende apontar, há, de fato, uma seleção de um dos elementos de um *frame* ativado, ou seja, em uma cena que reproduza as informações enunciadas pelas sentenças acima, focalizamos, dentre tantas entidades, aquela que indica o local. Sendo assim, “posteriormente”, conceptualizamos uma função característica de um ser animado em um elemento inanimado, mas que, de certa forma, faz parte do mesmo *frame*.

Restringindo-nos a uma análise morfológica, percebemos que as palavras referentes a local ativam um cena, à qual, inevitavelmente, vinculamos ações praticadas por um agente, como, por exemplo:

- (08) galinheiro – “local/cercado onde *vivem* as galinhas”;
 prateleira – “local onde *se colocam* pratos, livros, etc.”
 churrasqueira – “local onde *se prepara/faz* churrasco”;
 cocheira – “local onde *se guarda* os coches e/ou cavalos” etc.

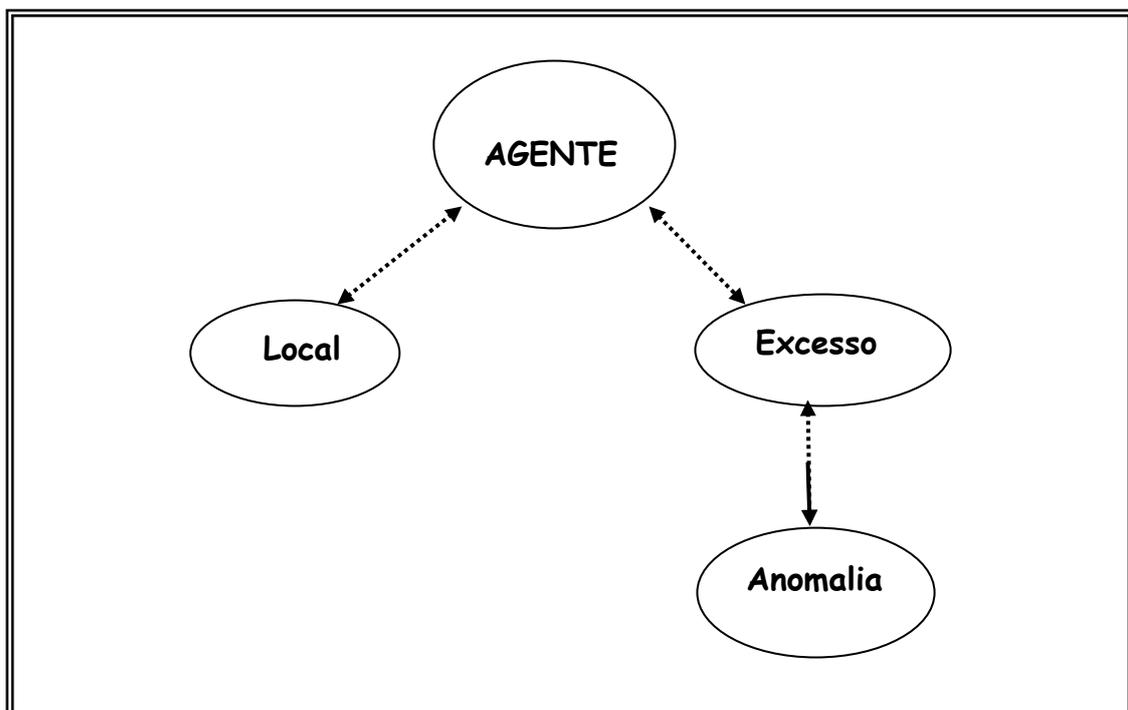
Ao designarmos um local empregando o sufixo *-eiro*, selecionamos/focalizamos um dos elementos integrantes de uma cena composta por um agente, um local, uma função, objeto(s) etc. (cf. ALMEIDA & GONÇALVES, 2006), através de uma referenciação metonímica, uma vez que é evidente pensarmos que um agente atua com ou sobre alguma coisa em um determinado lugar. Dito de outra maneira, o local é parte integrante do que Gonçalves & Almeida (2005) chamam de cena agentiva, podendo ser focalizado ou não.

Um fator que corrobora essa ideia é a verificação de que, no latim, as primeiras acepções abarcadas por esse formativo eram “agente”, “local” e “árvore” (MARINHO 2004: 84), o que nos permite inferir que esse mapeamento já era conceptualizado pelos falantes, isto é, o local (todo), por vezes, representava o agente (parte) responsável por uma função. Outra questão de caráter formal envolvida nessas formações é a de muitos agentes terem suas bases

designando o local em que exercem as funções, como observamos em:

- (09) *jardineiro* - “aquele que trabalha no jardim”;
caseiro - “aquele que trabalha na casa de outrem”;
faroleiro - “aquele que trabalha nos faróis”;
quiosqueiro - “aquele que trabalha em quiosques”;
usineiro - “aquele que trabalha em usinas” etc.

Levando em conta essas considerações, propomos, então, uma rede parcial das relações de sentido até aqui analisadas, em que as extensões metonímicas estão representadas por setas tracejadas e as metafóricas por setas contínuas. As linhas apresentam uma bidirecionalidade, pois, de um modo geral, essas formações assumem diferentes acepções a depender do contexto situacional/interacional. Detalharemos, na seção 4.5, o *continuum* que reflete a possibilidade de uma dada palavra ser interpretada de acordo com os grupos semânticos estabelecidos para o sufixo *-eiro*.



Quadro 2 – Rede parcial das extensões metonímicas

4.5. Possíveis extensões metafóricas

Selecionamos, para esta análise, dois grupos cujas acepções se estendem metaforicamente a partir do grupo semântico prototípico de agente: “objetos” (p. ex.: “batedeira”, “fruteira”, “cinzeiro” etc.) e “vegetais” (p. ex.: “cerejeira”, “palmeira”, “mangueira” etc.). Respalhando o exame dessas acepções nas propostas de Lakoff & Johnson (1980), Silva (2006) e na fundamentação teórica abordada no capítulo anterior (cf. seção 3.2.3), estabelecemos que os “vínculos” semânticos entre o esquema polissêmico desse formativo para esses significados se propagam pela conceptualização/imaginação do falante. Em outras palavras, poderíamos sustentar que somos aptos a idealizar “coisas” ou “vegetais” como entidades suficientemente capazes de “agir” no mundo.

Almeida & Gonçalves (2006: 236) apresentam possíveis conceptualizações embasadas num processo de perspectivação (cf. FILLMORE, 1982), no qual o falante seria capaz de projetar um determinado elemento como algo capaz de “agir” no mundo. Em suas próprias palavras, para “‘açucareiro’ (...) conceptualizamos um local que tem por função armazenar o produto (objeto) especificado pela base (açúcar).” Percebemos, portanto, que a relação interdominial se realiza pela possibilidade de imaginarmos “seres” mais ou menos inanimados como responsáveis por uma “ação”.

De acordo com Heine *et al.* (1990: 157), os processos subjacentes à gramaticalização são estruturados metaforicamente. Desse modo, esses processos são descritos em termos de “categorias básicas”, as quais podem ser linearmente organizadas em “pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade” (HEINE *et al.*, *op. cit.*). Os autores afirmam que cada uma dessas categorias pode ser representada como domínios fundamentais para a estruturação de nossas experiências, ou seja, cada uma admite a conceptualização de outra. Assim sendo, somos capazes de metaforizar os diferentes domínios como ESPAÇO É UM

OBJETO ou TEMPO É ESPAÇO⁶.

A organização categorial delineada pelos autores apresenta uma procedência unidirecional (esquerda para direita), refletindo uma “abstratização metafórica” (HEINE *et. al.*, 1990: 158). Essa proposta nos auxilia na compreensão de uma possível escala da característica de “animacidade” no processo metafórico entre os grupos semânticos “agente → vegetal → objeto”. Com efeito, podemos conceptualizar uma abstratização do aspecto “+ animado” para aquele “- animado”, sendo o grupo vegetal intermediário, por não conseguirmos precisar até que ponto se trata de uma entidade absolutamente animada.

Tomando como exemplo palavras com acepção de vegetal, como “macieira”; “palmeira”, “jabuticabeira” e “amendoeira”, entre tantas outras, verificamos que, ao especificar o que significa cada uma delas, o falante poderia designá-las parafraseando por meio dos respectivos sintagmas:

- (10) “árvore que *faz/produz/dá* (etc.) maçã”;
 “árvore que *faz/produz/dá* (etc.) palma”;
 “árvore que *faz/produz/dá* (etc.) jabuticaba”;
 “árvore que *faz/produz/dá* (etc.) amêndoas” etc.

Todos os verbos que compõem essas frases denotam, de um modo geral, uma ação. Ainda que se trate de seres cujas propriedades vitais sejam incertas, idealizamos, metaforicamente, como “algo que age no mundo”.

A metáfora que se processa para designar nomes de objetos também é mapeada pela imaginação do falante, ao conceber uma entidade absolutamente inanimada como capaz de agir no mundo. A função do objeto ou a maneira como ele irá servir para os falantes faz com que se abstratize, ainda mais, a característica de animacidade inerente aos agentes (acepção prototípica), possibilitando imaginá-los, de alguma forma, como entidades aptas a compartilhar uma determinada ação.

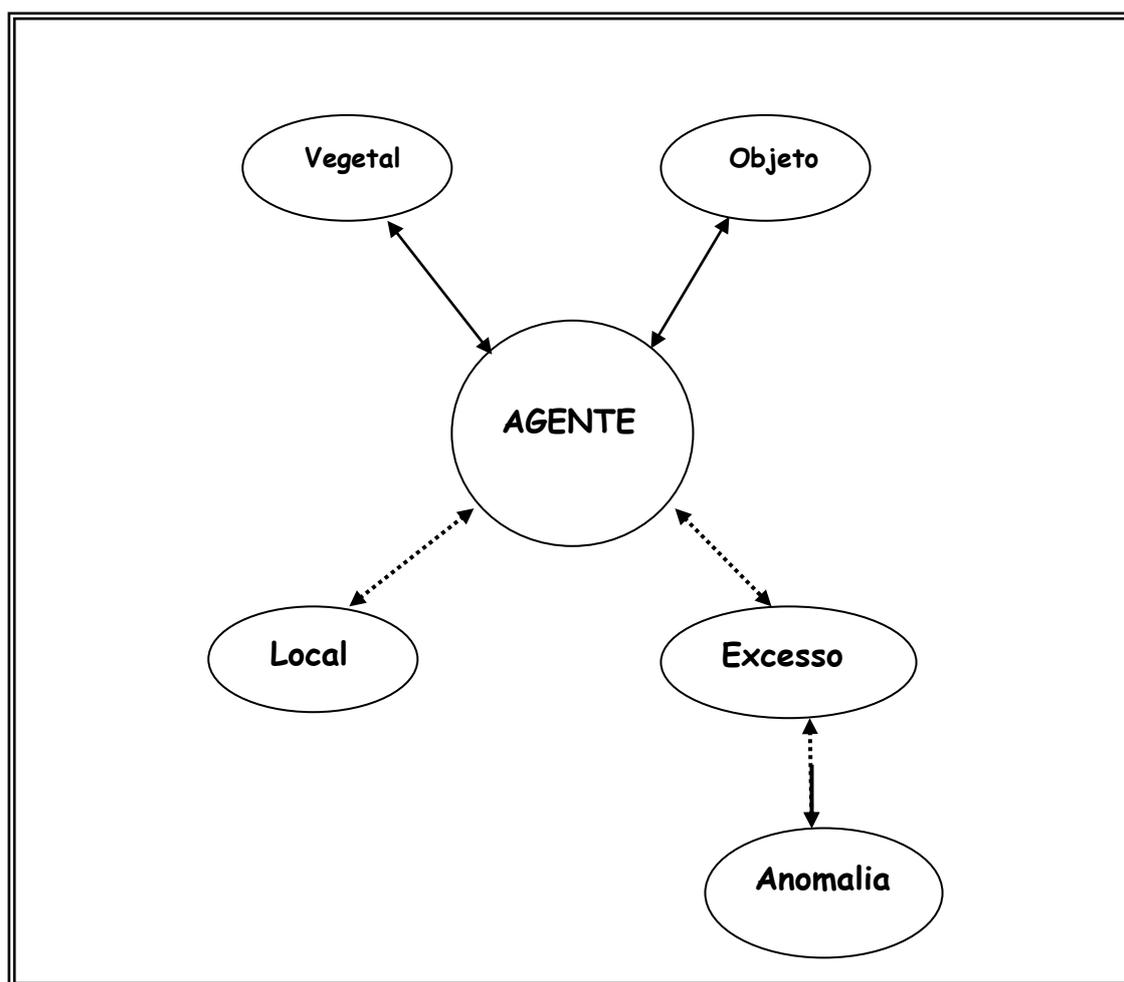
⁶ “SPACE IS AN OBJECT or TIME IS SPACE” (Heine *et. al.*, 1990: 157).

Do mesmo modo que parafraseamos os nomes de vegetais como “X que faz/produz/dá (etc.) Y”, também podemos fazer o mesmo com os nomes de objetos, como, por exemplo, em

- (11) *batedeira* – “aquilo que bate alguma coisa”;
cinzeiro – “aquilo que guarda/conserva/mantém a cinza do cigarro”;
geladeira – “aquilo que gela alguma coisa”;
assadeira – “aquilo que assa alguma coisa”
iogurteira – “aquilo que faz iogurte” etc.

Os verbos descritos acima representam a ação desempenhada pelo objeto (instrumento/recipiente) em questão; portanto, metaforizamos essas entidades como “manipuladores” (cf. BOTELHO, 2009) em determinados eventos. Não constitui obra do acaso o fato de a maioria das formas *X-eiro* do grupo “objeto” designar um agente instrumental em que o evento se manifesta na base, a exemplo de “enceradeira”, “frigideira” e “batedeira”. Em outras formas desse mesmo grupo, o instrumento é nomeado a partir do que faz, como “iogurteira”, “chaleira” e “cafeteira”. Apesar de apresentarem base nominal, tais formações manifestam, sem dúvida alguma, a noção de agente, sendo o objeto metaforizado como pessoa.

A partir dessas análises, sugerimos uma rede polissêmica completa com todas as categorias semânticas discutidas, com o intuito de sistematizar/formalizar as noções conceituais descritas:



Quadro 3 – Rede polissêmica completa

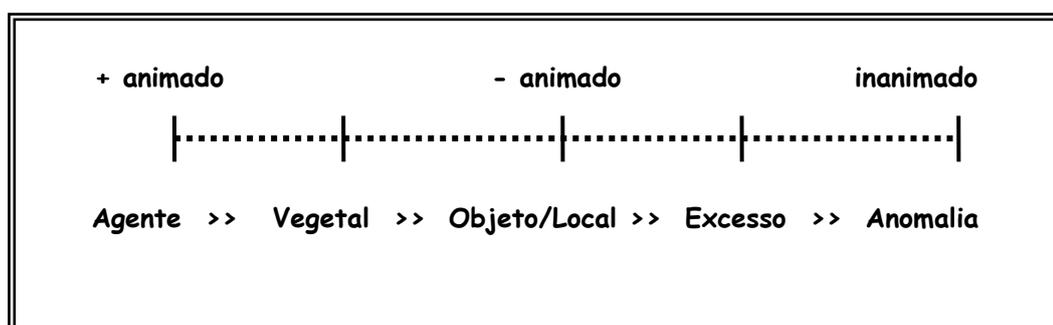
4.6. *Continuum* entre os grupos semânticos das construções X-eiro

Conforme a sistematização das relações semânticas configuradas nas últimas seções deste trabalho, conferimos que algumas palavras se adequam, sem qualquer problema de interpretação, em diferentes contextos, assumindo diferentes significados. Voltando aos exemplos sugeridos por Marinho (2004: 76), em que se emprega a palavra “biscoiteira” em três diferentes grupos semânticos (“Coloquei os biscoitos na **biscoiteira**.” – *locativo* / “A **biscoiteira** me vendeu os biscoitos.” – *agente* / “Olha que **biscoiteira** você deixou cair no chão.” – *excesso*), notamos que há uma diversidade de uso entre as acepções acima estabelecidas. Do mesmo modo, “batedeira” pode referir-se tanto a objeto quanto a excesso, ou, até mesmo, à anomalia (“Doença febril infecciosa que ataca os suínos.” – cf. dicionário

eletrônico Aurélio sec. XXI.), assim como “jornaleiro” – agente e local; “louceiro” – agente, local, excesso; “passadeira” – agente e objeto etc.

Seguindo a proposta de Gonçalves *et al.* (2009), estabelecemos um *continuum* entre as categorias semânticas que o sufixo *-eiro* abarca. Essas categorias aparecem dispostas conforme a organização da rede estabelecida anteriormente. A acepção prototípica (agente) aparece na extremidade esquerda, enquanto as acepções mais radiais (objeto, excesso etc.) se estendem em direção à extremidade direita (anomalia).

O intuito de elaborarmos esse *continuum* é de expor com mais clareza as possibilidades de extensões de sentido de uma mesma palavra construída pelo sufixo em questão. O posicionamento dos primeiros grupos – agente, vegetal, objeto/local – apresenta uma escala de + / - animacidade, conforme analisamos na seção 4.4. Já as outras acepções, por serem mais radiais, sofrem um maior grau de abstratização em relação ao aspecto de “agentividade”. Como observamos, esse processo de abstratização é inerente à metáfora e à metonímia, um fator fundamental para o desenvolvimento da polissemia em qualquer nível da linguagem. A seguir, expomos, no próprio *continuum*, um esquema de escala referente ao “grau de animacidade” das acepções:



Quadro 4 – *Continuum* entre o aspecto de “animacidade”

Nesse *continuum*, as acepções objeto e local compartilham o mesmo intervalo na

linha tracejada. Isso se deve à dificuldade que temos em definir, precisamente, o que seria, de fato, um local ou um objeto. Por exemplo, a palavra “penteadeira” pode ser entendida como o local onde as mulheres costumam se pentear/maquiar ou pode ser definida como um objeto, ou seja, um móvel constituído de uma pequena mesa, espelho e gavetas. O grau de subjetividade em julgarmos entre uma acepção ou outra está relacionado à perspectivação do falante em relação à dimensão da entidade. De um modo geral, determinamos como local as entidades com dimensões maiores e, devido a isso, essa questão passa a ser de caráter, essencialmente, individual.

A seguir constituímos um quadro, no qual representamos alguns exemplos dessas formações com o objetivo de formalizar as possibilidades que muitas palavras derivadas em *-eiro* têm para assumir diferentes acepções, a depender do contexto situacional/interacional em que estão sendo usadas:

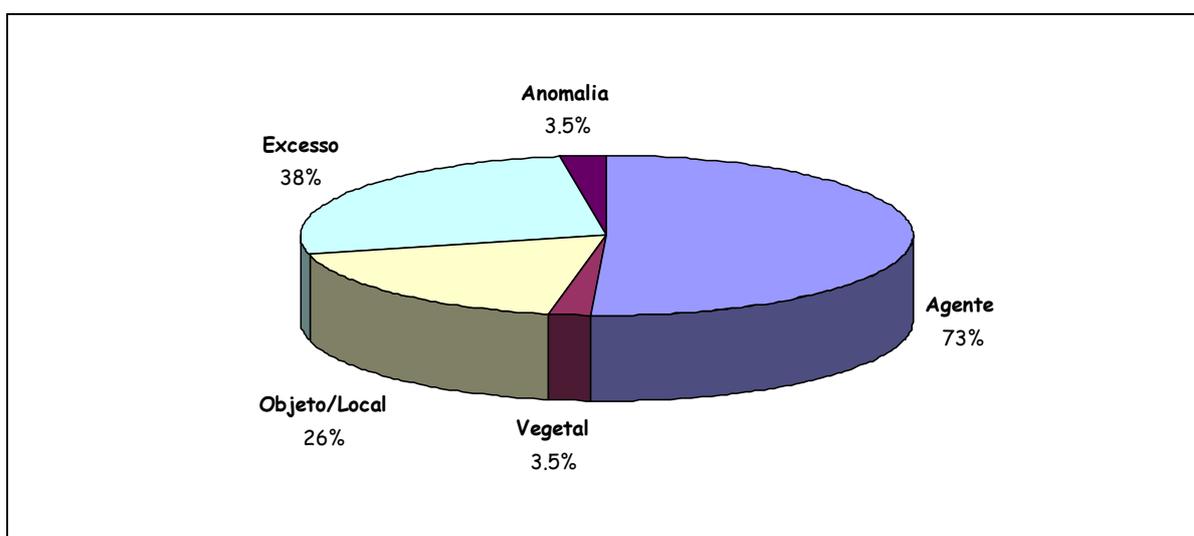
	Agente	>>	Vegetal	>>	Objeto/Local	>>	Excesso	>>	Anomalia
passadeira	X				X				
sapateiro(a)	X				X		X		
macieira			X				X		
pipoqueiro(a)	X				X		X		
batadeira					X		X		X

Quadro 5 – Extensões das formações *X-eiro*

Percebemos, através da representação dos exemplos acima, que as categorias semânticas pertencentes ao sufixo *-eiro* estão co-relacionadas de alguma forma. Esse sufixo varia de acepção de acordo com o uso, isto é, dependendo da intenção, ou da contextualização, elaborada pelo falante, o sufixo irá assumir esse ou aquele significado. Até aqui, levantamos algumas hipóteses que nos auxiliam a compreender a razão pela qual esse

formativo indica diferentes acepções, uma vez que acreditamos se tratar do mesmo sufixo.

Para uma melhor visualização da análise proposta, esboçamos, abaixo, um gráfico com o percentual obtido no *corpus* investigado para cada acepção assumida pelo sufixo *-eiro(a)*. Nota-se, entretanto, que o total das percentagens de cada acepção no quadro abaixo ultrapassa um total de 100%. Isso se deve à possibilidade de uma mesma construção *X-eiro (a)* assumir diferentes acepções. Desse modo, uma palavra como, por exemplo, “biscoiteira” consta, simultaneamente, no percentual das acepções “objeto”, “agente” e “excesso” no gráfico.



Quadro 6 – Percentual por acepção

Com esse levantamento, verificamos que, dentre as palavras analisadas, a maioria delas ($\approx 73\%$) serve para designar um agente (profissional ou habitual), confirmando assim a prototipicidade agentiva do formativo *-eiro*. Os itens lexicais designadores de vegetais quase não aparecem no *corpus*, talvez pelo fato de que os nomes de arbustos já estejam institucionalizados e não haja necessidade, por parte dos falantes, de apontar novos referentes vegetais. Ao contrário, o abrangente grupo objeto/local apresenta um significativo percentual ($\approx 26\%$), decorrente, quem sabe, da necessidade de criar nomes para designar novos objetos, refletindo as inovações que ocorrem na sociedade. Já o alto índice de formações que veiculam

“excesso” ($\approx 38\%$) vem corroborar a hipótese de que esta acepção está fortemente vinculada ao *-eiro* (como foi detalhado na seção 4.4.). Por fim, o grupo de anomalia, assim como o de vegetal e, pela mesma razão, apresenta um baixo índice de ocorrência ($\approx 3.5\%$), uma vez que são unidades morfológicas que raramente surgem em uma dada sincronia, sendo, portanto, improdutivas.

Procedemos, então, às conclusões obtidas com a elaboração deste trabalho. Nos próximos parágrafos, teceremos comentários a respeito do objeto analisado de acordo com o que foi proposto ao longo desta dissertação.

5. CONCLUSÃO

De acordo com o embasamento teórico selecionado para elaboramos esta análise, conseguimos reunir evidências favoráveis à esquematização das extensões de sentido das construções *X-eiro* no PB. Com o respaldo nas propostas de trabalhos anteriores, pudemos dissertar, sob uma nova ótica, sobre a polissemia desse formativo. Partindo da ideia de Lakoff & Johnson (1980), de que a maior parte do nosso sistema conceptual é metaforicamente estruturada, conseguimos transformar ideias mais abstratas em conceitos mais acessíveis, mais “palpáveis”, isto é, mais compreensíveis.

Ao compreendermos alguns dos conceitos abordados no capítulo 3, referente ao arcabouço teórico, somos capazes de atentarmos para a importância do papel das habilidades cognitivas que entram em jogo na construção de diferentes significados para uma mesma forma, comprovando, assim, a relação entre o sistema linguístico e nossas experiências culturais, sociais e individuais.

No decorrer de nossa análise, reconhecemos a fundamental contribuição de diversos trabalhos no âmbito gerativista. Também destacamos a importância de estudos cognitivistas mais recentes, como os de Almeida & Gonçalves (2006), Botelho (2009) e Nascimento (2006). Tais pesquisas nos possibilitaram ampliar os estudos na morfologia através de consistentes subsídios para definir as relações de sentido desse sufixo tão polissêmico e tentar mostrar, dessa maneira, que os novos significados não são construídos aleatoriamente pelos falantes; em vez disso, integramos conhecimentos já estabelecidos entre as diferentes faculdades cognitivas humanas, sendo a língua nosso objeto de investigação.

Conforme determinamos neste trabalho, partimos da noção de que o sufixo *-eiro* é polissêmico e, ao asseverarmos isso, estabelecemos as motivações semânticas que ajudam a explicar como as diversas acepções estão relacionadas e quais são os princípios cognitivos

que estabelecem e sustentam essa relação. Para tanto, constituímos as prováveis categorias semânticas para esse formativo com base em categorias já estabelecidas por Marinho (2004) e Almeida & Gonçalves (2006), buscando, por meio dos *corpora* levantados pelos autores, bem como por uma série de novas palavras, reorganizar as acepções abarcadas por *-eiro*, demonstrando uma maior objetividade dos possíveis significados que esse formativo pode veicular no PB.

Além da organização categorial, foi de grande importância concebermos a acepção prototípica, para, posteriormente, definirmos uma rede polissêmica que refletisse a regularidade dessas extensões. Ainda que a prototipicidade do significado agentivo já tenha sido estabelecido em outros trabalhos, conferimos, através da distribuição categorial dos próprios dados, que, de fato, é a partir desse significado central, juntamente com as habilidades cognitivas discutidas (sobretudo a capacidade humana de metaforizar e metonimizar), que estendemos para outros mais radiais, mas que, coerentemente, estão relacionados.

Vimos, também, que a diferença entre as formas *-eiro* e *-eira* se trata de uma questão de gênero, já apontada em Nascimento (2006), diferentemente do havia sido estabelecido Gonçalves (1995) e Marinho (2004), que os consideram sufixos distintos. Em nossa versão de análise, apoiamo-nos na proposta de Nascimento (2006), a qual evidencia que, devido a uma motivação intuitiva primária, conceptualizamos as vogais temáticas como classes metaforicamente motivadas pela ideia básica organizacional das entidades do mundo entre aquilo que é considerado prototípico e marginal (ou radial) – nesse caso, masculino como algo/ser prototípico, enquanto o feminino seria uma especialização do protótipo. Essa tese contribuiu com a nossa proposta em admitir que a mudança de gênero constitui uma forma de especialização de significados que esse sufixo é capaz de assumir na língua.

O cerne de nossa análise se configura na exposição das possibilidades de extensão de

significado entre as formas *X-eiro* através de mapeamentos metonímicos e metafóricos, confirmando que essas habilidades cognitivas são inerentes aos falantes de qualquer língua. Portanto, metaforizamos conceitos de diferentes domínios ou metonimizamos conceitos de um mesmo domínio, licenciando, nesse último, a criação de novos significados por meio de “partes” de conhecimentos de um todo já sabido/experimentado pelos usuários da língua.

Por fim, levantamos um *continuum* entre as acepções que esse sufixo pode abarcar, de acordo com o aspecto de animacidade, fortalecendo, assim, a ideia de que partimos das experiências mais básicas e humanas para conceptualizar aquelas mais complexas/abstratas, permitindo-nos ampliar significados de um mesmo domínio ou interpretá-los por meio de outros.

Cientes de que os estudos morfológicos da língua no âmbito cognitivista ainda se encontram em vias de expansão, esperamos ter contribuído para futuras pesquisas e servir de suporte para outras investigações linguísticas. Presumimos também que outros questionamentos surjam e, a partir desses, outros trabalhos venham a ser realizados, proporcionando um contínuo exame na área dos estudos linguísticos de um modo geral.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. L. L. & GONÇALVES, C. A. V. (2006). Aplicação da construction grammar à morfologia: o caso das formas *X-eiro*. *Linguística* (PPGL/UFRJ), v. 2, p. 229-242.
- ANDRADE, F. G. C. (2007). *Polissemia e produtividade nas construções lexicais: um estudo do prefixo re- no português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- ARONOFF, M. (1976). *Word formation in Generative Grammar*. L. I. Monograph I. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- AUSTIN, J. L. (1961). *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press.
- BEAUGRANDE, R. (1981). Design Criteria for Process Models of Reading. *Reading Research Quarterly* 16: 261-315.
- BASILIO, M. (1980). *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1990). Produtividade e função do processo de formação de palavras do português. *Anais do Congresso Internacional da Associação de Linguísticas e Filologia da América Latina*. Campinas: ALFAL, 9 (1): 1-9.
- _____. (2005). *Para além das fronteiras morfológicas: a formação de unidades lexicais complexas no português do Brasil*. Conferência no Centro de Linguística Geral e Aplicada, Universidade de Coimbra.
- BERLIN, B. & KAY, P. (1969). *Basic color terms*. Berkeley: University of California Press.
- BOOIJ, G. (1986). Form and meaning in morphology: the case of Dutch 'agent' nouns. *Linguistics*, 24
- BOTELHO, L. S. (2004). *Construções agentivas em X-eiro, uma rede metafórica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- _____. (2009). Uma abordagem sociocognitivista das construções agentivas *X-eiro*. In MIRANDA, N. S. & SALOMÃO, M. M. (org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 178-201.
- BROWN, R. W. (1958). How shall a thing be called? *Psychological Review*, 65: 14-21.
- DRESSLER, W. (1986). Explanation in natural morphology, illustrated with comparative agent noun formation. *Linguistics*, 24: 519-48.
- FAUCONNIER, G. & TURNER, M. (1998) *Conceptual Integration Networks*. *Cognitive Science*, 22(2): 133-187.
- _____. (2002). *The Way We Think*. New York: Basic Books.

FILLMORE, C. J. (1982). Frame semantics. In *Linguistics in the Morning Calm*, ed. by The Linguistic Society of Korea Seoul: Hanshin, p. 111-137.

GEERAERTS, D. (2006). *Cognitive Linguistics: basic readings* / edited by Dirk Geeraerts.

GOLDBERG, A. E. (1995). *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

GONÇALVES, C. A. V. (1995). Formações X-eiro: um estudo sobre produtividade Lexical. *Expressão*, Teresina - PI, v. 1, n. 3, p. 9-29.

GONÇALVES, C. A. V. (1997). *Focalização no português do Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras.

_____. (2001). A função indexical das formações X-íssimo, X-érrimo e X-ésimo no português do Brasil. *Veredas*, 9 (1): 47-60.

GONÇALVES, C. A. V. & ALMEIDA, M. L. L. (2005). *Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro - propostas e problemas*. In XX Encontro Nacional da APL (Associação Portuguesa de Linguística), Lisboa. Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa : Colibri Artes Gráficas. v. 20. p. 237-246.

GONÇALVES, C. A. V. & COSTA, R. G. R. (1997). Formações X-eiro em português: um estudo sobre produtividade lexical. *Letras & Letras*. Uberlândia: UFU / Depto. de Letras Estrangeiras Modernas, 13 (1): 25-36.

GONÇALVES C. A. V. *et alii*. (2009). Para uma estrutura radial das construções X-ão do português do Brasil. *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro, Publit.

GONÇALVES C. A., COSTA R. G. R. & YACOVENCO, L. C. (1999). Condições de produtividade e condições de produção: uma análise das formas X-eiro no português do Brasil. *Alfa*, 42: 33-62.

GOOSSENS, L. (2002). *Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action*. In DIRVEN, R. & R. PÖRINGS (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin/New York: Mouton de Gruy.

HEINE, B. & HÜNNEMEYER F. (1991). From cognition to grammar - Evidence from African languages. In TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. V. I, 152-187. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Pub. Co.

HOFSTADTER, D. R. (1979). *Gödel, Escher, Bach: an eternal golden braid*. New York: Basic Books.

JACKENDOFF, R. (1975). Morphological and semantics regularities in the lexicon. *Language*, 51: 639-71

JING-SCHMIDT, Z. (2008). *Much mouth much tongue: Chinese metonymies and metaphors of verbal behavior*. University of Cologne, Department of General Linguistics, Albertus-

Magnus-Platz, 50923 Köln.

KASTOVSKY. 1986. The problem of productivity in word-formation. *Linguistics*.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.

LAKOFF, G. (1987). *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago, IL: Chicago University Press.

LANGACKER R. W. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar*, V. 1. Stanford University Press.

MANDELBLIT, (1997). Nili. *Grammatical Blending: Creative and Schematic Aspects in Sentence Processing and Translation*. Ph.D. dissertation, UC San Diego.

MARINHO, M. A. F. (2004). *Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

MAURER Jr., T. H. (1959). *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

MIRANDA, N. S. (1979). *Agentivos deverbais e denominais: um estudo da produtividade lexical no português*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. (2003). *A gramática das construções na constituição do léxico*. Projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras. (Mestrado em Letras – Linguística). GP “Gramática e Cognição”. Juiz de Fora: UFJF.

_____. (2004). *Construções na constituição do léxico*. In: II CONFERÊNCIA DE LINGUÍSTICA E COGNIÇÃO, Juiz de Fora: UFJF.

NASCIMENTO, (2006). Mauro José Rocha do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PUTNAM. H. (1975). In *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers*, vol. 2, Cambridge University Press, Cambridge.

ROCHA, L. C. de A. (2003). *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: UFMG.

ROSCH, E. (1973). *Natural categories*. *Cognitive Psychology* 4:328-50.

_____. (1975a). *Family resemblances: studies in the internal structure of categories*. *Cognitive Psychology* 7:573-605.

_____. (1975b). *Cognitive representations of semantic categories*. *Journal of Experimental Psychology: General* 104:192-233.

_____. (1977). *Human categorization*. *Advances in cross-cultural psychology*, ed. by N. Warren, 1-49. London: Academic Press.

_____. (1978). *Principles of categorization*. Cognition and categorization, ed. by Eleanor Rosch & Barbara B. Lloyd, 27-48. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

RUMELHART, D. (1975). Notes on a schema for stories. In D. G. Borbrow and A. M. Collins, eds., *Representation and Understanding: studies in cognitive science*, pp. 211- 36, New York: Academic Press.

SALOMÃO, M. M. (1999). *O processo cognitivo de mesclagem na análise do discurso*. Projeto integrado de pesquisa do grupo Gramática, Cognição e Integração. Juiz de Fora: UFJF, UFRJ e UERJ.

_____. (2003). Construções no português do Brasil: integração conceptual na sintaxe e léxico. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

SOARES DA SILVA, A. (2006). *O mundo dos sentidos em Português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina.

SPINASSÉ, K. P. (1999). *As formas X-eiro e a aquisição dos significados agente e locativo*. Rio de Janeiro: FAPERJ - Relatório final das atividades de IC, mimeo.

SWEETSER, E. (1990). From Etymology to Pragmatics. *Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.

TALMY, L. (1988). *Force dynamics in language and cognition*. *Cognitive Science*, (12): 49–100.

TURNER, M. (1996). *The literary mind*. New York, Oxford: Oxford University Press.

WITTGENSTEIN, L. (1953). *Philosophical Investigations*. New York: Macmillan.

YACOVENCO, L. C. (1994). *As formações X-eiro agentiva e locativa*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ, Faculdade de Letras, UFRJ.

ANEXO: OS DADOS E SUAS EXTENSÕES

A seguir, listamos o *corpus*, composto de 66 palavras retiradas de *sites* eletrônicos (p. ex.: *Google, Yahoo* etc.), situações de fala espontânea, dados extraídos de jornais e revistas, bem como vários exemplos utilizados em trabalhos anteriores, como os de Marinho (2004), Almeida & Gonçalves (2006) e Botelho (2009).

No quadro abaixo, as palavras estão organizadas em ordem alfabética, discriminadas por gênero (masculino e feminino). Marcamos com “X” as acepções com que cada formação aparece no *corpus* analisado e sinalizamos, em *itálico*, os pares que não apresentam mudança de acepção seja qual for o gênero. Os não sinalizados, além de mostrarem diferenças no gênero, também manifestam acepções diferentes. As células tracejadas da tabela indicam as formas não encontradas nas fontes utilizadas para a coleta de dados.



aguaceiro				X	
aguaceira					X
agulheiro	X		X	X	
agulheira	X	X	X	X	
argileiro	X				
argileira	X		X	X	
arruaceiro	X				
arruaceira	X			X	
<i>arrumadeiro</i>	X				
<i>arrumadeira</i>	X				
assadeiro			X		
assadeira	X		X		
bagageiro	X		X		
bagageira			X		
bananeiro	X		X		
bananeira		X		X	
barateiro	X			X	
barateira			X	X	

barraqueiro	X				
barraqueira	X			X	
barreiro			X		
barreira			X	X	
bebedeiro*	////	////	////	////	////
bebedeira				X	
<i>bloqueiro</i>	X				
<i>bloqueira</i>	X				
boqueira					X
boqueiro	X				
<i>brahmeiro</i>	X				
<i>brahmeira</i>	X				
britadeiro	X				
britadeira	X		X		
cabeleiro*	////	////	////	////	////
cabeleira	X			X	
cabeleireiro	X		X		
cabeleireira	X				
cachaceiro	X	X			
cachaceira	X		X		
camareiro	X				
camareira	X				
cegueiro*	////	////	////	////	////
cegueira				X	X
<i>certeiro</i>				X	
<i>certeira</i>				X	
cervejeiro	X				
cervejeira	X			X	
choradeiro	X			X	
choradeira				X	
coqueiro	X	X			
coqueira			X		
coqueteleiro	X				
coqueteleira	X		X		
corneteiro	X				
corneteira	X		X	X	
cozinheiro	X				
cozinheira	X		X		
cristaleiro	X				
cristaleira			X		X
critiqueiro	X				
critiqueira	X			X	
descascadeiro*	////	////	////	////	////
descascadeira			X		
doceiro	X				
doceira	X			X	
<i>dogueiro</i>	X				
<i>dogueira</i>	X		X		

doideiro*					
doideira				X	
espriguiçadeiro*					
espreguiçadeira			X	X	
<i>festeiro</i>	X			X	
<i>festeira</i>	X			X	
forrozeiro	X				
forrozeira	X			X	
frieiro*					
frieira				X	X
funkeiro	X				
funkeira	X			X	
galinheiro	X		X		
galinheira	X				
geleiro	X				
geleira			X	X	
interneteiro	X				
interneteira	X			X	
<i>jipeiro</i>	X				
<i>jipeira</i>	X			X	
kombeiro	X				
kombeira	X			X	
lanterneiro	X				
lanterneira	X	X			
lixeiro	X				
lixeira	X		X		
merendeiro	X				
merendeira	X		X		
mosquiteiro	X		X		
mosquiteira			X	X	
mochileiro	X			X	
mochileira	X				
<i>orkuteiro</i>	X				
<i>orkuteira</i>	X				
palavreiro				X	
palavreira	X				
palpiteiro	X				
palpiteira	X			X	
papeleiro	X		X		
papeleira	X		X	X	
<i>pistoleiro</i>	X				
<i>pistoleira</i>	X				
politiqueiro	X				
politiqueira	X			X	
puteiro			X	X	
puteira	X				
revisteiro	X		X	X	
revisteira	X			X	

sambeiro	X				
sambeira	X			X	
seresteiro	X			X	
seresteira				X	
skateiro	X				
skateira	X				
tomadeiro (base subst. "tomada")			X	X	
tomadeira (base subst. "tomada")			X		
traíçoeiro	X				
traíçoeira	X			X	
trapaceiro	X				
trapaceira	X			X	
twitteiro	X				
twitteira	X			X	
vuvuzeiro	X			X	
vuvuzeira				X	
xeroqueiro	X				
xeroqueira	X			X	
Total:	96 73%	5 3.5%	34 26%	50 38%	5 3.5%

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)